

Douglas Orestes Franzen
João Vitor Sausen
Leandro Mayer
(Organizadores)

HISTÓRIA E PATRIMÔNIO



EDITORA
SCHREIBEN

Douglas Orestes Franzen
João Vitor Sausen
Leandro Mayer
(Organizadores)

HISTÓRIA
E
PATRIMÔNIO



EDITORA
SCHREIBEN

2021

© Dos organizadores - 2021

Editoração: Schreiben

Capa: Schreiben

Imagem da capa: Pexels

Revisão: os autores

Conselho Editorial (Editora Schreiben):

Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)

Dr. Airton Spies (EPAGRI)

Dr. Douglas Orestes Franzen (UCEFF)

Dr. Eduardo Ramón Palermo López (MPR - Uruguai)

Dr. Enio Luiz Spaniol (UIDESC)

Dr. Glen Goodman (Arizona State University)

Dr. Guido Lenz (UFRGS)

Dr. João Carlos Tedesco (UPF)

Dr. Leandro Hahn (UNIARP)

Dra. Marciane Kessler (UFPel)

Dr. Nestor Francisco Rambo (SED-SC)

Dr. Odair Neitzel (UFFS)

Dr. Wanilton Dudek (UNIUV)

Editora Schreiben

Linha Cordilheira - SC-163

89896-000 Itapiranga/SC

Tel: (49) 3678 7254

editoraschreiben@gmail.com

www.editoraschreiben.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História e patrimônio. / Organizadores: Douglas Orestes Franzen, João Vitor Sausen, Leandro Mayer, – Itapiranga : Schreiben, 2021.
178 p. ; e-book

E-book no formato PDF.

ISBN: 978-65-994458-1-1

DOI: 10.29327/534090

1. História – estudo e ensino. 2. Patrimônio – estudo e ensino. 3. Patrimônio histórico - Brasil. I. Título. II. Franzen, Douglas Orestes. III. Sausen, João Vitor. IV. Mayer, Leandro.

CDU 94:72(81)

Bibliotecária responsável Kátia Rosi Possobon CRB10/1782

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	5
DA IMPORTÂNCIA DO RECURSO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO FACE À DESNATURALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA TEMPORAL NA MODERNIDADE.....	7
<i>Antonio Carlos Figueiredo Costa</i>	
HISTÓRIA E PATRIMÔNIO: DIÁLOGOS A PARTIR DO OLHAR DO HISTORIADOR	26
<i>Luiz Carlos Rodrigues da Silva</i> <i>Marcos Edilson de Araújo Clemente</i>	
IDENTIFICACIÓN Y ACTIVACIÓN DE BIENES CULTURALES: REFLEXIONES A PARTIR DEL CASO PUNTA DEL ESTE-URUGUAY	43
<i>Gabriela Campodónico</i> <i>Mariciana Zorzi</i> <i>Facundo Bianchi</i>	
UMA ANÁLISE HISTÓRICA E SIMBÓLICA DA CASA COMERCIAL: DEBATES SOBRE PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA	60
<i>Douglas Orestes Franzen</i>	
CASA GUERNIERI: PATRIMONIALIZAÇÃO, LIMBO E PERDA (1996-2020).....	75
<i>Luciano Chinda Doarte</i>	
PATRIMÔNIO HISTÓRICO SOB CRITÉRIOS: O CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA FÁBRICA DA COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS DO RIO ANIL COMO LEGADO CULTURAL DO MARANHÃO	93
<i>Carlos André Colins dos Santos</i>	

RELAÇÕES ENTRE O PATRIMÔNIO OFICIAL E OS BENS DE NATUREZA IMATERIAL NO MUNICÍPIO DE FLORES DA CUNHA, RS	108
<i>Guilherme Dias</i>	
<i>André Luis Ramos Soares</i>	
O CASARÃO 34 EM JOÃO PESSOA, PB: ENTRE ARTE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO.....	127
<i>Emanuelly Mylena Velozo Silva</i>	
<i>Sabrina Fernandes Melo</i>	
INTERPRETAR O PATRIMÔNIO MATERIAL EM FRANCISCO BELTRÃO-PR: A PRAÇA EDUARDO VIRMOND SUPPLY, O ENSINO DE HISTÓRIA, O PATRIMÔNIO E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA.....	142
<i>Fernanda Cordeiro de Almeida Faust</i>	
<i>Sônia Maria dos Santos Marques</i>	
ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL: O USO DE MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS COMO REFERÊNCIAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	156
<i>Kênya Jessyca Martins de Paiva</i>	
SOBRE OS AUTORES.....	176

PREFÁCIO

Há inúmeros questionamentos vinculados à temática patrimonial. O que é um patrimônio? Como a sociedade se relaciona com o mesmo? Quais são as políticas públicas relacionadas ao tema? Qual é o papel dos educadores frente aos bens patrimoniais? E o que acontece com os patrimônios não oficiais?

Para sermos capazes de nos debruçar sobre estes questionamentos é preciso compreender inicialmente o que a sociedade percebe de si e de seu passado em um determinado período. Os bens patrimoniais estão intimamente vinculados a isso. Eles se articulam com a memória coletiva e com os elementos que são valorizados nela. É daquilo que é percebido como significativo e cuja continuidade é simbólica para o coletivo que são eleitos os patrimônios. Não há patrimônio que se sustente no vazio, seu alicerce é a valorização coletiva. Mas nem sempre a sociedade é unânime com relação a determinados bens.

Um exemplo importante deste tipo de realidade pode ser percebido no ano de 2007, quando dois bairros das cidades catarinenses de Pomerode e Jaraguá do Sul foram tombados em sua totalidade enquanto patrimônios históricos nacionais, em um inédito tombamento de paisagem cultural no país. Questões polêmicas acompanharam todo o processo. Diversos moradores da região ficaram inconformados pelas medidas patrimonialistas, pois observavam outras finalidades para os espaços tombados, que não a preservação por seus significados históricos. Outros, por sua vez, souberam se reinventar frente às novas possibilidades, e investiram em atividades turísticas.

Este tema foi abordado no documentário “Vale Tombado”¹ cujo roteiro e direção é de autoria de Carlos Daniel Reichel. O cineasta aborda a questão em um jogo de entrevistas com as entidades participantes e os moradores da região, ao mesmo tempo em que aborda a sua própria realidade familiar e o destino do casarão de seus avós. Enquanto o tombamento dos dois bairros garantiu a manutenção de diversas edificações históricas, a falta de interesse familiar relegou o

velho casarão à demolição.

O esforço de Carlos Reichel demonstra um importante exemplo de como as políticas patrimoniais nem sempre são consenso entre a população de determinada espacialidade. E, por outro lado, também exprime a insuficiência de políticas de educação patrimonial para com estes grupos.

Percebemos assim os bens patrimoniais e as suas respectivas preservações enquanto ações permanentes, vinculadas a um diálogo contínuo entre a sociedade e os poderes públicos, das mais diversas esferas. Mas também é de grande importância um diálogo constante entre diversas iniciativas e realidades, em vista da gradual enriquecimento da temática e de suas possibilidades. É a partir desta perspectiva que esta obra foi organizada.

Neste sentido, os capítulos que compõem esta obra coletiva versam sobre realidades concretas e trazem importantes reflexões para o campo dos estudos sobre o patrimônio, através de contribuições brasileiras e uruguaias. Ao longo dos textos estão presentes debates sobre a educação patrimonial e suas possibilidades, metodologias de formação cidadã frente aos bens patrimoniais, a problemática do tombamento frente a bens oficiais e não oficiais, os diálogos entre as perspectivas de determinados grupos e o poder público, as seleções de determinados itens para comporem o hall de bens tombados, o tema patrimonial frente aos interesses econômicos e turísticos, e as problemáticas em torno da preservação dos bens coletivos.

Este conjunto de pesquisas demonstra a atualidade do tema e oferece importantes debates para o campo de estudos. Boa leitura!

João Vitor Sausen

DA IMPORTÂNCIA DO RECURSO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO FACE À DESNATURALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA TEMPORAL NA MODERNIDADE¹

Antonio Carlos Figueiredo Costa²

INTRODUÇÃO

No presente texto intencionamos sublinhar a importância da articulação dos museus e sítios históricos ao ensino da História, com ênfase especial nos anos escolares do ensino fundamental. Prover a cultura histórica com recursos para a atuação da consciência histórica é parte indissociável na formação humanística e cidadã, enquanto vínculo dos homens do presente com as gerações passadas. Nesse sentido, a identidade histórica, gerada a partir do conhecimento e da autorreflexão, fundamentada dos tempos pretéritos, pode oferecer parte substancial dos contributos de orientação à práxis vital humana na travessia entre o passado e o futuro.

A aceleração histórica que aparece atuante enquanto desnaturizadora da experiência histórica na modernidade parece ter adquirido na sociedade do conhecimento, mediada pela cibercultura, um componente que acena com novos conteúdos ao horizonte de

1 Dedico o presente trabalho, ‘com açúcar e com afeto’ à minha querida filha, Beatriz Queros Figueiredo, graduanda em Museologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

2 Licenciado, Bacharel, Mestre e Doutor em História (UFMG). Professor Efetivo na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), tendo ingressado por concurso de provas e títulos, atuando na Unidade Acadêmica Ibirité no Ensino (Formação de Professores), Pesquisa e Extensão. Líder do Grupo de Pesquisas José Carlos Mariátegui e membro do NIEHLAFRO. Autor de livros e artigos na imprensa universitária. Acesso ao C. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1285407435165636>. E-mail: antonio.costa@uemg.br

expectativas da sociedade. A ampliação do campo de experiência mediante o exercício do raciocínio histórico pode servir como mediador do descompasso entre a atenção, a expectativa e a memória, reforçando o primeiro desses operadores hermenêuticos informados (atenção) para que o terceiro (memória) atue como agente de uma necessária alteridade histórica, ponto axial a que os jovens cidadãos passem a considerar sua vinculação a um passado público de forma esclarecida e portanto, isento de nacionalismos asfixiantes e tóxicos ufanismos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA: O QUE DIZEM OS HISTORIADORES?

Historiadores alemães comprometidos com a sofisticada e ambiciosa renovação teórico-metodológica que vem ocorrendo naquele país costumam frisar o insubstituível espaço a ser ocupado pelo tema do patrimônio histórico na formação escolar. Nesse sentido, a ausência de uma didática articulada à história nos museus históricos tem sido um dos temas trepidantes entre os professores que transitam pela teoria da consciência histórica, haja visto que a formação histórica de sentido é um problema didático dos mais relevantes. Na Alemanha do pós-guerra, os professores de história foram confrontados com as derrapagens decorrentes do processo de modernização, conforme ocorrido naquele país, entre a centralização imperial sob os acordos da burguesia Guilhermina e junkers prussianos na segunda metade do século XIX, a derrota na grande guerra de 1914-1918, a ascensão do nazismo e sua derrocada, além das trágicas consequências da II Guerra Mundial (1939-1945), que cindiram a nação alemã nos pólos antagônicos da Guerra Fria.

As concepções de progresso deveriam doravante passar a ser validadas por uma análise crítica na qual pudessem ser aplicadas a condições históricas de juízo entendidas como a capacidade de testagem de regras experienciais generalizadas no âmbito da civilização. Aprender com o passado humano passou a significar aprender o que torna tal passado significativo para a História, fazendo com que experiências sirvam como mestras capazes de demonstrar de que forma é possível contingenciar os desafios enfrentados no presente, implicando por sua

vez em reconhecimento que a ordem temporal passado – presente se impõe soberanamente, que o passado não se repete – mas fazendo com que o aspecto aterrador da passagem em direção ao futuro³ fique mitigado pelo desejo humano de continuar a vida, com o passado se tornando o “ontem”, pois sendo assim, tornou-se algo conhecido, e portanto, capaz de ser ressignificado nos aprendizados que é capaz de apresentar. Por sua vez revalorizou-se também o presente, com o tempo histórico surgindo a partir da tensão entre experiência e expectativa, suscitando a cada presente, novas soluções pela relação intrínseca com que cada um desses ‘presentes’ desenvolve com cada passado, em relação única, singular e irrepitível, conforme expressas na obra de Reinhart Koselleck⁴.

A orientação temporal interior da subjetividade humana passou a ganhar espaço, e com isso, foram viabilizadas as formas pelas quais deveriam ocorrer os processos de identificação histórica (RÜSEN, 2014). Civilizar, por sua vez passou a significar “apurar e explorar chances de reconhecimento da diferença cultural, e ampliá-las no trabalho concreto de interpretação.” (RÜSEN, 2014, p.188). Assim, para os defensores da teoria da consciência histórica, o aprendizado histórico passou a tomar como ponto de partida quatro operações mentais da formação de sentido, a saber: 1. Percepção; 2. Interpretação; 3. Orientação; e, 4. Motivação, sendo que a autorreflexão é condição *sine qua non* a que o indivíduo venha a interpretar a experiência temporal mediante o

3 Tratamos do “terror da História”, o que Ivan Domingues (1996) identifica como sendo o novo e efêmero com os quais o homem tem de conviver na modernidade, onde a História lhe parece haver perdido sentido, e onde o indivíduo se percebe ‘pouco equipado’ para lidar com o problema do mal na História, e em que medida ele poderá suportar o ‘terror da História’ de que, de tempos em tempos (guerras, depressão, pestes, holocausto, genocídios, migrações forçadas, golpes de Estado, ditaduras, desemprego estrutural) é vítima.

4 De acordo com Estevão de Resende Martins (2007), alguns historiadores alemães do pós-guerra como Hans Mommsen, Werner Conze, Otto Brunner e Theodor Schieder, entre outros, haviam diagnosticado as limitações apresentadas pela história factual, passando a pugnar por uma abordagem estrutural. A partir de Heidelberg, Werner Conze, à frente do seu Grupo de Trabalho em História Social Moderna, mobilizou a partir de 1957, discípulos talentosos como Reinhart Koselleck. A ‘monumental’ obra *Conceitos históricos fundamentais. Léxico histórico da linguagem político-social na Alemanha*, cuja edição foi iniciada em 1972, representa, segundo Martins, uma vitrine de resultados da plataforma teórica, metódica e empírica do mencionado Grupo de Trabalho. Sobre a História dos conceitos, consultar Koselleck, 2006 e Koselleck, 2014.

recurso à experiência do passado. Por seu turno, o aprendizado histórico passou a ser traduzido na forma da aquisição de competências ligadas às mencionadas operações mentais de sentido. Assim, parafraseando Jörn Rüsen, poderíamos dizer que o aprendizado histórico é, ao fim e ao cabo, aquisição de competências experiencial, interpretativa, orientadora e motivadora. A história, voltada à narrativa da trajetória humana, e sendo um tempo especificamente humano, fica submetida às modificações de ritmos e prazos do mundo, por força da ‘aceleração’, motivada seja pelo progresso técnico-científico, ou ainda pelas alterações sócio-políticas.

A aceleração enquanto conceito de experiência na modernidade, potencializa ainda mais à ação nefasta de *Cronos* ao mundo supralunar, introduzindo um componente desconhecido – a nos guiarmos por Reinhart Koselleck (2014) – que não pode ser deduzido de nenhuma experiência anterior. Esse traço da modernidade reforça as condições de vida do homem estancado do seu meio original, e lançado ‘heideggerianamente’ em um mundo inspirado e alinhado sob Prometeu, e conseqüentemente constituído em meio ao caos, para o seu bem, mas também para a sua danoção. Desenraizado, é nos testemunhos dos feitos humanos do pretérito, e em suas evidências materiais que o homem da modernidade passa a sorver os recursos para que a sua própria identidade não venha a esfacelar por completo.

Susan Davies (DAVIES, 2011), professora na Universidade do País de Gales, e pesquisadora com trânsito em instituições como a Real Comissão sobre Manuscritos Históricos e o *National Museum and Galleries of Whales*, considera inextrincáveis as relações entre história e patrimônio, e defende que há três principais modos de acesso ao passado na mencionada relação: 1. A memória: na sua avaliação, essencialmente pessoal, pouco verificável e limitada em alcance, mas que permitiria uma apreciação do passado, além da familiaridade, participação e orgulho de conhecimento e pertencimento às próprias raízes; 2. A história: pelo fato de oferecer dados e conclusões partilhados numa avaliação pública, com características de imortalidade – sobretudo quando impressa em algum suporte – com a vantagem de contribuir para o entendimento do contexto (coleta de dados/avaliação das evidências/interpretação estruturada), porém, conforme se sabe, inevitavelmente subjetiva e definida por visão retrospectiva; e, 3. As relíquias: definidas enquanto resquícios físicos

sobreviventes de todos os tipos, tais como construções e artefatos de toda espécie, que nas palavras da autora, “...sempre geram uma resposta emocional”, favorável ou desfavorável, mas que “...proporcionam um foco para os mesmos sentimentos e necessidades que os inspirados pela memória, junto com sentido de tempo e atemporalidade” (DAVIES, 2011, p.320).

A autora reitera a importante tarefa atribuída à UNESCO, enquanto organismo de dimensão global, por se tratar de agência destinada à elevar a consciência do patrimônio e ao monitoramento das questões de relevância, assim como o ICOM – Conselho Internacional de Museus – no que cumpre destacar as nuances acerca do patrimônio cultural que envolvem os países desenvolvidos, onde se espera encontrar a qualidade de museus e cuidado com os prédios históricos, circunstâncias que se sabe, são mais raras nas regiões denominadas como subdesenvolvidas, onde está presente a tendência a concentrar recursos na sobrevivência humana.

Há de se considerar – seguimos a Susan Davies – as pressões financeiras e comerciais da atualidade, para que o patrimônio cultural venha a se transformar em um gerador de renda, o que implicaria em transformá-lo em um negócio como outro qualquer, que deva comprovar sua viabilidade, com indicadores de desempenho, o dinheiro gasto ter sido compensador e o investimento retornar em termos contábeis, fato que além de reduzir e coisificá-lo em sua natureza, envolveria habilidades empresariais e espírito competitivo.

Não obstante, outro aspecto a ser considerado, seria o impacto da informática sobre o setor do patrimônio, o que passa a levantar questões de fundamental importância que vieram a impactar de maneira indubitável e aparentemente definitiva a divulgação, assim como o próprio interesse do público. No relato de Susan Davies, os recursos da informática assumem definitiva importância não apenas para apresentação, interpretação e gestão, mas também pela possibilidade de criar cópias que substituam materiais frágeis como parte de medidas de preservação, mas também de iniciativas de acesso. Retornaremos a esse quesito oportunamente. Em suma, na avaliação da autora, o público que procura os museus apresenta-se mais crítico a cada dia, o que acaba por causar,

“...um forte impacto sobre os padrões de apresentação e interpretação no ambiente dos museus, no sentido que os visitantes que usaram a informática para examinar artefatos apresentados de forma especializada por meios digitais, com excelentes textos explicativos, têm poucas probabilidades de ficarem impressionados por um objeto dentro de um recipiente de vidro antigo, com um rótulo gasto”. (DAVIES, 2011, p. 324).

LUGARES DE MEMÓRIA: POR QUE DEVEMOS VISITÁ-LOS?

Museus e sítios históricos: por que, na condição de Professores, devemos visitá-los na companhia dos nossos Alunos? Em um primeiro momento, entendemos razoável, cumprirá separar aquilo que é deleite estético dos iniciados, ou mesmo, o mero lazer descompromissado dos passeios de família. A educação formal pode (e, na medida do possível deve) ser lúdica, leve, prazerosa. Porém, uma atividade didática, considerada integrante de dias letivos, aprioristicamente será mediada por cunho pedagógico. Então, não cabe confundir instâncias públicas das privadas. Excursões escolares não ocupam, e não devem tentar ocupar espaços destinados a passeios em família ou a incursões de *habitués* nos aparatos museológicos. Então, qual papel caberia à Escola, em uma visita dessa natureza?

Talvez as perguntas que lançamos até aqui comecem a ser respondidas de forma adequada mediante outro questionamento, que inquire no cerne, as nossas intenções pedagógicas, e obviamente nossos compromissos, enquanto professores, com esses jovens futuros cidadãos. A visita a equipamentos de cultura, quase que invariavelmente, costuma ser articulada a algum conteúdo de História. Assim, devemos em primeiro lugar esclarecer a nós mesmos, qual o espaço ocupado pela História nos currículos escolares. Ora, o que nos oferece os museus e os sítios históricos? Testemunhos materiais do passado, ávidos por revelar o patrimônio cultural, seja ele de natureza material ou imaterial de uma sociedade, em que aspectos ele poderá ajudar no processo de descortinamento do passado, e iluminação dos desvãos do silenciamento, não adequadamente contemplados em nossos materiais didáticos?

E mais, se a História, como pretendem alguns, deseja não somente devassar as formas de vida do pretérito, mas também estabelecer uma conexão entre os homens do presente com os homens do passado,

estabelecendo a necessária empatia do presente vivido com os dias de outrora, condição a que as novas gerações venham a se reconhecer como portadoras de elos com algum passado público – exterior, porém lembramos, imbricado às instâncias privadas – seria importante também evidenciar que uma visita nos moldes que preconizamos até o momento (atividade escolar curricular, pretensão de aproximação com as estruturas temporais do passado e presente, etc...) necessitarão de uma linguagem que é própria ao momento, e que, como seria esperado, consiga realizar com sucesso uma espécie de transposição didática entre a linguagem museal e o universo cultural dos alunos. O que nos conduz a outro questionamento. Afinal, quem são os nossos Alunos? Realmente os conhecemos quando não atrelados aos seus bancos escolares? Ou estaremos navegando por estereótipos? Como serão seus ambientes familiares, seus interesses, sua ‘bagagem’ (Bourdieu/Passeron), seu capital cultural? Possivelmente aí esteja o desafio do Professor, uma espécie de ‘nó górdio’ a ser desatado no caso da frequência a museus.

O que caberá então ao professor? Um bom começo seria a consulta às referências que estamos deixando ao longo desse pequeno trabalho. Sua leitura servirá para mediar os questionamentos da turma, adequando as respostas do profissional de museus, e fazendo com que essas se articulem aos objetivos específicos da visita. Identificar alguns dos conceitos fundamentais da museologia (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2014), tais como os de ‘exposição’, ‘mediação’, ‘musealização’, ‘objeto de museus’ (*musealia*), ‘patrimônio’, ‘preservação’, ‘educação museal’⁵, mas também conhecer o desenvolvimento histórico acerca da ideia de patrimônio cultural (COSTA, 2019)⁶, ou ainda, saber trabalhar ‘documentos não escritos’⁷ em sala de aula, poderão se tornar

5 Conceitos-chave de museologia está disponível para *download* em: < http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf>. Acesso em: 26 Mar. 2021.

6 Em 2019 publiquei um pequeno artigo que esboçou o nascimento da ideia de patrimônio cultural em países europeus, desde a época do Renascimento. No tocante ao século XX, o trabalho apontou para os reflexos desses debates na política de patrimônio cultural desenvolvida no Brasil. Não será portanto o caso de tecer maiores considerações acerca do desenvolvimento histórico do patrimônio cultural no presente estudo. O mencionado artigo encontra-se disponível em: <<https://claretiano.edu.br/revista/196/revista-educacao>>. Acesso em 22.03.2021.

7 Expressão utilizada pela professora Circe Bittencourt (2008) para caracterizar metafo-

conhecimentos úteis, antes, durante e depois da visita a museus e sítios históricos.

E o que dizer de visitar cidades históricas, tomemos como exemplo as localizadas em Minas Gerais, sem um conhecimento mais preciso do que foi o Barroco? Aleijadinho e mestre Ataíde teriam dado conta de realizar integralmente, assinando todos os trabalhos que lhes são atribuídos, ou contaram com um razoável exército de artífices em fina sintonia com suas determinações artísticas? Como percebemos, as perguntas se avolumam. E as respostas possivelmente virão, não por soluções fáceis. Há de haver muito estudo nessa preparação. Uma visita individual, realizada anteriormente quando possível, sempre é desejável. Conhecer a proposta de educação museal do equipamento de cultura alvo da ação educativa poderá ajudar muito. Porém, em todos os casos, ela será mais produtora se tiver como guia a *episteme*, e nunca a *doxa*. Afinal, convém deixar o senso comum para aqueles que não possuem o ônus (melhor seria dizer, o *bônus*) de ensinar.

Até aqui, falamos muito dos encargos da docência. Mas caso nos posicionemos ao lado daqueles que defendem as metodologias ativas, bem como entre os que acreditam firmemente nas lições do grande mestre que foi Paulo Freire, caberá prover com alguns acordos de autonomia as tarefas destinadas ao alunado. As ações educativas movidas pelos atuais equipamentos de cultura visam mobilizar, por meio de exercícios, as capacidades sensoriais, e sobretudo as visuais dos visitantes, circunstância nas quais ocorrem perguntas, manipulações e experimentações. Não se trata mais de um mero acúmulo de informações das visitas de outrora, que antes costumeiramente serviam para a produção de cartazes decorativos a cobrir de maneira intempestiva os saguões da escola, em horas, quiçá dias, de efêmera e (contestável) glória acadêmica. Pois o desafio de formar cidadãos para as práticas democráticas visa o desenvolvimento da análise crítica e do pensamento lógico, o levantamento de hipóteses, a discussão, e obviamente, os questionamentos.

Enfim, espera-se que mediante essas atividades enriquecedoras, possam ser estimulados o conhecimento acerca do passado, e

ricamente os objetos de museus, enquanto componentes de uma cultura material que nos informa sobre os costumes, as técnicas, condições econômicas, ritos e crenças dos nossos antepassados.

consequentemente, a retirada desses jovens de uma espécie de ‘presente contínuo’, conforme se referiu alhures o historiador Eric J. Hobsbawm, em metáfora utilizada para designar as condições de desconhecimento da pertença a um passado público. Assim, conhecer, não para ufanizar, mas para revalorizar e ressignificar o passado dos grupos que constituem a sociedade, poderá servir não somente para a formação de cidadãos mais ativos e participativos, mas também para combater as influências nefastas do racismo, da misoginia, da homofobia e do preconceito em relação às classes mais desfavorecidas da sociedade.

TERRITÓRIOS EM DIÁLOGO COM A HISTÓRIA

Enfim, a visita a museus e sítios históricos precisa ser estrategicamente pensada. Pois o evento corresponde à construção de um elo entre os objetivos da disciplina História e as contribuições oferecidas por determinado acervo de natureza histórica. Tal fato significa um grande dispêndio, tanto da parte do Professor, quanto do Alunado. Ao primeiro significará deixar de lado qualquer sombra de comodismo, e embrenhar-se de forma decidida e responsável na linguagem museal, condição para um diálogo mais proveitoso com os profissionais de museus, conforme acima mencionamos ao tratar dos conceitos-chave de museologia (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2014) e acatar nas visitas, alguns dos procedimentos da museografia oferecidos *in loco*.

Para tanto, o professor deve dispor de materiais didáticos informativos o bastante para eliminar, ainda que de forma relativa, a dependência em relação às iniciativas *ad Hoc* dos profissionais de museus responsáveis pelas visitas guiadas. Certamente esse profissional de museus será uma autoridade no evento, mas ressaltamos que não convém abandonar a esse indivíduo a totalidade daquilo que será executado durante a visita. O tema da visita aos museus e sítios históricos, e a validade do uso dos seus acervos como parte integrante do material de consulta escolar, tem sido objeto de uma discussão colocada com certa regularidade, pelo menos desde a década de 1980, nas obras didático-pedagógicas voltadas ao ensino de história ⁸. Entre essas obras didáticas

⁸ Cabe informar que entre 13 (treze) livros estampados sob a proposta de tratar o ensino e aprendizagem de história publicados entre os anos de 1980 e a década atual, pelo menos cinco, com ênfases variadas, deixamos esclarecido, trataram de aspectos ligados

cabe dar destaque aos trabalhos assinados por Circe Maria Fernandes Bittencourt e Eduardo Berardi Jr., em obra organizada por Marcos A. da Silva (s.d.); Selva Guimarães Fonseca (2003); Circe Maria Fernandes Bittencourt (2008); Adriana Mortara Almeida e Camilo de Almeida Vasconcellos (2009); e, Marcos Silva e Selva Guimarães Fonseca (2012). Tratam-se de trabalhos com escopo bastante diversificado em relação ao trato com o patrimônio cultural, fator que em conjunto, oferece maior riqueza no tocante ao leque aberto à futuras propostas de trabalho em sala de aula. Entendemos que pela diversidade heurística na abordagem do tema patrimônio cultural, presentes nessas publicações, cabe comentar suas nuances pedagógicas.

Na década de 1980, Circe Bittencourt (s.d.) estampou um pequeno relato de experiências realizado entre os anos de 1979 e 1981, com algumas séries de uma escola estadual da cidade de São Paulo. A intenção era tomar o meio como história, e envolvia turmas do antigo 2º grau. Com turmas diversas, observados critérios de conteúdo programático ao ensino de História, e sob as limitações de tempo e recursos financeiros, a autora, e a equipe de professores por ela integrada, realizaram com os alunos diversos trabalhos de campo aonde eram interrogados os processos de industrialização, sob uma perspectiva multidisciplinar.

Os professores envolvidos naquele trabalho questionavam os modelos empregados para o desenvolvimento do país, e com vistas a um posicionamento crítico, visitaram com seus alunos, antigas zonas produtoras de café, usinas de fabricação de açúcar e álcool e zonas de ocupação fabril, com suas fábricas e velhos casarios destinados ao proletariado ainda sobreviventes à ação do tempo. O objetivo central se constituía, via-de-regra, em conhecer o passado enquanto forma de compreensão das relações encontradas no presente, em suas várias dimensões (econômica, social, ambiental, cultural...). Interessa ainda o fato da autora apresentar as várias dificuldades encontradas ao realizar um trabalho dessa natureza em uma escola pública, composta por uma clientela muito limitada em termos de recursos pecuniários.

aos museus e à memória. Essa consulta, ainda que não tenha a pretensão de esgotar o universo desse tipo de publicação, revelou contudo, por meio das sucessivas edições que vieram a lume, nos autores que se propuseram a tratar do tema, a recepção desse tipo de proposta junto aos professores de história destinatários de tais publicações.

Também de grande validade é o relato de Eduardo Berardi Jr. sobre um trabalho de campo realizado com alunos da antiga 5ª série do 1º Grau de ensino, em visita ao Sítio da Ressaca, bairro do Jabaquara, também na capital paulista. O autor desejava ir além dos documentários, *slides*, dramatizações ou leitura de romances, para oferecer, mediante as condições materiais encontradas em uma casa de antigos bandeirantes, uma espécie de, usemos de suas palavras, “máquina do tempo”, para resgatar ainda que parcialmente, a realidade dos tempos pretéritos, e com isso, desfazer os mitos de suntuosidade cunhadas pelas antigas famílias ‘quatrocentonas’ de São Paulo. Repor o passado em sua devida dimensão se constituía em uma das pedras angulares do exercício proposto por Berardi Jr. aos seus jovens alunos.

Em trabalho estampado sob o título ‘Didática e prática de ensino de História’, Selva Guimarães Fonseca (FONSECA, 2003) incluiu os museus na qualidade de fontes e linguagens a serem consideradas ao lado da literatura de ficção, poemas e crônicas, filmes, canções, imprensa periódica e análise de documentos. A autora trabalha em uma perspectiva bastante interessante, que se propõe a pensar a produção do conhecimento histórico para além dos estreitos limites das agendas de pesquisa das universidades. Oferecendo alguns passos a sequenciar os diferentes roteiros que permitem explorar tais possibilidades, parece aproximar-se das propostas dos teóricos e didatas alemães da teoria da consciência histórica⁹.

Assinando obra de maior fôlego, a professora Circe Maria Bittencourt (BITTENCOURT, 2008) dedicou alguns anos após o seu relato de experiência, um espaço ao tema patrimônio histórico em sala de aula. Em breve avaliação sobre os avanços da educação patrimonial

9 O prof. Estevão de Rezende Martins (MARTINS, 2002) explica que a reflexão histórica produz, em regra geral, três tipos de resultado intelectual: o primeiro seria a consciência histórica – conceito que sabemos central junto à nova historiografia alemã capitaneada por historiadores como Jörn Rüsen; a segunda fica expressa pelo formato científico da historiografia; e, o terceiro, que corresponde ao que se conhece por cultura histórica, que de acordo com esse autor, surge no encontro da historiografia, vale dizer, da produção científica e da consciência difusa, individual e coletiva. No espaço público, encontramos efeitos externos à corporação dos historiadores que também se vinculam a decifrar a experiência humana no tempo, com o cinema, as artes, o ambiente escolar com efeitos que impactam a práxis social, e que incluem tanto a visão que cada indivíduo tem de si mesmo, quanto do mundo que ajuda a construir.

nos planejamentos escolares, a autora defendia a majoração de atividades lúdicas e de ampliação do conhecimento acerca do passado, registrava a importância de conceitos do campo do patrimônio cultural que devem transitar pelo vocabulário dos professores de História, tais como preservação patrimonial, educação patrimonial, pluralismo cultural e identidade cultural. Além de continuar sugerindo o estudo do meio como método de investigação, e elencar atividades visando a diversificar as fontes sobre o passado, Circe Bittencourt alertava que,

“É importante ter como critério a escolha de lugares [de preservação patrimonial] diversos. [Pois] ao limitar o estudo a espaços considerados ‘monumentos históricos’, tombados pelo patrimônio histórico, pode-se conduzir os alunos a equívocos sobre a própria concepção de história e sedimentar a idéia de que a memória histórica deve ater-se apenas a determinadas esferas de poder. Normalmente os monumentos históricos são marcos de pessoas poderosas ou do poder oficial e, portanto, esses poderiam ser vistos como os construtores exclusivos da memória histórica.” (BITTENCOURT, 2008, p. 279).

Bastante provocador, a começar pelo título – Por que visitar museus – é o texto alinhado por Adriana Mortara Almeida e Camilo de Mello Vasconcellos (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2009), incluso como capítulo em obra organizada por Circe Bittencourt¹⁰. Talvez a contribuição mais importante dos autores seja chamar a atenção dos professores a que compreendam que não basta visitar uma determinada exposição museológica para que ocorra o esperado processo educativo, pois é preciso “...compreender as mensagens propostas pela exposição e construir novas significações a partir delas” (2009, p. 105).

Com esse objetivo em mente, os autores vão oferecendo alguns recursos da linguagem museal, ao mesmo tempo em que explicam, de forma bastante didática, que os acervos museológicos dispostos nas exposições são constituídos de forma a alimentar um determinado discurso, tendo sido selecionados ao longo de certo tempo. Esses objetos ‘pinçados’ como testemunhas do passado, passam então a se constituir de objetos-testemunhos a objetos-diálogos por força do discurso intrínseco à exposição museal. Tendo essas questões em mente, os autores reiteram a crença no potencial educativo dos museus e relatam estudos de caso

10 A primeira edição data de 1997.

realizados no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, e no Museu Paulista. Segundo os autores, é importante que fique entendido que a memória é objeto de conhecimento, “e que, no caso do museu histórico, uma de suas principais funções seja a de contribuir para o entendimento de sua construção e de sua representação no momento presente” (2009, p. 107).

Também digno de nota é o trabalho desenvolvido por Marcos Silva e Selva Guimarães, intitulado ‘Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido’ (SILVA; GUIMARÃES, 2012). Ao tratar da relação entre a sala de aula e o espaço virtual, os autores levantam questões lapidares – presentes *an passant* no trabalho de Susan Davies – que aproximam a cibercultura, e por extensão, a sala de aula dos museus históricos. Nas suas palavras,

“As redes de comunicação colocam professores e alunos em contato permanente com catálogos de museus, arquivos e bibliotecas, bem como com textos e imagens pertencentes a tópicos daquela área do saber.” (SILVA; GUIMARÃES, 2012, p. 111)

Contudo, alertam os autores, teremos sempre de levar em conta que o acesso facilitado a itens como catálogos e tópicos de arquivos, museus e instituições similares são o resultado de uma seleção realizada por algum profissional, e que não poderão ser aceitos pura e simplesmente como uma verdade pronta e definitiva. Assim, talvez o grande ganho tenha sido a possibilidade de visitas virtuais, dado que antes não havia, fosse pelas distâncias ou simplesmente pela falta de recursos para superá-las, garantindo a possibilidade de acesso, ainda que à distância, a tais acervos. Como advertem os autores, há aspectos das obras de arte como a escala, a tridimensionalidade e mesmo a cor e textura que ficam comprometidos ao serem reproduzidos em uma tela de computador.

As contribuições colocadas pelos autores acima listados, certamente continuam válidas. Porém entendemos que caibam algumas considerações da lavra de Jörn Rüsen (RÜSEN, 2012), para que consigamos formar um quadro mais completo e coerente acerca de uma didática válida a adotar quanto aos museus e sítios históricos. Jörn Rüsen realiza uma crítica à forma pela qual é tratada a didática nos museus históricos. Na sua avaliação, a concepção didática que as comissões dos

museus históricos preparam acabam por se resumir tão somente a uma transposição da tecnologia, e nada mais, compreensão que o autor toma como ponto de partida e argumento ao seu texto.

De acordo com Rüsen, há o que ele chama por ‘paleta didática’ onde as comissões de planejamento dos museus históricos, assim como os pintores e outros artistas, passam a decidir usos e combinações que melhor venham a refletir os efeitos que desejam que sejam realçados. Essas paletas didáticas seriam compostas então por legendas em várias línguas, modelos em movimento, réplicas, diorama, encenações, documentações complementares, fotografias, apresentações de *slides* e fitas de som, vídeos, filmes, além de mídias de informação capazes de realizar diálogos. A ampliação dessas opções, no parecer dos especialistas em museus poderia ser ampliada, porém sempre no diapasão que aponta para os chamados métodos conhecidos e comprovados, o que acaba por corroborar a crítica formulada por Jörn Rüsen: a de uma didática como mera transposição da tecnologia disponível.

A proposta de Jörn Rüsen para suprimir o que ele entende por lacunas de argumentação consiste em avançar a discussão para o produtivo terreno da didática da história, onde se considera que devam ser proporcionadas possibilidades de experiência e outras chances de aprendizado. A crítica do autor, deve mobilizar segundo ele, uma expansão do campo de visão museológico, a partir da experiência sensível proporcionada pelos museus históricos, e que ainda de acordo com esse autor, não pode ser vista como um,

“mero preenchimento de uma interpretação dada. O direito de existência e o peso próprios da experiência sensível da história devem se mover, contra sua instrumentalização, da mera ilustração da interpretação para a validação da interpretação. Ao lado de objetivos políticos e de interpretação científica e especializada em um museu histórico, existe também a área relativamente autônoma dos objetivos ‘didáticos’, que não podem ser derivados adequadamente dos outros. No contexto de tais objetivos, propósitos políticos e interpretações especializadas poderiam ser trazidos a uma relação produtiva com outros determinantes do museu histórico, sobretudo a uma relação produtiva e não restritiva com a percepção sensível como âmbito (relativamente) autônomo da consciência histórica. O *medium* da percepção sensível deveria ser admitido como parâmetro fundamental no discurso sobre a concepção dos museus históricos

e considerado e apreciado de modo especial” (RÜSEN, 2012, p. 153 – 154).

O embate promovido por Jörn Rüsen possui razões de ser pelo motivo dos museus, sendo ‘históricos’, devam aprioristicamente contar com as mesmas salvaguardas que fazem uso a historiografia científica contra as tentativas políticas de uso da história, o que implica a especificidade e o direito próprio da existência de apresentação museológica da história, como também, o direito didático do museu histórico contra a sua instrumentalização, seja pela ciência, seja pela política. De acordo com o que defende Jörn Rüsen, há de haver uma espécie de *status* próprio na discussão pública acerca das formas e conteúdos da consciência histórica.

É fato que os museus históricos contribuem para uma formulação publicamente eficaz da identidade histórica. Mas a exposição da história em museus também tem a ver com a experiência estética, ou em outras palavras, ao fim e ao cabo, com a arte. Rüsen (2012) nos alerta que mesmo quando apresentações nos museus de história se pretendem condicionadas politicamente, elas não são simplesmente políticas em essência, mas apresentam qualidades estéticas. Assim, aspectos estéticos – ou ainda, referentes à beleza – inelutavelmente possuem a mesma importância que os aspectos racionais/científicos – que dizem respeito à verdade – da mesma forma e importância que aqueles de natureza política – respeitantes conforme sabemos – ao poder.

Assim, Jörn Rüsen nos adverte que, “...a consciência histórica é impregnada tanto por fatores políticos e não-políticos, quanto por cognitivos e não-cognitivos, ela pertence apenas em parte à cultura política e à cultura científica” (RÜSEN, 2012, p.155), sendo ainda, parte da cultura estética, ou da arte. Assim, teríamos a cultura histórica, que sabemos, através do próprio Jörn Rüsen, ser parte da cultura impregnada de modo decisivo pela consciência histórica. Ora, a cultura histórica apresenta-se nesse sentido como sendo:

“... o esforço de uma sociedade de assegurar, por meio das recordações coletivas, uma autocompreensão aceitável, de preservar sua identidade histórica. A recordação do passado, o trabalho cultural de recordação que pertence à vida de cada sociedade, acontece por causa da compreensão do presente e por causa da expectativa,

da perspectivação do futuro. Embora a consciência histórica seja dirigida para o passado enquanto desempenho da recordação, ela ao mesmo tempo também o é, por meio do passado, ao presente e ao futuro, trata-se de uma consciência do tempo, que abarca as três dimensões do tempo, ou seja, que organiza a compreensão do presente e expectativa do futuro por meio da interpretação do passado” (RÜSEN, 2012, p.155).

As três dimensões da cultura histórica – política, científica e estética – ao serem abordadas em sua inter-relação evidenciam a situação do problema quanto à peculiaridade dos museus históricos. A dimensão estética, sua importância no tocante à comunicação visual, passa a delinear, de acordo com Rüsen, um campo de atividades para a didática da história ainda não explorado devidamente enquanto contributo didático nos museus de história. Assim, Jörn Rüsen defende que devemos trabalhar firmemente contra a instrumentalização de qualquer uma das dimensões da cultura histórica em benefício de quaisquer das outras, o que corresponderia a que,

“...a parte estética possa contribuir irrestritamente com seu potencial imaginativo sem as coerções da instrumentalização. [segundo esse autor] Sem dúvida isso é possível, se ao mesmo tempo também a relação de ciência e política na cultura histórica se liberte da miscelânea obscura em que se encontra, na discussão contemporânea sobre museus históricos.” (RÜSEN, p.159).

Caberia ainda recorrer a esse autor, quando ele se pronuncia acerca de um,

“Espaço [que] deve ser concedido à imaginação para o jogo livre com os documentos perceptíveis do passado humano. Deve-se colocar para funcionar e deve ser capturado o jogo livre da imaginação no trato com a experiência histórica que relativiza as coerções das aspirações de poder de compressão racional no trabalho histórico de recordação.” (RÜSEN, 2012, p.158).

Investir naquilo que nos oferece o autor, tanto quanto à historiografia pós-moderna, quanto em alguns critérios mais pontuais que viemos levantando, nos parece de grande significação, afinal,

“A virada pós-moderna na teoria da história corresponde a essa pré-compreensão tradicional. Ante as ações verbais narrativas em que os historiadores cumprem as operações intelectuais e reflexivas determinantes para sua disciplina, a virada pós-moderna analisou-as

segundo critérios determinativos da constituição de sentido e acentuou nelas seu caráter poético. Quando a historiografia se perfila como criação poético-literária de sentido [pensemos na obra de Hayden White], então cabe mesmo considerar estéticos os critérios de sentido determinantes para a cultura da história... [no que devemos a todo custo]...evitar que a política conceda a si mesma o poder totalitário, e que a ciência conceda a si mesma o poder ideológico que as torne, cada qual, a instância exclusiva ou primária de constituição de sentido. Tais critérios, na dimensão política, são os direitos humanos; e na dimensão da ciência, os princípios metodológicos da discursividade argumentativa” (RÜSEN, 2021, p. 165).

Enfim, a defesa que o autor faz é a da liberdade da competência interpretativa, seja da ciência ou da política, o que significa fortalecer a dimensão da estética, o que seria a tarefa primordial da didática da história, quanto à sua intervenção nos museus de história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando, restaria sinalizar sob a ótica que acima fomos tecendo, as características desejáveis a serem observadas quanto à escolha dos museus e sítios históricos a serem visitados. A prerrogativa da seleção continua pertencendo ao professor, porém a consulta e o assentimento do público-alvo, o alunado, é parte inalienável do sucesso tanto da visita, quando da ação pedagógica a esta vinculada. Afinal, conforme nos orienta Almir Oliveira (2019), o patrimônio cultural disponibilizado em museus visa, entre outros objetivos, a fazer florescer e fortalecer o sentimento de pertencimento e identidade entre os participantes de uma comunidade.

Para as questões que viemos até aqui pontuando – autonomia, democracia, combate às várias formas de discriminação – nos parece, enquanto defensores do acesso à memória dos grupos mais vulnerabilizados da sociedade, que os museus possam ser tornados, por atuação do aparelho escolar público, espaços privilegiados de memória desses grupos.

Assim, provavelmente os museus e sítios históricos que potencialmente – pensemos sobretudo na escola pública, gratuita e socialmente referenciada – venham a promover a história dos

trabalhadores e dos diversos grupos étnicos (e de gênero) – sejam os mais capazes a estimular os questionamentos críticos, conforme viemos alinhando ao longo de nosso estudo.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Adriana Mortara; VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Por que visitar museus. *In: BITTENCOURT, Circe (org.). O saber histórico na sala de aula.* 11. ed. São Paulo: Contexto, 2009, p. 104 – 116.

BERARDI Jr., Eduardo. Um trabalho de pesquisa de campo: estudo de uma casa bandeirante. *In: SILVA, Marcos A. Repensando a história.* 6.ed. São Paulo: Marco Zero, s.d., p. 107 – 111.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. O meio como história. *In: SILVA, Marcos A. Repensando a história.* 6.ed. São Paulo: Marco Zero, s.d., p. 101 – 106.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

COSTA, Antonio Carlos Figueiredo. Sobre a ideia de patrimônio cultural: notas introdutórias em perspectiva histórica. *Revista Educação.* Batatais, v.9, n.3, p. 89-109, jan.jun. 2019.

DAVIES, Susan. História e Patrimônio. *In: LAMBERT, Peter; SCHOFIELD, Phillipp (orgs.). História: introdução ao ensino e à prática.* Porto Alegre: Penso, 2011, p. 319 - 329.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. Conceitos-chave de museologia. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura/ICOM, 2014.

DOMINGUES, Ivan. O fio e a trama: reflexões sobre o tempo e a História. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de história. Campinas: Papirus, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

MARTINS, Estevão de Rezende. Historiografia contemporânea – um ensaio de tipologia comparativa. *Varia Historia.* Belo Horizonte, n.27, p. 13 – 26, 2002.

MARTINS, Estevão de Resende. Historiografia alemã no século 20: encontros e desencontros. *In: MALERBA, Jurandir; ROJAS, Carlos Aguirre (orgs.). Historiografia Contemporânea em perspectiva crítica.*

Bauru: Edusc, 2007.

OLIVEIRA, Almir. Educação patrimonial. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (orgs.). Dicionário de ensino de História. Rio de Janeiro: FGV, 2019, p. 98-101.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (org.). O saber histórico na sala de aula. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2009, p. 128 – 148.

RÜSEN, Jörn. Para uma didática dos museus históricos: contra um estreitamento na controvérsia acerca da cultura histórica. In: _____. Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas. Curitiba: W.A, 2012, p.151 – 165.

RÜSEN, Jörn. Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã. Petrópolis: Vozes, 2014.

SILVA, Marcos; GUIMARÃES, Selva. Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido. 4.ed. Campinas: Papirus, 2012.

HISTÓRIA E PATRIMÔNIO: DIÁLOGOS A PARTIR DO OLHAR DO HISTORIADOR

Luiz Carlos Rodrigues da Silva¹

Marcos Edilson de Araújo Clemente²

INTRODUÇÃO

O artigo em pauta é um recorte da pesquisa em andamento da minha dissertação de Mestrado no ProfHistória, pela Universidade Federal do Tocantins –UFT, *Campus Araguaína*, através da qual sugerimos instrumentos teórico-metodológicos para o ensino de História e construção da identidade de uma coletividade por meio Metodologia da Educação Patrimonial e contribuir para a preservação dos diversos lugares de Memória, buscando objetivar a prática de ensinar a História Local no espaço do Mercado Público Municipal *José Vieira Nepomuceno* de Barra do Corda –MA, com a turma do Segundo ano A, Etapa Ensino Médio, no Centro de Ensino Arlindo Ferreira de Lucena.

O ProfHistória tem como área de concentração o Ensino de História. O Ensino de História apresenta múltiplas perspectivas didáticas e epistemológicas e a definição de sua funcionalidade seria uma tarefa difícil e com resultados suscetíveis a muitos questionamentos. O campo do Ensino de História ocupa um lugar não delimitado entre a Teoria da História, a legislação educacional e definição curricular, o conhecimento prévio dos estudantes, a realidade da comunidade escolar, a experiência docente e a transposição didática. Sendo esta última um

1 Professor da Educação Básica da rede estadual da cidade de Barra do Corda-MA. Mestre em Ciências da Educação pela UPAP. Doutorando em Ciências da Educação pela UAA, Mestrando em Ensino de História – ProfHistória, pela Universidade Federal do Tocantins – UFT, *Campus de Araguaína*. E-mail: solcrao9@gmail.com.

2 Professor da Universidade Federal do Tocantins – UFT – Campus de Araguaína. Doutor em História Social/ UFRJ. Docente do Programa de Mestrado em Ensino de História –ProfHistória. E-mail: marcos_edilson@yahoo.com.br.

dos grandes desafios, uma vez que o ensino de história não pode ser entendido como uma mera transmissão do saber produzido na academia. Nesta perspectiva e levando em consideração que a História se nutre da dinâmica social e está presente em diferentes espaços, é imprescindível que o resultado da sua produção, o conhecimento histórico, retorne e sirva de alguma forma aos indivíduos nas suas práticas cotidianas e possam valorizar a sua herança cultural.

No contexto hodierno de incertezas, em que todos os componentes curriculares enfrentam desafios complexos e lutam para se manterem no Currículo Oficial, decorrentes da reforma do Ensino Médio em andamento impregnados de inúmeros embates político-ideológicas sobre qual é a função da história e qual o seu compromisso com o processo de construção do conhecimento histórico, o ensino de História desponta como um meio privilegiado para implementar um dos alicerces da Educação Básica que é promover condições para o exercício do pensamento crítico do educando e inserção social consciente e participativa. A esse respeito, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) alerta que:

Trata-se, portanto, de adotar uma noção ampliada e plural de juventude, entendida como diversa, dinâmica e participante ativa do processo de formação que deve garantir sua inserção autônoma e crítica no mundo. As juventudes estão em constante diálogo com outras categorias sociais, encontram-se imersas nas questões de seu tempo e têm importante função na definição dos rumos da sociedade. (BRASIL, p. 463).

A BNCC indica que uma das ações do processo educacional é agir na construção de uma sociedade plural e aberta à prática da cidadania e, neste aspecto, inserir a diversidade presente na cultura brasileira como elemento integrante do patrimônio sociocultural. Neste sentido, o ensino de história pode contribuir para que o estudante da Educação Básica se prepare para o exercício da cidadania, problematize as cristalizações de determinadas ações e obtenha condições para reconhecer que as diversas culturas fazem parte da identidade nacional. Seguindo estas concepções, Rebeca Gontijo (2009, p. 63) ressalta que o espaço escolar se torna “um espaço privilegiado para o estudo da pluralidade, pois é considerada como lugar de convivência entre pessoas de diferentes origens, como

costumes e dogmas religiosos variados, com visões de mundo das mais diversas”.

A população brasileira possui um patrimônio histórico sociocultural que ultrapassa as diferenças culturais e está presente nas dimensões material e imaterial. Compete à comunidade a função de salvaguardar e atribuir significados aos elementos presentes na identidade local e coletiva para preservar os seus lugares de memória coletiva. De acordo com Pierre Nora (1993, p. 21-22) lugar de memória:

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é um local de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testemunho, uma associação de amigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual (...). Os três aspectos coexistem sempre. (1993, p. 21-22).

Nora sublinha que mesmo um objeto de uso pessoal pode ser considerado também um local de memória. O diferencial está se ele for investido de imaginação , subjetividade e lembranças pelo sujeito em relação ao objeto. Neste aspecto, a escola tem a função profícua de colaborar para que os estudantes tenham acesso a uma formação holística sobre patrimônio histórico cultural, abordando-os para além dos espaços públicos e dando significado de forma coletiva, bem como a compreensão sobre os processos históricos e transformações temporais que ocorrem na mesma e que estão para além da sala de aula.

O antropólogo austríaco Michel Pollack (1992, p. 201) analisa as relações existentes entre memória e identidade social, fornecendo subsídios teóricos valiosos sobre o conceito de memória. Dentre eles podemos destacar a sua explanação dos elementos constitutivos da memória:

Em primeiro lugar, são os *acontecimentos* vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de ‘vividos por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. (...) Além desses acontecimentos, a memória é constituída por *pessoas*, *personagens*. Além dos acontecimentos e dos personagens, podemos finalmente arrolar os lugares. Existem lugares da memória, lugares

particularmente ligados a uma lembrança (...).

Ao considerar que esses elementos – acontecimentos, pessoas/personagens e lugares – podem ter sido experienciado tanto diretamente por uma pessoa, quanto pelo que ele denomina de “vvidos por tabela”, Pollack aponta, fundamentado em Maurice Halbwacs, para uma característica essencial da memória, que é ser individual e, principalmente, coletiva/social. Ambas interligadas entre si e em constante diálogo.

O trabalho que me proponho, parte de uma problemática que é presente na realidade de Barra do Corda – Maranhão: a não possibilidade da realização da Educação Patrimonial em locais oficialmente caracterizados como patrimônio cultural pelo fato de não existir uma lei de tombamento dos bens materiais e imateriais da cidade. Diante deste impasse, a alternativa viável é trabalhar com patrimônio não oficial e que tem significado para as pessoas que ali circulam. Assim, a pesquisa se propõe colher no espaço público municipal, conhecido pelos habitantes de Barra do Corda –MA como *Mercado Público Municipal José Vieira Nepomuceno*, vivências pessoais e coletivas identificáveis na cultura local e no cotidiano de diferentes sujeitos.

O Ensino de História, que emerge a partir do início do século XXI, como campo de investigação historiográfica, compreende um amplo leque de perspectivas de abordagem investigativa ao ofício do historiador. Assim, configura-se como um campo de análise na discussão que envolve a temática patrimônio cultural e por isso delimitamos o viés deste trabalho no prisma da pesquisa histórica como estratégia de Ensino Local, utilizando-se como conteúdo base a Educação Patrimonial.

A relevância acadêmica desta pesquisa mostra-se significativa pelo fato de colaborar com a assimilação do que é Patrimônio Histórico Cultural pelos estudantes e pela comunidade, bem como inserir esta temática na historiografia sob a nuance do campo do Ensino de História.

PATRIMÔNIO : ALGUMAS NOÇÕES INICIAIS

Antes de qualquer abordagem queremos localizar o espaço de enunciação dessa pesquisa: o campo do Ensino de História, que surge a partir do início do século XXI e dá origem à área de concentração

do Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Ensino de História. Esse campo tem se preocupado em discutir as problemáticas do processo social de formação histórica dos sujeitos nos ambientes escolares e não escolares.

Na construção desse trabalho partimos do pressuposto de que a Educação Patrimonial traz consigo reflexões que perpassam a prática e a teoria, mostrando aos estudantes um encontro com o mundo material, ou seja, a expressão da cultura material interiorizada em diferentes documentos históricos, isto é, edifícios, igrejas, praças, ruas, feiras, mercados, propondo ações que possam ser realizadas e oportunizem um ensino de História significativo na Educação Básica.

O conceito de patrimônio foi e é construído socialmente. Etimologicamente a palavra remete à antiguidade romana fazendo alusão à herança, propriedade e bens familiares do *pater*. Quando falamos de patrimônio, nos vem à mente uma noção puramente econômica, haja vista que o seu emprego como bem cultural é recente.

A forma de proteger os vestígios da antiguidade que tivesse uma relação com a memória da nação tem sua origem na França após a revolução de 1789. A partir daí o patrimônio assume um caráter institucional e passa a ser inserido em um projeto maior. O governo revolucionário almejava apagar as referências alusivas ao Absolutismo e ressignificando os antigos e propondo novos símbolos. Dessa maneira, as relíquias, as obras de arte, os monumentos e qualquer objeto contendo valor histórico, passam a fazer parte de discursos e intencionalidades em um corpo jurídico, presentes também nos conflitos de memórias. Este momento faz parte do fortalecimento dos Estados Nacionais, que esperavam encontrar características que justificassem e legitimassem o seu papel de impor para os outros continentes o seu modelo de civilização. No contexto do processo de construção dos Estados Nacionais, o Patrimônio Histórico foi se construindo e se consolidando.

Após o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que legitimou a noção de patrimônio após a Conferência Geral da UNESCO, em Paris – França, entre os dias de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. Nesta conferência foi definida a seguinte concepção de patrimônio

cultural:

O patrimônio cultural é composto por monumentos, conjunto de construções e sítios arqueológicos, de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas (...). A Convenção definiu também que o Patrimônio Natural é formado por monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas, formações geológicas e fisiológicas, além de sítios naturais. Nele a proteção ao ambiente, do patrimônio arqueológico, o respeito à diversidade cultural e às populações tradicionais são objeto de atenção especial. Nesse sentido, a Lista de Patrimônio Mundial reside na conformação de um patrimônio comum, partilhado entre todos os países. (IPHAN. 2019).

No Brasil, a proteção ao patrimônio precede a criação da ONU e da UNESCO e está vinculado à criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 13 de janeiro de 1937, por Getúlio Vargas (1930-1945). O IPHAN vem desenvolvendo trabalhos de conservação, proteção e valorização de sítios arqueológicos, do patrimônio de natureza material e imaterial em parcerias com comunidades locais, universidades, governos, iniciativas privadas e pessoas interessadas na preservação dos bens culturais.

O conceito de Patrimônio Cultural é central e basilar em nossa pesquisa. Segundo o *Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial* da autora Evelina Grunberg (2007, p. 04) e veiculado pelo IPHAN, Patrimônio Cultural:

São todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo do tempo, vão se acumulando com as das gerações anteriores. Cada geração as recebe, usufrui delas e as modifica de acordo com sua própria história e necessidades. Cada geração dá a sua contribuição, preservando ou esquecendo essa herança.

Patrimônio Cultural não são somente aqueles bens que se herdam dos nossos antepassados. São também os que se produzem no presente como expressão de cada geração, nosso “Patrimônio Vivo”: artesanatos, utilização de plantas como alimentos e remédios, formas de trabalhar, plantar, cultivar e colher, pescar, construir moradias, meios de transporte, culinária, folguedos, expressões artísticas e religiosas, jogos, etc.

Fica evidente que a comunidade tem um papel fundamental para atribuir sentido sobre o patrimônio cultural. Para tanto é imprescindível

a inserção de ações educativas que tenham como escopo despertar o interesse dessa coletividade sobre a memória, as diversas manifestações e sobre as produções locais. São essas ações educativas que denominamos de Educação Patrimonial. Medeiros e Surya (2012, p. 279) asseguram que:

A educação patrimonial é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Significa tomar os objetos e expressões do patrimônio cultural como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos. Sem dúvida, a educação patrimonial pode ser um instrumento de “alfabetização cultural”, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Esse processo leva ao desenvolvimento da autonomia dos indivíduos e da comunidade, e à valorização de sua cultura.

O conceito de patrimônio histórico cultural vem passando por novos significados ao longo dos anos. Sobre o patrimônio cultural brasileiro a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-Lei n. 15, de 30 de novembro de 1937, substituindo a nomenclatura Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro e assertiva: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Fica explícito na Constituição Brasileira de 1988 o enfoque sobre o patrimônio socialmente construído e as noções inerentes à identidade e memória do povo que formou a nação brasileira. Portanto, é fundamental abordarmos as discussões que dizem respeito à identidade nacional.

Discutir sobre a questão da identidade sempre foi motivo de pesquisa por parte das análises histográficas. A identidade é construída e alterada de acordo com os diversos acontecimentos sociais que a comunidade vive, fazendo dela uma realidade dinâmica e com várias facetas. Azevedo nos explicita de forma bastante esclarecedora essa observação sobre a identidade coletiva:

Deve-se afirmar, portanto, a plasticidade das identidades coletivas, sua natureza móvel, flutuante, mutável. Identidade é uma construção social simbólica dinâmica em função de sua permeabilidade em face do contexto. Portanto, as identidades mostram-se móveis porque são contingentes. Consta-se que a identidade de um grupo não está dada de uma vez por todas por uma determinada posição que seus membros ocupam num grupo social, profissional ou organização de qualquer natureza. (2006, p. 43).

Aqui, concebemos identidade através do pensamento de Stuart Hall (2000, p. 108) quando afirma que:

as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação.

O espaço escolar, imbricado na construção da identidade e da cidadania, é apropriado para realizar a discussão sobre Educação Patrimonial, no sentido da valorização da memória e a possibilidade de perceber como são construídas e que interesse subjazem àquele patrimônio, seja material ou imaterial. Por isso é imprescindível a promoção de uma ação pedagógica que direcione aos estudantes estes conceitos de Patrimônio e sua importância. Assim, é (re) conhecendo a identidade cultural que se passa a valorizar e preservar aquilo que é seu, ou seja, despertar o sentimento de pertencimento do lugar.

PATRIMÔNIO EM DISCUSSÃO

A definição de patrimônio foi ampliada de forma significativa no último meio século. Os bens considerados patrimônio tendiam a ser monumentos individuais e edifícios, como locais de culto ou fortificações, e muitas vezes eram vistos isoladamente, sem nenhuma relação com as paisagens que os rodeavam. Hoje, reconhece-se que o ambiente como um todo é afetado por sua interação com a humanidade e, por isso, pode ser reconhecido como patrimônio. Torna-se ainda mais necessário fazer julgamentos sobre o que tem significado e o que não tem. Inevitavelmente, essa expansão do conceito de patrimônio

significou, por sua vez, uma enorme ampliação na gama das estruturas e locais tratados como patrimônio. Na prática, desenvolveu-se um amplo conjunto de tipologias que inclui centros urbanos, sítios arqueológicos, propriedades industriais, paisagens culturais e rotas de patrimônio.

Sobre o uso da palavra “patrimônio”, Maria Ângela Borges Salvadori manifesta que essa

(...) está entre as palavras que usamos com mais frequência no cotidiano. Falamos dos patrimônios econômicos e financeiros, dos patrimônios imobiliários; referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente e oportuna formulação no Brasil. (2008, p. 21).

Ainda de acordo com Salvadori, do ponto de vista dos estudos mais hodiernos, a categoria “patrimônio” tende a aparecer com delimitações muito precisas. É uma categoria individualizada, seja como patrimônio cultural, seja como patrimônio genético. (2008, p. 23)

Sobre o patrimônio cultural brasileiro, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo a denominação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial. A Constituição estabelece ainda a parceria entre o poder público e as comunidades para a promoção e proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, no entanto mantém a gestão do patrimônio e da documentação relativa aos bens sob responsabilidade da administração pública. (BRASIL, IPHAN, p. 2019).

No Brasil, o órgão governamental que cuida do patrimônio é o IPHAN, criado como secretaria durante o governo Vargas (1930-1945). O processo/projeto de preservação do patrimônio histórico e conseqüentemente a criação de um determinado conceito sobre o mesmo, baseava-se na possibilidade de contar a história através do construído, do edificado, do monumental, iniciou-se oficialmente no ano de 1936, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional (SPHAN). Quando se preserva legalmente e na prática o patrimônio cultural, conserva-se a memória do que fomos e do que somos: a identidade da Nação.

A ideia de patrimônio cultural, a princípio, abrangia apenas a importância histórica do patrimônio material, sendo considerados como patrimônio cultural apenas sítios arquitetônicos e edificações. Para Salvadori, “recentemente, construiu-se uma nova qualificação: o patrimônio imaterial ou intangível”. (2008, p. 24). Observa-se que essa nova concepção visa a aspectos da vida social e cultural dificilmente abrangidos pelas visões mais tradicionais

Indicada essa compreensão de patrimônio cultural, consideramos importante entender a relação entre o Ensino de História e os modos de se ensinar para conhecimento desse patrimônio: a Educação Patrimonial. Compreende-se que a Educação Patrimonial é um método de ensino direcionado para o conhecimento dos significados atribuídos aos elementos constitutivos da memória e identidade, para a valorização dos bens, dos saberes, dos fazeres culturais locais e dos lugares de memória de um grupo social.

ENSINO DE HISTÓRIA E PATRIMÔNIO

Imaginar que o “modelo tradicional do ensino de história” (CUNHA, p. 2011) já foi superado é uma tentativa de deixar de lado as necessárias mudanças que recaem sobre o ensino de História neste primeiro quartel do século XXI. Ainda é perceptível a permanência de temáticas eurocêntricas, a utilização de metodologias pouco atrativas, focadas no verbalismo e no conteúdo, deixando os estudantes passivos no processo de ensino e aprendizagem e receptores de conteúdos *fechados* da História.

A partir da segunda metade do século XX a História, enquanto disciplina, passou por transformações no sentido de não vislumbrar mais “a missão de inculcar nas consciências uma narrativa única glorificando a nação ou a comunidade” (LAVILLE, 1999, p. 127). Nesta perspectiva, o escopo do ensino de História passou a ser o desenvolvimento da autonomia crítica do estudante a partir da problematização de temáticas de sua realidade.

O processo de construção do conhecimento histórico e o papel de cada um como cidadão no mundo contemporâneo têm sido também a preocupação da área de História desde a aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais de História, no ano de 1988 e ampliado com a BNCC, etapa Ensino Médio, em 2018. Tratou-se de conceber um ensino de História para além da escola, do saber científico, que pudesse ser realizado em diferentes espaços e que levassem ao pleno desenvolvimento da consciência histórica e no significado do conteúdo. A partir dessa concepção, o ensino de História e o Patrimônio Cultural ganha uma importância significativa e, quando trabalhado em conjunto, costuma-se utilizar o conceito de “Educação Patrimonial”. Ele propicia condições para o trabalho em espaços escolares e não escolares, como a história regional, o saber local e com diversas temporalidades que permitem os objetos e espaços de memória, provocando a reflexão e a iniciativa do estudante para resolver questões de natureza pessoal e coletiva.

Trabalhar de forma articulada o ensino de História, Educação Patrimonial e saber local possibilita a prática de atividades investigativas das inúmeras manifestações culturais, proporcionando aos estudantes uma aprendizagem histórica significativa na vida prática, além da inserção de estudos do local e do regional.

LUGARES E SUJEITOS DA PESQUISA

Barra do Corda é um município do Estado do Maranhão que fica localizado na Mesorregião do Centro Maranhense, mas especificamente na microrregião do Alto Mearim e Grajaú. Sua origem remonta ao dia 03 de maio de 1835, tendo como fundador o cearense Manoel Rodrigues de Melo Uchôa. Distrito criado com a denominação de Barra do Corda pela Lei Provincial N. 368, de 24 de julho de 1854, subordinado ao município de Chapada. Foi elevada à categoria de vila pela Lei Provincial N. 342, de 31 de maio de 1855. O povoado foi emancipado e tornado município em 31 de dezembro de 1943, pelo Decreto-Lei Estadual N. 820. Em 2018, a população estimada do município era de 87.794 habitantes, segundo informações do IBGE (2018).

Ao se observar de maneira superficial a cidade, tem-se a impressão de que não há preocupação do poder público em preservar prédios, ruas

e espaços naturais ou edificados como Patrimônio Histórico Cultural do município e ações desta natureza são ainda escassas no Estado do Maranhão, especialmente nas cidades distante da capital, São Luis. Fora da capital, a exceção é para a cidade de Caxias. Por isso a minha proposta é pesquisar o campo da Educação Patrimonial. Isto é, a construção das noções básicas acerca do que é patrimônio público, patrimônio histórico e patrimônio histórico cultural nas salas de aula do Maranhão, especificamente nas aulas do Componente Curricular História do Centro de Ensino Arlindo Ferreira de Lucena, Etapa Ensino Médio, em Barra do Corda –MA.

O C E Arlindo Ferreira de Lucena foi construído pelo Projeto Alvorada no ano de 2007. A escolha deste educandário como campo de pesquisa se deve ao fato de já sido criado uma simbiose afetiva, local que atuo como docente de História desde 2012, além das boas relações interpessoais com os demais profissionais e do apoio e colaboração da coordenação e gestão em minhas ações. A turma selecionada para realizar as atividades de Educação Patrimonial foi o Segundo Ano A do Ensino Médio, turno matutino.

No decorrer da semana, a partir das cinco horas da manhã, no centro da cidade de Barra do Corda –MA, iniciam as atividades de venda e compra de diversos produtos no Mercado Público Municipal. Construído na gestão do prefeito Edison da Costa Gomes (1960-1965), período em que o município de Barra do Corda vivia um contexto de grande efervescência política e econômica. Surge então o mercado, sendo este espaço para atividades comerciais e trocas culturais. Ao longo dos anos o mercado se transformou em um lugar privilegiado de encontro e de movimentação dos barra-cordenses, atraídos por vários motivos: comprar e vender produtos, desde verduras, legumes, frutas frescas, galinha caipira, pescados, arroz, farinha, temperos naturais, queijo, doces caseiros, artesanatos, entre tantas possibilidades que o espaço dispõe e outros somente para fazer o desjejum matinal em uma das barracas de comida, que por sinal, com uma variedade de opções que vai do tradicional bolo de tapioca ao cuscuz de arroz ou de milho.

Através das minhas várias visitas e as experiências com o Mercado Público Municipal José Vieira Nepomuceno, desde a época de adolescente acompanhando a minha mãe para comprar os condimentos

para o preparo das refeições semanais ou para tomar um “chá de burro”, na barraca da dona Maria, até tempos hodiernos, e por observar que ali ocorrem ações que vão além da compra e venda de produtos: é um espaço propício para a prática de sociabilidades. Pessoas de faixa etária diversa, convicções religiosas, ideológicas, econômicas e sociais, oriundas de vários pontos da cidade, também da zona rural. É difícil encontrar outro espaço na cidade com tantos elementos socioeconômicos divergentes e que trazem evidências históricas sobre o passado e o presente da cidade e sua história, sendo o Mercado um epicentro de elementos culturais em constante ebulição.

Partindo da premissa que o mercado público municipal é um lugar de entrelaçamento de saberes e fazeres, permeados de práticas produtivas e saberes populares, tanto urbana quanto rural, é que acreditamos que espaço é viável para se trabalhar com a História Local.

Trabalhar o ensino de História tendo como recurso e fonte o Mercado Público Municipal José Vieira Nepomuceno de Barra do Corda –MA possibilita alargar os debates sobre a Educação Patrimonial através da proposta de pesquisa de campo e em sala de aula. Nessa perspectiva, como um espaço que viabiliza a problematização sobre questões de mudanças temporais que abordam memória e identidades de diferentes sujeitos, entre eles os estudantes, faz do Mercado um espaço de diferentes agentes sociais. Dessa forma, serão reconhecidos outros elementos constitutivos e integrantes da História da cidade presentes no contexto mais amplo e onde os mesmos estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O HISTÓRICO DOS MERCADOS PÚBLICOS NO MUNDO E NO BRASIL

Na cidade de Barra do Corda –MA, o Mercado Público Municipal José Vieira Nepomuceno foi construído na gestão do prefeito Edison Falcão da Costa Gomes (1960-1965). O Mercado faz parte da história da cidade e as atividades sempre foram voltadas para uma grande variedade de produtos da própria região.

Após a realização de uma breve pesquisa bibliográfica sobre a temática, ficou bastante evidente que o costume de construir mercados é muito antigo. Desde a antiguidade o mercado é parte essencial da

vida dos cidadãos e das cidadãs. Na cidade de Roma, entre suas diversas obras arquitetônicas se destaca o *Forum Romanum*. Era o lugar onde os habitantes tinham contato com a vida pública através das mais variadas funções que esse recinto desempenhava, contendo desde os templos de culto como também prédios da justiça. Por meio das assembleias e dos discursos inflamados dos oradores o cidadão romano ficava sabendo sobre o que acontecia na cidade, pois o *Forum Romanum* recebia, de acordo com Mumford (2004, p. 245) “multidões ainda maiores eram atraídas para o centro, a fim de comprar, de fazer o culto, de trocar boatos, de tomar parte, como espectadores ou atores em negócios públicos ou em processos privados”.

Séculos após o fim do Império Romano do Ocidente (476) e a perda da importância que o comércio teve em favor da economia denominada de subsistência, no século XI os mercados renascem, tendo este aspecto histórico associado aos Renascimento Comercial e Urbano do século XII, pois as feiras e os mercados proporcionaram significativas metamorfoses sociais, econômicas e paisagísticas nas cidades. Vários núcleos urbanos surgiram em torno dessas atividades comerciais e deram origem a instituições, como os bancos e um novo agrupamento social, a burguesia.

Paulatinamente esses núcleos que surgem a partir do comércio e das feiras tronam –se imprescindíveis na vida econômica, social e política. Os mercados tinham por característica seu surgimento e desenvolvimento em áreas centrais da cidade, sendo um lugar privilegiado de encontro (FILGUEIRAS, 2006). Dessa forma, o mercado não é apenas um centro abastecedor de produtos, mas também um lugar de intensa interação social. O mercado é o “centro natural da vida social, pois está no centro de uma vida de relações”. (BRAUDEL, 1985, p. 18). Através de relações cotidianas pode se estabelecer uma série de elementos, tais como: hábitos alimentares, vestuários, vocabulários e entre outros que caracteriza o cidadão e a cidadã por meio dos hábitos de consumo.

No Brasil, apesar da grande diferença temporal em relação à origem e desenvolvimento das cidades, o surgimento do mercado possui semelhanças com aqueles surgidos no contexto dos países do chamado Velho Mundo. No fim do século XVIII e ao longo do século XIX surgiram vários núcleos urbanos e, por conseguinte, mercados

neste país. A partir do século XIX, esses edifícios passam a ser pensados de forma a aperfeiçoarem as relações de consumo agregando novos usos ao programa de necessidades, preocupados com os padrões de conforto ambiental até então, inéditos. O sistema estrutural de ferro começa a ser utilizado gerando maior flexibilidade aos grandes vãos.

O Mercado Público Municipal pode ser entendido como um espaço social onde é possível encontrar diversos sujeitos sociais com variadas formas de expressar seu modo de viver e de observar o mundo, tornando-se um ponto de encontro entre as diversas culturas que compõem a cultura local, pois os mercados além da sua nuance econômica, podem ser analisados como local de cultura, pois não é apenas o produto que fica visível, mas também as impressões dos agentes sociais que os conceberam.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E APRENDIZAGEM HISTÓRICA

Reconhecemos o Mercado Público Municipal *José Vieira Nepomuceno* como importante suporte de memória e como um patrimônio cultural fundamental para a formação das cidades. Pretendemos utilizar a metodologia da Educação Patrimonial baseada na metodologia de Evelina Grunberg, Adriana Queiroz e Maria de Lourdes Parreiras Horta presente no *Guia Básico de Educação Patrimonial* (1999) e que propõe a Educação Patrimonial em quatro fases: observação, registro, exploração e apropriação.

A partir desta proposta metodológica, os conteúdos do Componente Curricular de História serão trabalhados partindo do cotidiano dos estudantes para problematizar o espaço que os cerca possuem diversas temporalidades e histórias. Para tanto, a realização de oficinas de Educação Patrimonial serão primordiais para testar a hipótese do trabalho: a Educação Patrimonial pode ser uma estratégia de ensino de história, tanto local quanto regional.

Para a viabilidade da pesquisa pretendemos fazer visita ao Mercado Público Municipal *José Vieira Nepomuceno*, entrevistar os mercantes e realizar dinâmicas de oficinas com os estudantes envolvidos na pesquisa. Todas as ações propostas utilizarão as fases da metodologia da Educação Patrimonial (observação, registros, exploração e apropriação) levando

em consideração o Patrimônio Cultural e os lugares significativos encontrados dentro do espaço do Mercado Municipal. Trabalharemos também com a documentação da própria escola, o Projeto Político Pedagógico (PPP), com o intuito de verificar o lugar do Componente Curricular de História no Currículo escolar. Propõe-se também como fontes de pesquisa fotografias, depoimentos orais e os registros produzidos pelos estudantes. Dessa forma, fazer uso de ações educativas amparadas na Educação Patrimonial e Educação Histórica como parte do currículo, no processo de ensino e aprendizagem, poderá contribuir para o fortalecimento de uma visão estruturada em conceitos essenciais para uma vivência consciente dos estudantes no seu entorno.

A pesquisa ainda está em fase de execução e temos um longo e árduo caminho pela frente. Como proposição didática do trabalho pretendemos construir uma cartilha sobre Educação Patrimonial para que outros docentes possam utilizar em diferentes espaços de memória.

Portanto, independentemente das estratégias metodológicas que possam surgir, o que devemos ter sempre como objetivo central é o atendimento das reais funções sociais da História que, basicamente, é proporcionar uma consciente orientação temporal aos indivíduos a partir de uma aprendizagem histórica significativa.

REFERÊNCIAS

BRANDES, Galeno Edgar. *Barra do Corda na História do Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1994.

BRAUDEL, Fernand. *Os jogos das trocas: Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV – XVIII*, tomo 2. Tradução de Maria Antonieta Magalhães Godinho. Lisboa: Cosmos, 1985. (Coleção Rumos do Mundo).

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

CONTIJO, Rebeca. *Identidade Nacional e Ensino de História: a diversidade como Patrimônio sociocultural*. In: ABREU, M; SOIHET, R. (Org.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

CUNHA, André Victor Cavalcanti. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da História. *Revista de História Regional* 6 (2): 93- 112, Inverno 2001.

FILGUEIRAS, Beatriz Silveira Castro. *Do mercado popular ao espaço de vitalidade: o Mercado Central de Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

GRUNBERG, Evelina. *Manual de atividades práticas de Educação Patrimonial*. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Histórico, conceitos e processos*. Átila Bezerra Tolentino (Org.). – João Pessoa: IPHAN, 2013. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>> Acesso em 23/02/2019.

HALL, Stuart. *Quem precisa da identidade?* Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) 2000.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, n. 38, p. 125-138, 1999.

MEDEIROS, Mércia Carréra de; SURYA, Leandro. *A importância da Educação Patrimonial para a preservação do Patrimônio*. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (Orgs.). *Patrimônio Cultural Políticas e Perspectivas de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012 – e-book.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. Tradução de Neil R. da Silva. Martins Fontes: São Paulo, 2004.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História: São Paulo, n. 10, dez., p. 28. 1993.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. *Estudos Históricos*. Vol. 2. N. 3, p. 3 – 15. Rio de Janeiro, 1989.

SALVADORI, Maria Ângela Borges. *História, ensino e patrimônio*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2008.

IDENTIFICACIÓN Y ACTIVACIÓN DE BIENES CULTURALES: REFLEXIONES A PARTIR DEL CASO PUNTA DEL ESTE-URUGUAY

Gabriela Campodónico¹

Mariciana Zorzi²

Facundo Bianchi³

INTRODUCCIÓN

El turismo cultural, como segmento de mercado, despierta cada vez más interés institucional, de actores locales y de turistas. Se percibe un creciente interés en el pasado y en la cultura, en elementos, objetos, símbolos y lugares que refieren a períodos y contextos específicos. Esto explica la gran cantidad de visitas a museos, sitios arqueológicos, fiestas tradicionales, y ciudades históricas de todo el mundo (TROITIÑO VINUESA, 2003; CALLE VAQUERO, 2006). De lo global a lo local, también se percibe el interés de las comunidades en valorar sus tradiciones, ya sean descendientes de indígenas, ribereños, quilombolas, u otros grupos étnicos.

Al mismo tiempo, en términos normativos e institucionales, lugares históricos que durante algunas décadas fueron abandonados, ahora se vuelven a incorporar a la economía política de las ciudades y las lógicas de la economía global (PAES, 2009, p. 162) a través del reconocimiento

1 Licenciada en Ciencias Antropológicas. Docente en la Universidad de la República-Área de Estudios Turísticos-Centro Universitario Regional Este (CURE) gcampod@yahoo.com

2 Magíster en Memoria Social y Patrimonio Cultural. Docente en la Universidad de la República-Área de Estudios Turísticos-Centro Universitario Regional Este (CURE) mari.zorzi@gmail.com

3 Maestrando, Licenciado en Turismo. Docente en la Universidad de la República-Área de Estudios Turísticos-Centro Universitario Regional Este (CURE) facundo.bianchi92@gmail.com

conferido por la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (Unesco), o, en el caso de Brasil, declarados de forma aislada o en conjunto por el Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (Iphan). En la región, más recientemente, también se ha avanzado en aspectos legales vinculados a identificación y registro de bienes culturales intangibles, como el Registro de Bienes Culturales, el Programa Nacional del Patrimonio Inmaterial (Pnpi), y el Inventario Nacional de Referencias Culturales (Incr), instrumentos utilizados en Brasil. En Uruguay se destaca la adhesión del país, en el año 2006, a la Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial. Ese marco jurídico habilita y mandata al país a salvaguardar sus bienes inmateriales y sensibilizar a este respecto a la comunidad local, nacional y regional. En este marco Uruguay cuenta con dos elementos en la lista mundial del patrimonio inmaterial: el Tango y el Candombe.

Algunos autores entienden que el turismo es un agente importante en el proceso de reconocimiento de un bien como patrimonio, ya que es visto como un recurso para la dinamización económica de lugares, lo que de alguna manera impulsa las acciones de preservación realizadas por agentes científicos y/o el/los Estado(s), que eligen qué preservar y qué patrimonio legitimar (BERTONCELLO, 2010). Este proceso no solo contribuye a la imagen de la ciudad y su atractividad turística, sino que también influye en la relación entre los residentes y los bienes culturales.

Este trabajo se propone discutir y reflexionar acerca de los desafíos relacionados con la identificación, el registro y elaboración de propuestas y proyectos turísticos vinculados a los bienes culturales/patrimoniales de un territorio. Dichas discusiones y reflexiones surgen a raíz del proceso de trabajo, que viene siendo realizado desde 2016 por docentes y estudiantes de la Licenciatura en Turismo del Centro Universitario Regional del Este (Cure) de la Universidad de la República (Udelar), en conjunto con la Comisión de Cultura y Patrimonio del Municipio de Punta del Este. A continuación, se hará un breve recorrido por algunas discusiones teóricas sobre procesos de patrimonialización y la relación entre turismo y bienes culturales/patrimoniales; posteriormente, se presentará la experiencia de Punta del Este y las discusiones que surgen a partir de la práctica.

BIENES CULTURALES Y PROCESOS DE PATRIMONIALIZACIÓN

El patrimonio cultural se ha convertido en un importante campo, en el sentido antropológico, en el que es posible identificar expresiones de diferentes elementos y sistemas culturales presentes en las prácticas sociales. El antropólogo brasileño, José Reginaldo Santos Gonçalves, describe el patrimonio como una categoría de pensamiento ambigua, “(...) claramente ubicada entre el pasado y el presente, entre el cosmos y la sociedad, entre la cultura y los individuos, entre historia y memoria” (GONÇALVES, 2003, p. 246). Para el autor, el patrimonio no es algo que se origina en el pasado y simplemente se recibe en el presente, como una forma de herencia, por el contrario, es en el presente donde se llevan a cabo los procesos de definición del patrimonio cultural.

Siguiendo la misma línea, el francés Dominique Poulot, apunta que el patrimonio no es sinónimo de vínculo social, es, sobre todo, una construcción cultural que implica:

(...) en primer lugar, un conjunto de posesiones que deben identificarse como transmisibles; luego un grupo humano, una sociedad capaz de reconocerlos como propios, de demostrar su coherencia y de organizar su recepción; y, finalmente, un conjunto de valores, políticos en el sentido más amplio del término, que permiten articular el legado del pasado para esperar o dar forma a un futuro, con el objetivo de promover algunas mutaciones mientras se afirma una continuidad (POULOT, 2008, p.36).

El patrimonio cultural se manifiesta y se activa en diferentes niveles de la sociedad y del territorio, como dentro de un grupo religioso, étnico, político, familiar, comunidad, municipio, región, estado, país, continente o internacionalmente. Según Ballart (2001, p.19), los agentes involucrados en la elección del patrimonio se pueden ubicar en cuatro contextos: un contexto científico-profesional; un contexto social-civil; un contexto político-administrativo y un contexto económico.

El investigador español Llorenç Prats presenta un modelo teórico y metodológico que pretende explicar los procesos de construcción y caracterización del patrimonio cultural en toda su compleja casuística. Para Prats (2009), un repertorio patrimonial se activa articulando un

discurso que quedará avalado por la sacralidad de los referentes, proceso que dependerá de los referentes escogidos, de los significados de estos referentes que se destaquen, de la importancia que se les otorgue, de su interrelación y del contexto. Su premisa principal es que el patrimonio es una construcción social, y, en cierto sentido, inventado. Prats agrega que ninguna invención de este tipo adquiere autoridad hasta que no se legitima como construcción social y no se legitima de manera espontánea, sino que media un discurso previo generado por el poder, en el que se sostenga que es “(...) digno de conservación independiente de su interés utilitario” (PRATS, 1998, p. 63).

Según Arantes (2006), el patrimonio resulta del acto de preservar. Por esta razón, la tensión que se genera entre los significados arraigados en las prácticas de los grupos sociales que los mantienen en sus contextos originales y los atribuidos por las agencias institucionales, se convierte en constitutiva del bien patrimonial. Tal como afirma Tamaso (2007), hay elementos cotidianos que, a pesar de ser forjados como elementos de identidad, no siempre están protegidos por acciones de preservación y al mismo tiempo, no todos los bienes culturales seleccionados por las instituciones de preservación son apropiados por los residentes.

Por otro lado, Cornelius Holtorf (2006) afirma que algo que no se puede preservar fácilmente es la razón de la preservación del patrimonio cultural. Para el autor, si el patrimonio debe ser problematizado a través de la lente de la diferencia cultural, los conceptos relacionados con la antítesis de conservación y destrucción también deben ser repensados. El ataque del 11 de septiembre de 2001 contra las torres gemelas del *World Trade Center* en Nueva York es un ejemplo. En este sentido, la destrucción y la pérdida no serían lo contrario del patrimonio, sino parte de su propia sustancia, así como la relación entre la memoria y el olvido.

METODOLOGÍAS Y TÉCNICAS DE IDENTIFICACIÓN Y REGISTRO

Tal como fue citado anteriormente (BALLART, 2001), uno de los agentes-contextos involucrados en los procesos de patrimonialización es el científico-profesional. En la mayoría de los casos, esos actores

que pueden ser profesionales independientes o representantes de una institución de investigación o educación, suelen participar activamente en la etapa previa al reconocimiento de un bien como patrimonio cultural, como en la formulación de proyectos o redacción de dossiers para llevar adelante registros o postulaciones. Pueden estar involucrados en este proceso profesionales del área de la arqueología, antropología, historia, sociología, geografía, entre otras disciplinas, lo que conlleva la utilización de diferentes metodologías y técnicas de investigación, que varían según el contexto y objetivos. Sin embargo, el acercamiento al contexto donde se ubican determinados bienes o donde ocurren ciertas prácticas, es imprescindible en investigaciones que involucran bienes culturales.

En ese sentido, las metodologías más utilizadas en la identificación y en el registro de bienes culturales están vinculadas al trabajo de campo, se entiende pertinente y útil la noción de campo desarrollada por Rosana Guber en donde cobra importancia su carácter de constructo más que de región dada, visible y delimitada; para esta autora, el campo de una investigación se corresponde a:

(...) su referente empírico, la porción de lo real que se desea conocer, el mundo natural y social en el cual se desenvuelven los grupos humanos que lo construyen (...) El campo no es un espacio geográfico, un recinto que se autodefine desde sus límites naturales (mar, selva, calles, muros) sino una decisión del investigador que abarcará ámbitos y actores; es continente de la materia prima, la información que el investigador transforma en material utilizable para la investigación (GUBER, 2004, p. 84-85).

Como parte del trabajo de campo, suelen utilizarse técnicas de investigación como la observación, entrevistas en profundidad e Historia Oral. En lo que refiere a metodologías participativas, se destaca la Investigación Acción Participativa (Iap), que consiste en un proceso dialéctico continuo donde se analizan los hechos para conceptualizar los problemas existentes y se planifican/ejecutan acciones para transformar los contextos y las personas que forman parte de los mismos. Es una metodología que presenta características particulares sobre la manera como se aborda el objeto de estudio, entre ellas se destacan: "(...) las intencionalidades o propósitos, el accionar de los actores sociales

involucrados en la investigación, los diversos procedimientos que se desarrollan y los logros que se alcanzan” (COLMENARES, 2012, p.105).

En ese sentido, Prats (2009) plantea tres requisitos metodológicos básicos, vinculados a investigación de bienes culturales: conocimiento profundo de la realidad sociocultural y de los intereses y motivaciones reales de los distintos actores sociales; los resultados de estas experiencias deben hacerse públicas y finalmente, cualquier activación patrimonial debe ser planteada y explicada desde la lógica de los intereses turísticos y de la construcción identitaria y nunca al revés.

TURISMO Y PATRIMONIO CULTURAL

En sus estudios, Almirón et.al (2006) visualizaron diferentes escenarios que relacionan el patrimonio cultural con el turismo. El patrimonio como un recurso turístico; el turismo como un recurso de difusión y conocimiento del patrimonio y la actividad turística como una fuente de recursos económicos para la protección y preservación del patrimonio.

Siguiendo una de esas líneas, Rodolfo Bertoncetto busca entender cuáles son los patrimonios que valora el turismo, porque para él, no todo el patrimonio entra en la lógica turística. También busca comprender cuáles son los intereses y expectativas que guían la selección de un bien en particular, para transformarlo en una atracción turística. Una ciudad histórica tiene diferentes edificios, y ¿por qué sólo unos pocos lugares se convierten en atracciones? Por otro lado, también señala que los actores e instituciones vinculadas con el turismo, pueden estimular procesos de selección patrimonial, basados en criterios e intereses de los lugares de origen de los turistas y en menor medida, de las comunidades que poseen dicho patrimonio.

En algunos casos, se percibe que hay una falta de coincidencia entre la imagen turística de un territorio, utilizada en su promoción, y lo que realmente constituye el conjunto de símbolos, significados y costumbres de una comunidad. De acuerdo a Calle Vaquero (2006), eso ocurre porque los recursos turísticos están relacionados con la identidad turística, conformada por discursos más sencillos y asequibles a públicos que no siempre comparten el sustrato cultural local, mientras que las

identidades locales son siempre más complejas. Esto lleva a pensar que para incluir aspectos vinculados a la cultural local, su historia y memoria en la identidad turística, es necesario comprender y conocer en profundidad sus características y componentes, mediante investigaciones y por sobretodo, trabajar en conjunto con diferentes actores, mediante procesos participativos.

Azevedo (2002) señala algunas características del patrimonio cultural como recurso de oferta turística, que deben considerarse en la planificación, entre ellas se destacan: los bienes y servicios culturales tienen una amplia gama de usos distintos de los estrictamente relacionados con el turismo, no fueron (o no son) creados sólo con fines turísticos y los bienes patrimoniales pueden ser propiedad de personas y / o organismos que no siempre muestran interés (y a veces incluso pueden oponerse) a mantener actividades turísticas vinculadas a este bien.

BIENES CULTURALES DE LA PENÍNSULA DE PUNTA DEL ESTE

Punta del Este es un municipio uruguayo, perteneciente al departamento de Maldonado. El crecimiento demográfico y el desarrollo económico de la región, está históricamente relacionado con su proximidad a las costas del Océano Atlántico y del Río de la Plata. La costa del departamento ha sido el eje sobre el que gira la actividad turística. El modelo predominante es el que se describe en la bibliografía como “turismo de sol y playa”.

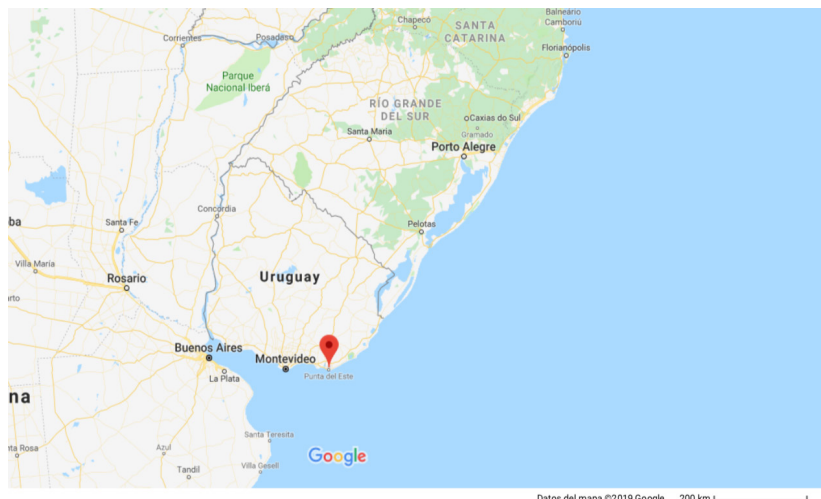


Imagen 1 - Ubicación de Punta del Este - Uruguay.

Fuente: googlemaps.com

A partir de los años ‘70 el balneario experimentó el primer “boom” inmobiliario con la construcción de torres y edificios (TROCHÓN, 2017). En lo que atañe al tema de este trabajo, ese proceso de desarrollo inmobiliario también trajo como consecuencia el cambio en el paisaje y en la cotidianeidad de la península de Punta del Este. Esa transformación fomentó la reivindicación de la preservación de determinados lugares por parte de personas, grupos e instituciones, como es el caso del grupo Amigos del Faro, surgido en 1986.

Actualmente, la horizontalidad preservada del paisaje se encuentra en la zona portuaria y del faro, en la punta de Punta del Este (Península), considerada por la población local como el barrio histórico, dado que allí se encuentran algunas de las construcciones más antiguas de la ciudad. Más allá del empeño en la preservación de lo tangible, es posible observar también un interés en los antiguos moradores de Punta del Este en recordar el pasado, ya sea en eventos sociales, como el “homenaje a los antiguos residentes y veraneantes” o en grupos de Facebook, como “De la Punta de Punta Soy”.

En relación a la protección jurídica, de acuerdo a la Comisión del Patrimonio Cultural de Uruguay, en el departamento de Maldonado

actualmente existen treinta y seis bienes considerados Monumentos Históricos Nacionales, de los cuales tres están ubicados en Punta del Este, a saber: el Faro de Punta del Este, la ex Estación de Ancap y el edificio de la Aduana. En el año 2009, fue creada en el departamento la comisión de Patrimonio Histórico, Cultural y Natural, con el cometido, según el Decreto 3844 de 2008 de: “Asesorar al Municipio en el señalamiento de los bienes a declararse de Interés Patrimonial, desde el punto de vista histórico, artístico, cultural y natural”. Con la creación de dicha Comisión, algunos bienes fueron reconocidos de interés patrimonial, como “Las Mesitas”, lugar de socialización y contemplación en la orilla de la playa brava en Punta del Este.

En el año 2016, la Comisión de Cultura y Patrimonio del Municipio de Punta del Este, se contactó con el Área de Estudios Turísticos del Centro Universitario de la Región Este (Cure) de la Universidad de la República (Udelar), manifestando interés en desarrollar un proyecto en común. El objetivo planteado fue la identificación y registro de los bienes culturales de la península de Punta del Este, así como generar propuestas que pudieran conducir a la elaboración de productos o servicios turísticos concretos.

Las actividades de investigación realizadas en el marco del proyecto, estuvieron pautadas por la utilización de una metodología cualitativa, proveniente de la tradición antropológica en general y etnográfica en particular, en interface con el trabajo de investigación en turismo. Además de la investigación bibliográfica, hasta la fecha, se realizaron observaciones, principalmente en eventos locales, como el homenaje a antiguos residentes y veraneantes, registros audiovisuales y veintiuna entrevistas en profundidad, a trece antiguos y actuales residentes de la Península. Estas entrevistas estuvieron centradas en el registro de narrativas asociadas a la historia de la ciudad, en la identificación de lugares valorados por los entrevistados y percepciones del presente.

Las personas entrevistadas fueron en su mayoría, antiguos residentes de Punta del Este, con edades entre los setenta y los noventa años. El corte socioeconómico del grupo es de clase media - alta. El trabajo con este grupo y el registro de sus memorias se ha revelado como

importante para la comunidad⁴, pues debido a la edad de sus integrantes algunos han fallecido en el tiempo en que viene desarrollándose la investigación.

El material resultante de las entrevistas fue sistematizado y se definieron categorías y subcategorías de análisis, tales como: acontecimientos, lugares, personas, prácticas, saberes y oficios. En cuanto a los lugares considerados importantes para las personas entrevistadas, prevalecieron los relacionados a la oferta de servicios turísticos del pasado como hoteles y restaurantes; espacios de socialización y recreación, como la escuela, y algunas de las construcciones más antiguas, como el faro y la aduana, por citar algunos ejemplos (CAMPODÓNICO; ZORZI, 2019). Posteriormente, se procedió a la georeferenciación de los lugares identificados en un mapa en papel⁵ y luego a un mapa digital por medio de la herramienta de Google “*My Maps*”⁶.

El análisis realizado permitió no solo mapear bienes culturales y registrar memorias e historias asociadas a ellos, sino también identificar la necesidad de los antiguos y actuales residentes de la Península en dar a conocer sus bienes culturales. Dicha necesidad está asociada por un lado, con los cambios ocurridos en el paisaje y con la progresiva desaparición de algunos lugares como consecuencia del desarrollo inmobiliario y turístico, y por otro con la preocupación en relación al registro de las memorias, ya que muchos de los antiguos moradores fallecieron o son de edad avanzada.

ACTIVACIÓN Y PUESTA EN VALOR

Ante la necesidad de continuar el proceso de investigación y dar a conocer los resultados del mismo, en el año 2020 se elaboró el proyecto: “Activación y puesta en valor de bienes culturales/patrimoniales de

4 En conjunto con la Comisión de Patrimonio del Municipio, fueron realizadas dos ediciones (2017 y 2018) del evento Panel de la Memoria, en ambas actividades hubo una expresiva participación de los antiguos residentes. En esas actividades tres personas referentes locales fueron invitadas a compartir sus recuerdos y vivencias.

5 En el proceso, surgieron dudas sobre la ubicación de algunos bienes culturales, fue necesario consultar a antiguos residentes así como un mapa de vecinos y comercios creado por Luís Sáder.

6 Para visualizar el mapa ingrese al enlace: <https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=1BsoTET4nJGU2BKRzMsGshXWNp7XXmSBa&usp=sharing>.

la Península de Punta del Este: producción de materiales multimedia con fines turísticos”. Su ejecución ocurrió entre los meses de junio y diciembre y contó con el apoyo financiero del Departamento de Ciencias Sociales y Humanas (Dcsh) del Cure y del Municipio de Punta del Este.

El proyecto estuvo centrado en la creación de materiales informativos y de difusión de los lugares identificados, con el fin de disponibilizar al público (comunidad local y visitantes) los resultados de la investigación y activar turísticamente los bienes identificados. Estos productos son: una serie de videos documentales cuyos protagonistas son antiguos residentes, trabajadores y veraneantes de Punta del Este y un mapa de bienes culturales y de la memoria con información (narrativas, textos, fotos, audios y videos) vinculada por medio de un código QR.

La realización del proyecto ocurrió en tres etapas. Primeramente, se realizaron una serie de reuniones con representantes de la Comisión de Cultura y Patrimonio de Punta del Este, institución con la cual se venía trabajando desde el año 2016, con el objetivo de presentar el proyecto y solicitar apoyo para realización del mismo. En la primera etapa se retomó el trabajo de geolocalización de los lugares identificados y se realizó un prototipo de un mapa de la memoria y de los bienes culturales de la península de Punta del Este. En total, fueron ubicados treinta y cinco (35) lugares de interés, esos lugares son antiguos comercios y servicios turísticos (hoteles, casinos, restaurantes y bares); construcciones estatales (escuela, faro, puerto y aduana) y espacios de sociabilización (club, asociaciones, plazas y playas).

Posteriormente, fueron realizadas visitas en el área delimitada, con el fin de constatar la viabilidad del uso turístico del mapa prototipado, fueron considerados algunos aspectos como: distancias, tiempo de traslados⁷, estado de conservación del bien o inexistencia de vestigios materiales, elementos perceptibles, entre otros aspectos.

Una vez validado el mapa se continuó con la redacción de una breve reseña de hasta trescientos (300) caracteres para cada lugar de interés, con el fin de proporcionar más información instantánea al visitante, paralelamente, se buscaron referencias gráficas para el diseño

7 Importante resaltar que el mapa no sugiere recorridos o itinerarios.

del mapa⁸. Se optó por la realización de un mapa plegado, con una parte funcional en blanco y negro y otra artística en formato póster (Imagen 2).



Imagen 2: Mapa de Bienes Culturales de la Península de Punta del Este. Fuente: Elaboración propia.

Dadas las limitaciones de espacio en el mapa impreso, se optó por incluir en el diseño un código QR con acceso a una carpeta en la plataforma Google Drive⁹, para que el visitante pudiera encontrar más información sobre cada punto de interés. Se eligió mostrar esa información por medio de diferentes recursos (audio, video, imagen y texto). Primeramente fueron revisadas todas las entrevistas realizadas en el marco del proyecto con el fin de recortar fragmentos de audios referentes a los bienes culturales identificados. Estos fragmentos constituyen anécdotas, explicaciones, narrativas sobre esos lugares. Fueron omitidos aquellos pasajes donde el entrevistado solicitó confidencialidad.

En esta etapa también fueron producidos quince (15) cortometrajes sobre algunos de los bienes culturales identificados. La realización de este contenido contó con el apoyo del Municipio de Punta del Este, mediante la contratación de un equipo técnico especializado

⁹ Para acceder al contenido ingrese en el siguiente enlace: <https://drive.google.com/drive/folders/0B8okD1YCdzIAZGxNdUx2M3hObWc?usp=sharing>

en producción audiovisual¹⁰. Tal como fue mencionado anteriormente, se seleccionaron quince lugares (15) del total de treinta y cinco (35) presentes en el mapa. La selección se basó en criterios como: existencia de personas que pudiesen hablar o contar historias sobre esos lugares y disponibilidad de material previo.

Una vez seleccionadas las personas que serían entrevistadas se elaboraron las pautas de entrevistas para la grabación, teniendo en cuenta el material de la investigación previa, y se definieron locaciones para cada entrevista¹¹. En total fueron grabadas diez (10) personas, antiguos residentes, trabajadores y veraneantes de Punta del Este, algunas de estas personas ya habían sido entrevistadas en la primera fase del proyecto, facilitando así la elaboración de las preguntas para la grabación del video.

El resultado de este proceso se constituye en una serie de quince (15) videos titulada “Bajo la Arena: Memorias de Punta del Este”, nombre que alude al intenso desarrollo inmobiliario de las últimas décadas, y a la supervivencia de la memoria de los antiguos residentes. Los capítulos fueron publicados en redes sociales, como *Facebook* y *Youtube*¹², y en la carpeta alojada en Google Drive.

Dada la inexistencia de información online sistematizada sobre la mayoría de los bienes culturales identificados se optó por la realización de textos con fotos sobre algunos de los puntos de interés. En esta fase, se realizó relevamiento bibliográfico, consulta en portales de internet, foros y grupos de *Facebook*, y análisis de las entrevistas realizadas en el marco del proyecto. También se buscaron imágenes antiguas relativas a cada bien (fachada, elementos internos, menús de restaurantes, acontecimientos, personas vinculadas, etc.). En esta etapa, los estudiantes del curso de Antropología del Turismo también fueron invitados a publicar sus trabajos de fin de curso, cuya consigna estaba centrada en los bienes culturales de la Península.

10 Equipo técnico realizador: Incógnita Multimedia.

11 El rodaje de la serie ocurrió entre los meses de agosto y diciembre de 2020, dado la situación sanitaria del país y del mundo, se tomaron todas las medidas de prevención de contagio del Covid-19.

12 Para ver los videos ingrese al siguiente enlace: <https://www.youtube.com/channel/UCjtsTbh-d-EKNIEl7tFyzsNA/featured>

CONSIDERACIONES FINALES

El proceso de identificación de bienes culturales y registro de memorias de la península de Punta del Este, realizado entre los años de 2016 y 2019, ha sido una experiencia de aprendizaje, intercambio y reflexión, donde participaron estudiantes, egresados, docentes, sociedad civil y actores políticos/institucionales. A partir de este trabajo se constató la necesidad de los antiguos y actuales residentes de la Península en dar a conocer sus bienes culturales, mantener presente sus memorias e historias y los lugares patrimoniales materiales que aún existen.

La revisión bibliográfica realizada en este trabajo muestra la complejidad de los procesos de patrimonialización y su vinculación con el turismo, ya sea por la diversidad de actores e instituciones involucradas o por los diversos intereses y significados en torno a los bienes culturales. El uso de metodologías y técnicas de investigación enfocadas en el registro de memoria, como las presentadas en el texto, implican una exhaustiva labor de registro y sistematización de información, que suele perdurar en el tiempo y requiere presupuesto. Luego, la planificación y gestión de los bienes culturales en el turismo, ya sea para crear propuestas públicas o privadas, también requieren la utilización de metodologías participativas, que implican determinada logística.

En ese sentido, la práctica nos ha llevado a identificar como primer desafío el acceso a financiamiento. Como la mayoría de las instituciones locales del país (intendencias, direcciones de turismo, etc.) no cuentan con equipos interdisciplinarios, en muchos casos, se recurre a las Universidades para realizar actividades de esa naturaleza, sin embargo, si bien se han logrado avances en materia de Ciencia, se percibe que los recursos para investigación en el país son escasos.

La investigación llevada a cabo en el marco del proyecto ha posibilitado identificar como bienes culturales una serie de lugares considerados importantes por los entrevistados. La mayoría de esos lugares o las narrativas que emergen a partir de ellos, no son parte de la oferta turística de la ciudad, ya sea como circuitos temáticos o emprendimientos privados. En ese contexto, es posible aplicar la diferencia entre identidad turística e identidad local apuntada por

Calle Vaquero (2006). Aunque es pertinente retomar algunas de las características del patrimonio cultural como recurso turístico apuntadas por Azevedo (2002), a saber: los bienes y servicios culturales no fueron (o no son) necesariamente turísticos y algunos de ellos tienen como propietarios y administradores, personas y / u organismos que no siempre muestran interés (y a veces incluso se oponen) a mantener actividades turísticas vinculadas a este patrimonio.

En ese sentido, otro de los desafíos identificados, que también guarda relación con la problemática citada anteriormente, es la sostenibilidad de las propuestas y proyectos turísticos (públicas o privadas), en entornos competitivos. Cómo lograr que esas propuestas turísticas, basadas en los bienes culturales locales, incorporen componentes innovadores y creativos y además, tengan continuidad.

Algunos de los lugares identificados como restaurantes y hoteles ya no existen físicamente. Tal hecho ha provocado en el proceso de investigación reflexiones y búsquedas de recursos y herramientas accesibles para la difusión y activación turística de los bienes culturales, como son las redes sociales, los mapas interactivos, las plataformas gratuitas de almacenamiento de información. Sin lugar a dudas las Humanidades Digitales son un importante área a explorar.

Tanto en la fase de investigación como en la producción de materiales de difusión, estuvo presente la reflexión acerca de la selección de las personas entrevistadas y en consecuencia de los lugares indicados como importantes, desde el punto de vista cultural y de la memoria social. Seleccionar referentes y narrativas es un proceso que requiere de cuidado y responsabilidad y sobre todo, la participación de personas pertenecientes a diferentes grupos.

En este sentido, uno de los desafíos que se nos presentaron fue incluir la diversidad de identidades y de memorias socialmente compartidas, en poco tiempo y con pocos recursos. Sin lugar a dudas, la identificación y el registro de bienes culturales es un trabajo que necesita continuar. La memoria como construcción social viva, entre el pasado y el presente, es un proceso constante que no termina en la configuración de narrativas de un conjunto de actores, sino que se construye mediante espacios de participación colectiva que retroalimentan los significados

de los bienes patrimoniales. Este mapa de bienes culturales y de la memoria no es un fin en sí mismo, es apenas el inicio de un espacio abierto para sumar nuevas narrativas, registrar historias y poner en valor lugares importantes.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMIRÓN, Analía; BERTONCELLO, Rodolfo; TRONCOSO, Claudia. Turismo, Patrimonio y Territorio. Una discusión de sus relaciones a partir de casos de Argentina. *Revista Estudios y Perspectivas en Turismo* [revista-e] Vol. 15, núm. 2 (2006). Recuperado de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=1807/180713891001> (Consultado: 27 de Septiembre de 2019).

ARANTES, Antonio Augusto. O Patrimônio Cultural e seus usos nas cidades contemporâneas. En: Mori, V. Hugo; Souza, M; Bastos, R; Gallo, H (comps.). *Patrimônio: Atualizando o Debate*. 9a Sr/Iphan. 240 P.:Il, 2006.

AZEVEDO, Júlia. Cultura, patrimônio e turismo. En: Irving, M. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002.

BALLART, Josep. *Gestión del patrimonio cultural*. Barcelona: Editorial Ariel, 2001.

BERTONCELLO, Rodolfo. Turismo y patrimonio, entre la cultura y el negocio. En: Paes, M.; Oliveira, Da Silva, M (comps.). *Geografia, turismo e patrimonio cultural*. São Paulo: Annablume, 2010.

CALLEVAQUERO, Manuel de la. *La ciudad histórica como destino turístico*. Barcelona: Editorial Ariel, S/A, 2006.

CAMPODÓNICO, Gabriela; ZORZI, Mariciana. De lo inhóspito al glamour: narrativas sobre las transformaciones de Punta del Este, Uruguay, en la mirada de los antiguos residentes. En.: *Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade*, 11(2), 1-15. 2019. Recuperado de <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/6232> (Consultado en 10 de enero de 2020).

COLMENARES E, A. M. Investigación-acción participativa: una metodología integradora del conocimiento y la acción. *Voces y Silencios. Revista Latinoamericana de Educación*, 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. En.: Abreu, R.; CHAGAS, M. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj: Unirio, p. 21-29, 2003.

- GUBER, Rosana. *El salvaje metropolitano. Reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo*, Editorial Paidós, Bs. As, 2004.
- HOLTORF, Cornelius. Can less be more? Heritage in the Age of Terrorism. *Public Archaeology*, (5): 2, 101-110, 2006.
- JUNTA DEPARTAMENTAL DE MALDONADO. Decreto 3844, 2008.
- PAES, Maria Tereza Duarte. *Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Anmablume, 2009.
- POULOT, Dominique. Um Ecosistema do Patrimônio. En.: Carvalho, C. S. De; Granato, M; Bezerra, R. Z; Benchetrit, S. F. (orgs.). *Um Olhar Contemporâneo sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, pp. 26-43, 2008.
- PRATS, Llorenç. El Concepto de Patrimonio Cultural. *Política y Sociedad*, 27. Madrid: Universidad de Barcelona, 1998.
- _____. *Antropología y patrimonio*, Barcelona: Ariel. 3ª Edición, 2009.
- TAMASO, Izabela Maria. Relíquias e Patrimônios que o Rio Vermelho Levou... En.: Filho, M y Eckert, C; Beltrão, J. (Orgs). *Antropologia e Patrimônio Cultural. Diálogos e Desafios Contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.
- TROCHÓN, Yvette. *Punta del Este. El Edén Oriental (1907-1997)*. Montevideo: Fin de Siglo, 2017.
- TROITIÑO VINUESA, Miguel Ángel. La protección, recuperación y revitalización funcional de los centros históricos. En: *Colección Mediterráneo Económico: Ciudades, arquitectura y espacio urbano*. Número 3. Instituto de Estudios Socioeconómicos de Cajamar, 2003.

UMA ANÁLISE HISTÓRICA E SIMBÓLICA DA CASA COMERCIAL: DEBATES SOBRE PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA

Douglas Orestes Franzen¹

INTRODUÇÃO

A casa comercial possui uma representatividade histórica e simbólica em grande parte das frentes colonizatórias do Sul do Brasil. A figura do comerciante e seu papel no desenvolvimento dos projetos de colonização e de formação do território é de considerável relevância na formação das identidades regionais e no desenvolvimento das atividades comerciais e produtivas, principalmente nas regiões de colonização teuto e ítalo-brasileira. A casa comercial desempenhou um papel significativo na paisagem urbana e rural dos núcleos coloniais. Devido a sua relevância histórica e simbólica, o texto objetiva fazer uma análise da casa comercial e seu potencial patrimonial e arquitetônico a partir de seu valor de memória.

Para tanto, a análise leva em consideração a região onde se desenvolveu a colonização Porto Novo. Nesse território do extremo-oeste catarinense a casa comercial desempenhou um papel simbólico que influenciou os traçados coloniais e urbanos, representando um papel histórico de imensa relevância. Sendo um centro de convergência da produção colonial e devido à influência ideológica e política do comerciante, a casa comercial desempenhou significativo protagonismo na paisagem local. Surge daí a necessidade de discutir a simbologia patrimonial e arquitetônica dessas edificações.

Inicia-se a discussão através de uma análise sócio histórica da

¹ Doutor em História pela Universidade de Passo Fundo. Docente do Centro Universitário Uceff.

formação da colonização Porto Novo e da representatividade da casa comercial e da figura comerciante para o desenvolvimento local. A partir disso, são tecidas algumas considerações sobre a decadência desses empreendimentos a partir da década de 1980 através da expansão das agroindústrias e do sistema de integração acarretando na falência de grande parte delas. Na sequência realiza-se uma discussão da representatividade da casa comercial para o desenvolvimento das zonas urbanas e das linhas coloniais da região. Para finalizar propõe-se uma análise dessas edificações e de seu teor de representatividade patrimonial e de memória.

O PROJETO DE COLONIZAÇÃO PORTO NOVO

O projeto de colonização Porto Novo foi idealizado pela Sociedade União Popular, denominada em alemão de *Volksverein*, instituição que coordenou a implantação de outras colônias alemãs no Rio Grande do Sul, com o objetivo de implantar no extremo oeste de Santa Catarina uma nova fronteira agrícola e social. O empreendimento foi financiado pela Cooperativa de Crédito *Sparkasse*, e fundado oficialmente no ano de 1926. Já no ano de 1928, a colonização recebeu o nome de Itapiranga, atual nome do município, gerando mais tarde também a emancipação dos municípios de Tunápolis e São João do Oeste.

A característica do empreendimento Porto Novo era de aceitar somente migrantes que fossem de origem étnica germânica e de confessionalidade católica. Nesse sentido, famílias originárias das colônias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina compraram terras nessa colônia em busca de novas fronteiras agrícolas e coloniais. Da mesma forma, adquiriram terras em Porto Novo, imigrantes que fugiam das duras condições de vida em vilarejos europeus, principalmente da Alemanha, expulsos pelas atrocidades da guerra, pela perseguição étnico-política, ou pelas péssimas condições de vida e de trabalho lá existentes.

O processo de fundação da colônia Porto Novo promoveu a transferência de um local para outro de uma bagagem cultural alicerçada em sujeitos através de uma estrutura socioeconômica e cultural que esses sujeitos levaram de seu local de origem através das instituições, modelos sociais e no seu estilo de vida. Essa bagagem cultural e social dos

migrantes adaptou-se ao meio, às limitações do isolamento percebido no período no extremo-oeste catarinense, fazendo com que os sujeitos construíssem uma nova identidade, com fortes traços herdados das colônias de origem, mas com uma nova dinâmica estrutural.

A colonização Porto Novo foi organizada da forma que fossem vendidos lotes rurais, de aproximadamente 25 hectares distribuídas em linhas coloniais ao longo do leito de rios e de vales. Foram organizados também centros comunitários, onde se zelava pela construção de uma capela e de uma escola, e em alguns casos também foram abertas casas comerciais para abastecer as famílias com suprimentos.

OS COMERCIANTES – *GESCHÄFTSMANN*

Os comerciantes foram influentes no desenvolvimento da colônia Porto Novo, porque representaram a perspectiva de desenvolvimento econômico através da geração de divisas financeiras, uma espécie de excedente monetário produzido através da comercialização dos produtos de valor comercial produzidos pelo colono. Da mesma forma, foram os comerciantes que ofereciam em troca de dinheiro ou de produtos coloniais a matéria prima de consumo necessária para a sobrevivência da colônia e que não poderia ser produzida nas propriedades das famílias.

O surgimento das casas comerciais está diretamente ligada com a divisão dos lotes e com a formação de centros comunitários. Todas as estradas e picadas interligavam-se com um centro comunitário, onde existia a escola, a igreja e a casa comercial. Essas estradas e a localização do comércio formavam o sistema de logística nas primeiras décadas da colonização, pelo qual a produção escoava para ser comercializada.

O comércio, ou a loja, em alemão denominada de *Geschäftshaus*, teve seu desenvolvimento alicerçado no desenvolvimento da própria colônia e na capacidade dos colonos em produzir excedentes para a comercialização. Esse desenvolvimento nas primeiras décadas de colonização, da mesma forma como nas colônias velhas do Rio Grande do Sul, como demonstra o estudo de Roche (1969), estava diretamente ligado ao sistema de trocas, cuja influência foi decisiva na produção e na economia das colônias. Nesse sentido, Roche (1969) afirma que se formou uma simbiose entre o comércio e a agricultura, entre o

comerciante e o colono.

O comerciante e a casa comercial foram importantes para o desenvolvimento de diversas regiões coloniais no Sul do Brasil. Conforme Tedesco,

Insistimos na centralidade dos caminhos que levavam os comerciantes na vida dos colonos e das colônias, bem como dos colonizadores e colonizadoras; sem eles, esses e consumidores urbanos e mesmo rurais teriam dificuldades de acesso e de satisfação de suas necessidades, bem como formas modernas de agroindústrias teriam dificuldade de se desenvolver. (TEDESCO, 2008, p. 101)

As casas comerciais se instalaram em diversas frentes coloniais de Porto Novo. Geralmente eram comercializados ali produtos de necessidade básica dos colonos, como alimentos não produzidos na propriedade, bem como roupas e utensílios agrícolas. Geralmente cada casa comercial possuía um armazém para estocar a produção e um caminhão para o transporte das mercadorias.

Conhecido na região como *geschäftsmann*, ou homem de negócios, o comerciante geralmente vinha das colônias do Rio Grande do Sul com a atividade comercial herdada de família. Era um personagem que detinha grande prestígio na comunidade, sendo um líder político e conselheiro dos colonos para as mais diversas atividades, como investimentos e técnicas agrícolas.

Conforme Roche,

Os comerciantes rurais tiveram consciência de pertencer a uma classe cujo tronco era o negócio, mas no qual podiam enxertar ramos diferentes e cujos frutos recompensavam largamente sua iniciativa (...) Além disso, tiveram consciência de encarnar essa classe e de elevá-la acima do meio rural circundante, não fosse senão porque a criação e a gestão de seu negócio deram aos comerciantes rurais o hábito e o gosto da responsabilidade a aptidão e a preparação para o mando. Os empreendimentos coletivos e os jogos da política, decidiam-se ou faziam-se geralmente em suas vendas e, na realidade, sob sua direção. (ROCHE, 1969, p. 581)

O comerciante comprava o excedente da colheita, fazia pequenos financiamentos e vendia produtos para os colonos, criando um compromisso de fidelidade e uma relação de confiança. Os acertos de contas eram feitos por ocasião da colheita, da venda de fumo ou de

porcos. Como em muitos casos o colono devia na loja do comerciante, ele se sentia na obrigação moral de entregar a sua produção. Em não poucos casos os colonos depositavam suas economias no caixa da casa comercial, como uma espécie de banco informal. “Assim o comerciante era admirado, tido como modelo, pois era ele quem comprava, vendia, financiava, que fazia corridas para a cidade ou ao hospital, que dava conselhos.” (JUNGBLUT, 2000, p. 472)

Em muitos relatos de memória local podemos perceber as lembranças dos tempos em que as famílias carregavam suas carroças de produtos e as transportavam para o centro da vila para serem comercializadas na casa comercial. Os fluxos de transporte de produtos convergiam das diversas linhas coloniais em direção ao centro comunitário, onde recebiam seu destino no armazém da casa comercial.



Imagem 01: Casa comercial em Itapiranga, década de 1940. Fonte: Museu Comunitário Almiro Theobaldo Mueller.

A família do comerciante era muito respeitada nas relações comunitárias. Os membros de sua família eram atuantes na comunidade, exerciam influência social e política, eram lideranças natas pelo papel social que ocupavam. Em algumas localidades maiores podiam-se encontrar duas ou mais casas comerciais, sendo que as famílias que administravam esse comércio não raras vezes alimentavam disputas pelo poder político e econômico sobre a comunidade, causando muitas vezes disputas que dividiam grupos, subordinados, influenciados e sob tutela de determinados comerciantes.



Imagem 02: O comerciante em seu balcão de atendimento no ano de 1948. Fonte: Arquivo da Casa da Cultura de São João do Oeste.

AS AGROINDÚSTRIAS E A FALÊNCIA DA CASA COMERCIAL

O sistema de integração implantado em Itapiranga pelas agroindústrias na década de 1970 é decorrente de um amplo processo de modernização da agricultura e da expansão dos complexos agroindustriais no Oeste de Santa Catarina. O sistema agroindustrial reconfigurou os padrões produtivos locais, as cadeias produtivas e o sistema econômico, afetando, conseqüentemente a estrutura econômica e social.

Como complexo agroindustrial, compartilhamos com Dalla Costa (1993) a compreensão de que compreende um conjunto de atividades que estão vinculadas, formando uma cadeia entre a produção na fase agrícola/agropecuária e as fases nos estágios da industrialização e da comercialização. É a rede que envolve os processos de produção, transporte, financiamento, beneficiamento e comercialização dos produtos de origem agrícola/agropecuária.

Conforme Espíndola (1999), a integração com o produtor rural possibilitou que a matéria-prima fosse fornecida constantemente segundo as necessidades da agroindústria. Isso acabou com as sazonalidades típicas da agricultura. A integração entre produtor e agroindústria consistia num contrato no qual produtores recebiam matrizes de animais, insumos, assistência técnica, transporte da produção, alimentação balanceada

para os animais e financiamentos. Da mesma forma, o produtor se sentia no compromisso de fornecer a produção à agroindústria a qual estava integrado. O objetivo do sistema de integração era o de padronizar as técnicas de produção visando a qualidade dos produtos e garantir o abastecimento para a industrialização.

O sistema de integração implantou uma série de rupturas na cadeia produtiva, pois as técnicas da agricultura tradicional praticadas pelos colonos desde os primórdios da colonização tiveram que ser substituídas e adaptadas aos padrões e exigências da modernização do mercado. Gradualmente o sistema de integração implantou nas propriedades agrícolas uma nova organização do trabalho, de relações familiares e comunitárias, de organização do tempo, do sentido de produzir, de gerar renda, de conhecimento e domínio das técnicas produtivas da agricultura.

Nesse sentido, temos de destacar que houve um considerável impacto gerado pelo sistema de integração em Itapiranga, para além dos padrões de produção na propriedade, foi o corte substancial das relações entre o colono e o comerciante da vila. Através da integração entre a agroindústria e o produtor rural, a figura do comerciante das linhas coloniais foi praticamente excluída da cadeia produtiva, pois a compra da matéria prima, a assistência técnica e o fornecimento de produtos básicos para a propriedade passou a ser efetuada diretamente pela agroindústria. Nesse contexto se reconfiguraram cadeias produtivas curtas (agricultor x comerciante colonial) para se constituir gradativamente cadeias longas (agricultor x agroindústria).

Podemos considerar que a implantação do sistema de integração na década de 1970 significou o início da decadência do poder econômico e da influência dos comerciantes das linhas coloniais. Não representou necessariamente a extinção desse personagem histórico importante para o desenvolvimento econômico da colônia, mas representou um duro golpe no papel social e na influência do comerciante sobre o produtor rural.

Nesse sentido, a grande maioria das casas comerciais, principalmente as localizadas nas linhas coloniais do interior, perderam significância encerrando suas atividades. Mas o patrimônio arquitetônico

das edificações comerciais continua presente na paisagem local, sofrendo muitas vezes com o abandono ou até mesmo sendo reestruturado para outras atividades. Muitas edificações foram reformadas ou restauradas, principalmente pela persistência e interesse das famílias em manter viva a memória dos tempos do auge da casa comercial, como um bem simbólico familiar. No entanto, outras sofrem com a expansão urbana e pelo interesse imobiliário estando expostas a demolições e depredações. Essas edificações tem um grande potencial de memória e de identidade, pois representam um bem patrimonial considerável para a história local e pela sua significância arquitetônica e urbanística.

A CASA COMERCIAL NA PAISAGEM LOCAL

Devido à importância da casa comercial e do comerciante para a dinâmica econômica e política da colonização Porto Novo, ela geralmente estava localizada no espaço central da vila, desempenhando papel importante na paisagem local. Gislou (2013) defende a ideia de que nas colonizações alemãs do Sul do Brasil, no traçado original das formações urbanas, a rua comercial ocupava um papel central, com a Igreja localizada em uma elevação ligeiramente afastada dos eixos principais. Do centro comercial, de maneira geral, fluíam os tracejados das ruas secundárias e das linhas coloniais rurais. Esse elemento dá um papel considerável para a atividade comercial no cenário da vila e da cidade e obviamente um protagonismo da edificação comercial na paisagem. Por isso a edificação apresentava elementos arquitetônicos diferenciados e mais requintados em comparação às demais edificações. Essa característica esteve atrelada ao poder econômico da família do comerciante e ao desenvolvimento da agricultura e do comércio no contexto local. Nas primeiras décadas era o comerciante quem recebia as famílias migrantes, que ao comprarem um lote rural, ali se alojavam provisoriamente até que a estrutura na propriedade estivesse pronta.

Na Imagem 02 podemos perceber a localização da casa comercial no traçado original do centro urbano da Vila São João no ano de 1953, atual sede do município de São João do Oeste. A edificação foi construída no ano de 1947. Percebe-se a confirmação do que foi contextualizado por Gislou (2013), onde a casa comercial (4) está localizada na principal

rua da vila, atualmente a Rua Santa Cruz, e a Igreja (2) situada com uma leve elevação. Diversas outras casas comerciais se instalaram ao longo da Rua Santa Cruz, reconhecida atualmente como o centro da cidade.

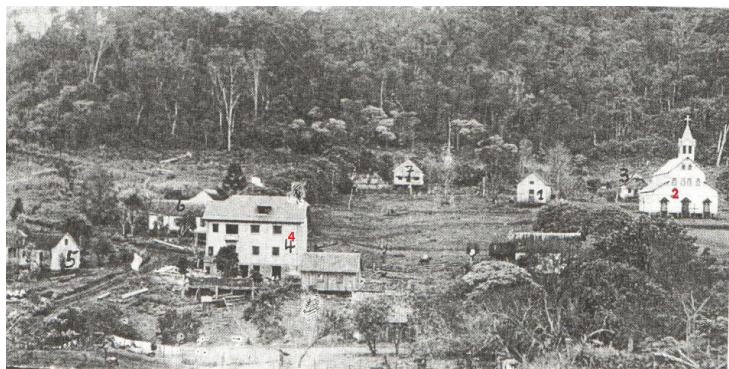


Imagem 03: Casa comercial (4) e Igreja (2) no cenário da Vila São João. Fonte: Arquivo da Casa da Cultura de São João do Oeste.

Sob outra perspectiva podemos vislumbrar a paisagem da Vila São João no ano de 1960 (Imagem 04). Vislumbramos a casa comercial (1), a igreja (3) e ao fundo outra casa comercial (2) situada na rua central da vila. Em locais onde existiam duas casas comerciais havia certa rivalidade e redes de influência constituídas pelo comerciante, em muitos casos de corrente política distinta.

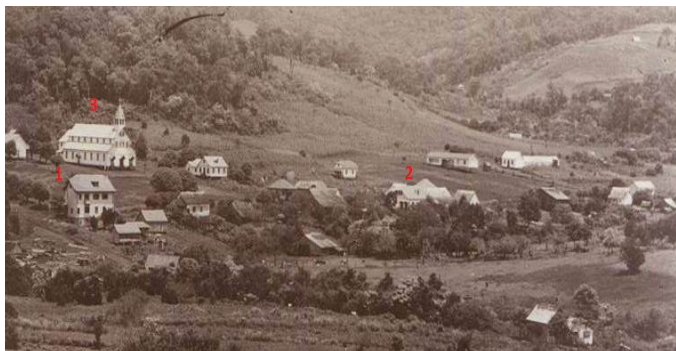


Imagem 04: Vila São João, ano de 1960. Fonte: Arquivo da Casa da Cultura de São João do Oeste.

A Imagem 05 é uma perspectiva da Rua do Comércio da cidade de Itapiranga na década de 1970, paisagem que se constituiu desde

o princípio da colonização e elemento irradiador do processo de desenvolvimento urbano da cidade. Percebemos que a tese de Gislon (2013) se confirma também no cenário urbano de Itapiranga, onde a Igreja se eleva à rua central da cidade, dedicada principalmente para a instalação de edificações comerciais. Na Rua do Comércio de Itapiranga se instalaram desde o princípio da colonização várias atividades comerciais, representando na ainda atualidade elemento de convergência nas atividades comerciais do espaço urbano.



Imagem 05: Rua do comércio de Itapiranga, década de 1960. Fonte: Museu Comunitário Almiro Theobaldo Müller.

Historicamente a casa comercial desempenhou um papel de destaque na paisagem. Primeiro por ser um centro de referência para a colonização e para a população urbana e rural. Ali as pessoas adquiriam os mantimentos necessários para a família e a propriedade, se reuniam na bodega para tomar cerveja ou cachaça e falar sobre política e economia, jogar baralho e tratar de negócios com o comerciante. A indumentária típica do interior da casa comercial incluía rolos de tecido em metro, fumo manufaturado, baleiros e balcões em madeira caracterizantes do espaço. Todos esses elementos remetem a uma nostalgia e uma memória. Muitas famílias do interior dedicavam uma parte do dia para ir ao comércio na cidade ou na vila rural, atividade aguardada com entusiasmo por grande parte da família.

Além disso, as casas comerciais de maior porte incluíam um silo e um depósito onde era depositada a produção agrícola. No entorno da casa comercial, de maneira geral, existiam outras atividades manufactureiras, como o moinho e a ferraria. Nos fins de semana, no período de entre safra, depósito geralmente era transformado em salão de bailes onde ocorriam festas e celebrações, aspecto que torna ainda mais simbólica essa edificação.

Sendo um espaço de referência simbólica para a colonização, o comerciante desempenhava também a função de receptor de capital financeiro, tanto pela comercialização de mercadorias, bem como pelo hábito de depósito de valores em dinheiro. Na ausência de agências bancárias, muitos colonos confiavam suas economias aos comerciantes, que em troca pagavam juros ou garantia o fornecimento de matérias primas. Nesse sentido se tecia uma relação de confiança entre o colono e o comerciante.



Imagem 06: Vila Tunas, atual Tunápolis. Em primeiro plano a casa comercial (B) e ao fundo a igreja (A). Fonte: Museu Público Municipal de Tunápolis.

Na Imagem 06 contemplamos a Vila Tunas, atual Tunápolis, onde podemos perceber a casa comercial e a igreja desempenhando papel representativo na paisagem. Esse padrão foi muito manifesto nas vilas coloniais expressando uma característica dos processos colonizatórios e

da formação do espaço.

De maneira geral a casa comercial dos espaços urbanos não possuía jardim, prostrando-se rente a rua tendo no máximo uma calçada ou um estacionamento, sendo a entrada principal voltada diretamente para a rua frontal. Em anexo, no térreo ou no pavimento superior, anexava-se a casa da família do comerciante. Em não poucos casos havia uma pousada na edificação para acomodar os viajantes ou as famílias de migrantes que chegavam à colônia, principalmente nas primeiras décadas de colonização. Muitas ainda possuíam, principalmente no porão, um depósito para grãos e fumo e produtos para a comercialização.

SUA RELEVÂNCIA PATRIMONIAL

Numa perspectiva arquitetônica, muitas casas comerciais eram construídas em dois ou até três pavimentos, dependendo do poder financeiro. Grande parte das edificações comerciais ainda presentes na paisagem na atualidade foram construídas em alvenaria, restando raríssimos exemplares em madeira.



Imagem 07: Rua do Comércio de Itapiranga, 1968. Fonte: Museu Comunitário Almiro Theobaldo Müller

Como exemplar ainda presente na paisagem local percebemos a Loja Schoeler (Imagem 08), local onde funcionou umas das primeiras

casas comerciais da colonização e também porto de entrada de colonizadores que vinham para Porto Novo através do Rio Uruguai. Construída em 1928, durante muito tempo a localidade serviu de referência para a colonização e por isso desempenha um papel de memória para o contexto colonial.



Imagem 08: Comercial Schoeler, Linha Sede Capela, interior de Itapiranga. Perspectiva antiga (A) e atual (B). Fonte: Arquivo do autor.

É uma edificação que se encontra em bom estado de conservação e que serviu de casa comercial de considerável influência local. Na edificação constata-se uma simetria de fachada e o telhado em formato de chalé, elemento bastante presente nas edificações históricas oferecendo um espaço na parte superior, o sótão, que em alemão é Speiger. O sótão na casa comercial poderia ser utilizado como celeiro para o depósito de produtos e em alguns casos era utilizado como dormitório, principalmente nas casas comerciais que serviam de hotel para os colonizadores que chegavam pelo Rio Uruguai.

Já na vila São João, hoje município de São João do Oeste, podemos encontrar outra casa comercial ainda preservada. Essa edificação foi construída em 1947 e atualmente ainda serve de espaço de comércio e residência, aspecto que fortalece a compreensão de que essas edificações representam um significativo potencial patrimonial e de memória na paisagem das localidades.

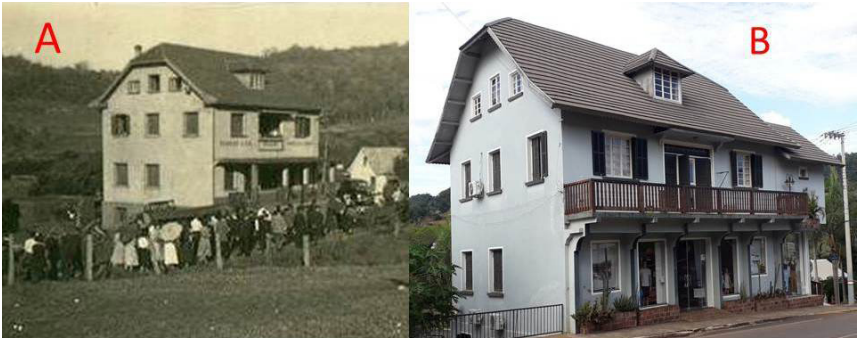


Imagem 09: Comercial Schoeler na década de 1950 (A) e atualmente (B). Fonte: Casa da Cultura de São João do Oeste.

Na Linha Cristo Rei, interior do município de São João do Oeste, encontramos outro exemplar de uma casa comercial preservada e que mantêm significativa relevância para a paisagem da vila. A antiga Comercial Grasel simboliza a relevância histórica do comerciante para as comunidades. Seu antigo proprietário era membro atuante da comunidade e na política do município de Itapiranga. Essa casa comercial está localizada na vila desde a década de 1950 e a atual edificação em alvenaria foi construída na década de 1960. A casa comercial ainda atualmente se localiza no centro comunitário, junto à igreja e o clube social. Assim, podemos compreender o quão significativa ela é para a memória das vilas coloniais e para a paisagem local.



Imagem 10: Casa comercial, igreja e clube, simbolismo do centro comunitário nas vilas coloniais. Fonte: Do autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do texto era de compreender a relevância histórica do comerciante – *Geschäftsmann* – para a história da colonização de Porto Novo (municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis). Como personalidade simbólica, o comerciante era um líder comunitário e político com um papel social de significativa relevância.

Assim, a casa comercial é símbolo de memória para a história local e representa um valor patrimonial muito expressivo. Muitas edificações já se perderam, mas muitas ainda se preservam na paisagem local. Por isso ressalta-se a importância da valorização dessas edificações para a história pelo seu potencial patrimonial e simbólico que representam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORREIA, Telma. Arte déco e indústria: Brasil, décadas 1930 e 1940. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 16, n. 2, p. 47-104, jul-dez 2008.

DALLA COSTA, Armando João. *O grupo Sadia e a produção integrada: o lugar do agricultor no complexo agroindustrial*. Dissertação apresentado ao Programa de Pós Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1993.

ESPÍNDOLA, Carlos José. *As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia*. Chapeço: Grifos, 1999.

GISLON, Jacinta Milanez. *A invenção da cidade germânica: tradição, memória e identidade na arquitetura contemporânea de Forquilha-SC*. 173 p. Florianópolis. Dissertação do Programa de Pós Graduação em Arquitetura da UFSC, 2013.

JUNGBLUT, Roque. *Documentário Histórico de Porto Novo*. São Miguel do Oeste: Arco Íris Gráfica e Editora, 2000.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Tradução Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

TEDESCO, João Carlos. *De olho na balança! Comerciantes coloniais no Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX*. Passo Fundo: Méritos; Porto Alegre: EST, 2008.

VIANA, Alice de Oliveira. *A persistência dos rastros: manifestações do art déco na arquitetura de Florianópolis*. 2008. 68 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) do Programa de Pós Graduação em Artes Visuais da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CASA GUERNIERI: PATRIMONIALIZAÇÃO, LIMBO E PERDA (1996-2020)

Luciano Chinda Doarte¹

INTRODUÇÃO

Como em diversos outros municípios brasileiros, em São José dos Pinhais, município da Região Metropolitana de Curitiba, as políticas culturais no campo do patrimônio cultural passaram a ser realizadas antes que as políticas culturais de cunho mais geral. As políticas culturais passaram a ser organizadas e articuladas no início do século XXI, especialmente a partir de 2009, quando o governo federal brasileiro passou a encorajar e instrumentalizar a organização destas políticas públicas. Neste momento foram criados sistemas de cultura, conselhos gestores de políticas públicas culturais e demais modos administrativos diretos e indiretos no campo cultural.

Já as políticas patrimoniais podem ser encontradas em diferentes esferas em períodos anteriores a 2009. Em especial, infere-se, pela institucionalização do tema do patrimônio no Estado brasileiro muito antes de os temas culturais propriamente ditos, tendo em vista que o patrimônio fora concebido como política de Estado já na década de 1930.

O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC) de São José dos Pinhais foi criado em 1996. Antes deste momento, a Lei Orgânica, de 1990, era o documento local que melhor articulava o tema patrimonial. Na Lei Orgânica o patrimônio não é categorizado ou

1 Professor e historiador. Mestrando da linha de pesquisa em Arte, Memória e Narrativa do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Atualmente é professor-coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPC), em Curitiba; e presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC) de São José dos Pinhais. Contato: lucianochinda.lcd@gmail.com.

sublinhado enquanto ativo cultural propriamente consolidado, mas o é citado de forma geral em algumas passagens. Na *Seção II* de seu segundo capítulo, ao estabelecer sobre a competência comum, apresenta-se que:

Art. 10 É da competência administrativa comum do Município, da União e do Estado, observada a lei complementar federal, o exercício das seguintes medidas:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

[...]

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural (SJP, 1990: 5, grifo meu).

No artigo 66 da mesma lei, cita-se que compete ao prefeito “XXXIV - adotar providências para conservação e salvaguarda do patrimônio municipal” (SJP, 1990: 24). Por fim, a Lei Orgânica estabelece, em seu quinto capítulo, na seção *Da Cultura*, que:

Art. 159 Ficam sob a proteção do Município os conjuntos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, ecológico e científico tombados pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo Único - Os bens tombados pela União ou pelo Estado merecerão idêntico tratamento, mediante convênio (SJP, 1990: 48).

É essencial sublinhar que, em especial nas partes da lei que não tratam especificamente do tema cultural, o “patrimônio público” engloba o patrimônio cultural, mas também significa mais que apenas ele, contemplando também as finanças, espaços e bens públicos em geral, o que inclui coisas não patrimonializadas e “de fora” do campo da cultura. Todavia, ao tratar na seção sobre a cultura, o texto aponta diretamente ao patrimônio cultural, que demanda práticas, políticas e ações sociais específicas.

Neste postulado local, o COMPAC é formado em 1996 e, após polêmicas, ingerências e ações no Ministério Público por assuntos variados que são extensos demais para este breve estudo, é reformulado em 2013, pela Lei N° 2.256, de 20 de setembro. A principal alteração proposta em 2013 com relação à Lei de 1996 é a composição da diretoria do COMPAC, que na primeira proposta tinha como presidente nato o secretário municipal de cultura e que, a partir da reestruturação, tem

sua diretoria eleita entre os conselheiros que são nomeados pelo prefeito (e não eleitos em conferência pública).

Sobre a esfera de gestão pública do patrimônio no município também é importante ressaltar que são reconhecidas como categorias de patrimônio aquelas propostas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tanto dos bens de cunho material, quanto imaterial.

Atualmente, no início de 2021, São José dos Pinhais possui 15 patrimônios culturais, todos materiais e que fazem menção à hegemonia eurocentrada, comumente endossada nas identificações culturais locais. São, por exemplo, residências de famílias abastadas, prédios vinculados ao Estado (escolas, colégios, bibliotecas), construções-monumentos e templos religiosos católicos. Com isso, e com articulações de grupos culturais italianos, poloneses e ucranianos, a cultura de caráter migrante do século XIX e a organização local da colonização, com início no fim do século XVII, são os temas mais alçados ao patamar de patrimônio cultural municipal.

O caso ora analisado é o de uma casa em madeira, tombada na segunda metade da década de 1990, envolta em intensas negociações e disputas e que, infere-se, por falta de resolução do poder público e pela não efetivação de uma negociação benéfica, deteriorou-se por muitos anos, tendo sido incendiada em 2015, ocasionando a perda de um dos patrimônios do município.

TOMBAMENTO, HISTÓRIA LOCAL E ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO

A residência em madeira tornada patrimônio e objeto deste estudo recebera diferentes nomes durante as discussões acerca de sua importância cultural: Casa dos Lambrequins, por conta do ornamento em madeira usado na cumeeira e nas pontas do telhado; Casa Guernieri, por conta do nome da família que foi sua proprietária; e, em menos vezes, Casa Paranista, por ter representado algum modelo regional de arquitetura das décadas de 1930 a 1950 para a consolidação dos ideais de identidade cultural no campo visual.

A casa, aqui chamada preferencialmente de Guernieri, ficava localizada no centro de São José dos Pinhais, em uma área em que o

setor imobiliário tem cada vez mais interesse em negociações pela boa estrutura local, com bens e serviços de fácil acesso e, claro, preços galopantes para o metro quadrado. A casa ficava na esquina das ruas Isabel A Redentora, uma das principais vias de acesso e circulação no centro da cidade, e Sete de Setembro, uma rua perpendicular que liga muitos acessos importantes da região. Sua construção nunca foi precisada, sendo aceita uma mensuração de que fosse feita em algum momento entre as décadas de 1910 e 1920. Segundo o documento do arquivo do COMPAC que reúne a cronologia da casa de 1996 a 2008, feito por Zelinda Helena Stonoga Fialla, então Chefe da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Cultura, as características que marcavam a casa enquanto tal eram:

[...] ornamentada com lambrequins em todas as suas fachadas, que supostamente a tem remetido uma origem polonesa. A construção conta com a área de 132,67 m² no primeiro piso e sótão habitável com 33,26 m². A residência tem um diferencial singular, cumeeira encimada por uma seqüência linear de lambrequins. O recuo da fachada em relação ao alinhamento da rua é outro diferencial da arquitetura tradicional e a utilização de sótão como área habitável traz à tona a influência européia que a precede. A casa ainda é caracterizada em seu interior com barras decorativas com motivos florais e geométricos. Paredes duplas laterais, com pé direito acentuado, cerca de 4 metros e janelas e portas retilíneas e de tamanho expressivo (COMPAC, 2008: 1).

Algumas das características referidas no levantamento cronológico do COMPAC podem ser notadas nas imagens abaixo, feitas no ano de 2006, também do arquivo do Conselho:

Casa Guernieri



Área externa da Casa Guernieri, 2006. Fonte: Arquivo do COMPAC.

Os debates sobre a patrimonialização da Casa Guernieri começaram, segundo as atas das reuniões do COMPAC, em 1996, quando o proprietário do imóvel comunica ao Conselho sua vontade de tombamento ou retirada da casa do local. No ano seguinte (1997), o debate é retomado e o tema central é a possibilidade de se perder a casa que já estaria em condições precárias. Neste tempo, a casa (juntamente com o seu valioso terreno no centro da cidade) já estavam postos à venda. Ao encontrarmos as ponderações acerca do tombamento da Casa como um patrimônio cultural do município – e também em outros casos de patrimonialização – é possível lembrarmos de José Reginaldo Gonçalves, quando fala da objetificação cultural (1996: 14-15). Neste sentido, a cultura, sempre complexa, passa por uma obra consciente de debates e escolhas e é, em diferentes medidas, objetificada, identificada em coisas materiais e imateriais que podem significá-la de todo. Este trabalho, como aponta Gonçalves, serve para a criação de uma “realidade ficcionalmente constituída” (Ibid.), justamente porquê a captação da dinâmica cultural no sentido de significar um todo social carece de um esforço narrativo e simbólico que crie no campo das ideias e das práticas coletivas significados comuns.

A Casa Guernieri foi tombada em 1998, não sem certa resistência da família proprietária, que, pelo que indicam os registros do Conselho, apresentou posicionamento favorável ao ato noutro momento. O dono da casa, José Luiz Guernieri, era interditado dado seu estado de saúde mental. Seu representante, Olimpio Guernieri Filho, era o articulador da situação da patrimonialização. Guernieri Filho, que, segundo as atas do Conselho, via benefício no tombamento, desde que a Casa fosse inteiramente restaurada ou desmontada para ser remontada em outro local – o que viabilizaria a comercialização do terreno –, passou a se opor ao tombamento e, com ele, aos impedimentos dados pela força da lei aos modos de manutenção da residência.

O processo de tombamento fora aberto em 1998, tendo a família sendo notificada em março daquele ano. Guernieri Filho, ao saber do processo, protocolou um pedido de impugnação, que de nada adiantou, dado que o Conselho decide pelo tombamento, como apresenta a ata do dia 2 de abril de 1998:

(Presidente do Conselho) quanto ao pedido de tombamento do imóvel da Rua Izabel a Redentora, nº 1244, o qual já passou por todos os trâmites exigidos por Lei, solicita aos membros do Conselho para que se manifestem quanto sua inscrição no Livro Tombo Municipal. Sem exceção, todos foram a favor do processo e pedem urgência em sua restauração, uma vez que se encontra em péssimo estado de conservação, oferecendo risco de desabamento. A Conselheira Helena Maria Régis de Araújo lembra da condição do proprietário do imóvel, Sr. José Luiz Guernieri, que sendo incapaz e apresentando outros problemas de saúde, pode ter agravado seu estado, não aceitando a mudança da casa que apresenta sério risco de desabamento (FIALLA; COMPAC, 1998: 3).

Com a consolidação da patrimonialização da Casa Guernieri, podemos lembrar novamente das palavras de Gonçalves, especialmente quando ressalta que faz parte do trabalho das pessoas dedicadas ao tema do patrimônio as práticas de seleção, preservação e coleção:

[...] aqueles que lidam pragmaticamente com o chamado “patrimônio cultural” dedicam-se às práticas de colecionar, restaurar e preservar objetos com o propósito de expô-los para que possam ser vistos e preenchem as funções pedagógicas e políticas que lhe são atribuídas (GONÇALVES, 1996: 21).

E é no meio deste jogo semântico e político que a Casa Guernieri tornou-se um ativo cultural dotado de caráter de importância para a história, a cultura e a identidade de São José dos Pinhais. Tornou-se, portanto, um marco: algo que altera o movimento trivial do cotidiano e que carrega a potência de ser memorizado e de atuar nas práticas de memória. Neste caso em específico, fazendo eco às propostas brasileiras no campo patrimonial, como também aponta José Reginaldo Gonçalves (1996), o processo de proteção ao bem cultural tornado patrimônio se deu por meio de uma preocupação com a possibilidade de perder este ativo cultural às ações do tempo, de desgaste e fim dele. Sendo assim, a proteção sobre um bem se dá pela possibilidade de se perderem as próprias chances de que este seja usado como um artifício que articule valores comuns em nome da coletividade.

Logo após a patrimonialização, a Casa Guernieri entrou em um processo de limbo. Em 2000, segundo os registros das atas do COMPAC, a família proprietária reiterou o não interesse em restaurar o patrimônio.

Na reunião de 24 de maio daquele ano, foi aventada a construção de uma réplica, o que, segundo a conselheira Rosina Parchen, seria uma negação do tombamento, tendo em vista que o bem protegido pelo jogo de práticas patrimoniais seria “trocado” por um parecido, mas que não o é. A negação do tombamento, infere-se, se daria pela ruptura da relação entre a materialidade e a subjetividade dos patrimônios (GONÇALVES, 2005), especialmente porque o bem “original”, pertencente a um processo histórico local e portador de camadas de significação, seria trocado por uma réplica que poderia até reproduzir a materialidade, mas jamais os pertencimentos subjetivos e os próprios processos históricos formadores de si.

Noutra perspectiva, também levantada no COMPAC em 2000, uma réplica serviria de significante ao próprio patrimônio, potencializando a chance de preservação de uma memória, do passado da residência e da própria constituição histórica da Casa Guernieri enquanto um patrimônio municipal. Sendo assim, uma nova materialidade teria a possibilidade de articular novamente – ou desde o início – as subjetividades inerentes ao bem em si.

Na metade da década de 2000, a Casa Guernieri foi colocada em uma situação que é, senão ímpar, bastante dissonante das demais práticas patrimoniais no Brasil. Em 2005 passa a ser cogitada a possibilidade de desmontagem da Casa para a sua restauração e remontagem em outra região da cidade. Esta prática é diferente, menos encontrada no Brasil, mas já realizada com o suporte teórico e técnico necessário. O que de fato é marca singular é que, durante as discussões de realocação da Casa Guernieri, em 2006 o COMPAC fez um adendo no termo de tombamento que coloca o tombamento da Casa Guernieri integralmente sobre a construção em madeira, desvinculando-a do terreno, portanto, há uma ruptura da relação histórica e “tradicional” existente entre casa e terreno.

Com isso se quer marcar que a fenda aberta com o adendo escrito em 2006 abre possibilidades para práticas no campo do patrimônio que não são comumente usadas e que podem ser, ainda, nocivas, jogando ao campo financeiro dos mercados, sobretudo o imobiliário, a chance de negociações que as práticas mais tradicionais do patrimônio não só não

possibilitam como também existem para frear ou diminuir os impactos mais selvagens da mercantilização.

Neste caminho de divisão do que é tombado e do que não é parte do patrimônio, o lote poderia ser negociado e a Casa realocada. Posteriormente, em 2007, um orçamento levantou os custos para que se trasladasse a Casa Guernieri, somando pouco menos de 260 mil reais. Na reunião de 6 de julho de 2005, o representante da família proprietária, Olimpio Guernieri Filho, deixa claro suas intenções sobre o patrimônio e o terreno (até então não divididos):

Dr. Olimpio diz que não há interesse na venda do terreno, pois com o advento do shopping onde era o Hospital Pinheiros, o mesmo irá valorizar. Quanto a casa o interesse é que fique com a Prefeitura e que seja restaurada. Comenta que na administração do Prefeito Setim, ficou este impasse. Que tem particular interesse na preservação da casa, pois foi comprada pelo seu avô ainda no final do século XIX, que teve uma conservação por si própria muito boa e por questão de uns 20 anos houve o aparecimento dos cupins que ocasionou uma deterioração. Atualmente precisaria de uma restauração completa. O interesse de imediato é a venda da casa. A Prefeitura Municipal tiraria a casa e restauraria. Diz ainda que sugeriu na administração do Prefeito Setim que fosse colocada no pátio da Prefeitura, onde havia terreno disponível e ficaria interessante ter lá uma das primeiras casas de São José dos Pinhais, pois apresenta uma arquitetura fabulosa, toda feita de paredes duplas com algumas partes ainda com a pintura original. Tem particular interesse em ver a casa preservada, mas se demorar muito tempo ela ruirá. Não tem interesse em arcar com o restauro, que logicamente seria por conta do município (FIALLA; COMPAC, 2008: 13).

Apesar do discurso preocupado com o patrimônio, infere-se, a intenção do proprietário era a de comercialização do terreno, em especial após a grande valorização deste depois da construção de um shopping a duas quadras da casa, enquanto intenciona afastar-se de qualquer responsabilidade sobre o bem tombado. Nota-se na fala do proprietário – e também nas breves pesquisas do COMPAC – informações históricas sem comprovação (como a data de construção e as afetações estéticas engajadas ou não), mas que, apesar disso, afetaram profundamente o processo de patrimonialização e debates com fins de preservação. Quando da divisão do conjunto casa-terreno, o proprietário pareceu, de acordo

com a ata do COMPAC, satisfeito e amigável: “Dr. Olimpio Guernieri diz que trouxe expediente declarando não se opor ao tombamento da casa bem como a relocação e também autoriza a Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais a fazê-lo assim que a negociação esteja concluída” (FIALLA; COMPAC, 2008: 23).

Acerca destas negociações, cumpre sublinhar que o desfecho não foi exitoso para nenhuma das partes. Apesar de negociações que parecem terem sido intensas, nem a realocação nem o restauro da Casa Guernieri aconteceram e o tempo e as ações de deterioração tomaram parte. As fotos abaixo mostram o avançado estado de deterioração da Casa:

Fundos da Casa Guernieri



Esquerda: 23/04/2012. Fonte: Pautasjp.com. Direita: 06/11/2012. Fonte: Leonardo Costa.

Durante o limbo no qual foi deixada, a Casa Guernieri se tornou moradia de pombos e de pessoas em situação de rua. Um caseiro foi contratado para tomar conta do local enquanto as negociações junto ao COMPAC e à especulação imobiliária aconteciam, especialmente após a valorização local com a consolidação da construção de um shopping nas proximidades da Casa. A região onde a Casa localizava-se passou por fortes mudanças urbanas e de uso, uma vez que antes da valorização local e da construção de um grande shopping, o trecho da cidade era mais visto como uma das saídas para Curitiba.

A vivência intensificou-se em dinamismo e diversidade na região, ficando a Casa congelada nas possibilidades e em derrocada na preservação. Apesar de não ser um ativo cultural com seu potencial articulado pelo poder público, a Casa era reconhecida pelos munícipes como parte do todo social, seja pela participação histórica ou pelo exotismo de sua arquitetura em uma localização modernizada e de intensa atividade do mercado imobiliário.

Em 2015, após a ineficácia da gestão patrimonial e muito provavelmente depois das afetações dos ventos financeiros que se anunciavam já no início dos anos 2000, a Casa Guernieri foi acometida por um incêndio de proporções enormes que a reduziram completamente a nada. O ativo cultural que poderia ser usado para a construção consciente, política e coletiva de uma memória social, articulando a participação de diferentes atores sociais (CANDAUI, 2011), foi perdido, gerando certas comoções em alguns cidadãos assustados com o incêndio ou ressentidos pela perda.

Um vídeo amador, publicado no canal do *YouTube* do veículo midiático *Banda B* (2015), mostra a casa em chamas, com suas vigas, tábuas e lambrequins estralando na ardência do fogo, enquanto muitas pessoas acompanham fazendo registros audiovisuais e comentários sobre a perda. Na tarde do incêndio, por volta das 18h, eu mesmo passei pelo local. Restavam apenas cinzas e restos, nada que identificasse a Casa Guernieri. Um transeunte, ao comentar com um policial militar que guardava o perímetro, questionou e reclamou sobre o não restauro e a “permissão” do poder público para que a Casa fosse consumida pelo fogo, ao que o policial respondeu justificando com um “não é bem assim”, e seus porquês sobre falta de profissionais, orçamento e etc.

Uma breve leitura das atas do COMPAC permitem identificar que o problema era antigo e nítido, não tendo sido o sinistro completamente um susto, mas sim, em partes, algo esperado, até bem parecido com o modelo de preservação romântica de John Ruskin, no século XVIII. A Casa Guernieri, apesar das particularidades que apresentou ao longo de seu tempo de patrimonialização, também foi parte de um processo histórico bem consolidado: a efetivação de uma hegemonia histórica no campo do patrimônio, apontada já por Silvana Rubino (1996).

A Casa Guernieri era de propriedade de uma família da elite local – mesmo que de “baixo clero” –, grupo que passou por um processo moderno de urbanização e ocupação territorial, participando da política local em diferentes modos. As próprias negociações com o proprietário mostram como a hegemonia histórica no patrimônio, que centraliza algumas identidades, práticas e saberes em detrimentos de outros, negocia amplamente – por mais que ineficazmente – com um só particular ao se tratar de uma política pública que, por isso, deveria ser articulada de maneira mais pública, aberta e participativa possível. Sobre este tipo de ação, Alexis de Tocqueville registrou:

Quero imaginar sob que novos traços o despotismo poderia produzir-se no mundo: vejo uma multidão incalculável de homens semelhantes e iguais que giram sem repouso em torno de si mesmos para conseguir pequenos e vulgares prazeres com que enchem sua alma. Cada um deles, retirado à parte, é como que alheio ao destino de todos os outros: seus filhos e seus amigos particulares formam para ele toda a espécie humana; quanto ao resto de seus concidadãos, está o lado deles, mas não os vê; toca-os mas não os sente – cada um só existe em si mesmo e para si mesmo e, se ainda lhe resta uma família, podemos dizer pelo menos que pátria ele não tem ([1835] 2000: 389).

No Brasil outros intelectuais também analisaram situações desta natureza, dos quais ressalta-se Lilia Moritz Schwarcz, que lembrou de uma lógica de “nós” e/contra/diferente de “eles” (2019: 212). É claro que neste caso da Casa Guernieri não se está falando de violências práticas ou silenciamentos impostos, todavia, se vê, isto sim, um privilégio a determinados atores sociais para falarem em nome do todo enquanto o todo social não é ouvido. A potência da produção de saber e de tomada de decisão democrática é, com este movimento, colocada à margem enquanto um grupo de notáveis resguardados pela narrativa da representatividade do sistema político o faz. Infere-se que em um caso tão profundo, de duração consideravelmente longa e de afetações coletivas ao município, o debate público pudesse ser uma saída com ressonâncias mais profundas, com decisões ancoradas na vontade popular expressa.

Atualmente, entre os anos de 2020 e o começo de 2021, o caso da Casa Guernieri segue em investigação e julgamento no Ministério Público do município. O terreno foi vendido a outro proprietário, graças

ao adendo de 2006. Como atual presidente do COMPAC, recebi do Ministério Público, na segunda metade de 2020, um pedido de consulta dirigido ao Conselho. Na ocasião, o MP gostaria de um posicionamento acerca da obrigação do antigo proprietário de se construir uma réplica da Casa Guernieri em seu local originário.

O adendo de 2006 é um impeditivo. Ainda, construir a réplica no mesmo local mantém o patrimônio de uso privado, com pouco ou nenhum acesso público. Todavia, fazê-la em terreno público (num parque ou numa praça) descaracteriza totalmente o tombamento enquanto tal. Entretanto, o tombamento já foi descaracterizado quando a Casa reduziu-se a cinzas. Esta negociação parece longe de findar, mas também serve como exemplo para uma interpretação tão histórica quanto empírica do campo de ação patrimonial: o patrimônio é sempre um campo de disputas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, cumpro aqui uma reflexão teórica que coloca o caso apresentado à luz dos debates contemporâneos, cada vez mais complexos e necessários. Inicialmente, é essencial nesta narrativa entender que todo o processo de patrimonialização da Casa Guernieri, desde os primeiros debates até sua perda, seguiu certo caminho já trilhado desde os fins do século XVIII francês sobre o campo patrimonial. Em resumo, este processo pode ser elencado no *regime de patrimonialização* de Jean Davallon (2012), que apresenta o entendimento de que para ser alçado a patrimônio, um ativo cultural passa por 1) descoberta do objeto, momento no qual um produto cultural é “encontrado” enquanto algo merecedor de valores e esforços patrimonializadores em torno de si, o que na prática resolve-se pelas performances políticas e narrativas dos governos e dos especialistas; 2) certificação de originalidade, que garante que o item cultural detém pertencimentos práticos e simbólicos, materiais e subjetivos com alguma narrativa sobre o passado, a memória e a História; 3) estabelecimento de um mundo de origem, que localiza no tempo e no espaço o gérmen primeiro do item cultural que alcança historicamente um determinado presente; 4) representação do mundo originário por meio do bem cultural eleito, oferecendo ao contexto de

um presente uma relação alusiva ao passado como uma testemunha; 5) celebração do bem descoberto via exposição, o que dá acesso – ou deveria dar – democrático e amplo ao que torna-se patrimônio de todos; e 6) obrigação de transmissão geracional, a partir da preservação, educação e pertencimento.

Além de passar pelo processo intenso, longo e envolto num jogo simbólico muito denso, a patrimonialização em qualquer caso, como no objeto estudado brevemente neste texto, aponta para formas de gestão da memória social. Neste sentido é essencial notabilizar que o patrimônio, como se consolidou a Casa Guernieri, é uma *política de memória* (BAUER, 2020) e, especialmente por ser performada pelo poder constituído, recebe alto teor de validação social acerca da gestão de uma memória em sentido coletivo. “[...] Criar, preservar, transmitir um relato sobre determinado passado considerado particularmente importante ou significativo e, a partir desse relato, empreender medidas concretas” (ibid.) são as atividades realizadas através das políticas de memória que, como no caso da Casa Guernieri, está intimamente vinculada à produção narrativa, formas de escolhas do que será incluído ou não na dignificação cultural e os modelos escolhidos para preservação e negociação sobre e a partir dela.

Além de ser uma prática do presente sobre conteúdos do passado, cumpre saber que este é um processo consciente, com a ideia de que os processos de memorialização (diferente da memória), práticas que a sociedades em seus diversos órgãos usa para cristalizar em um presente como e o que se lembra do passado, denunciam em si, mesmo que involuntariamente, um impulso ativo e uma vontade de incidência política (SCHINDEL, 2009: 67). Com isto se quer dizer que as escolhas feitas sobre a preservação ou não preservação, os modos de negociação, os momentos de tombamento e escrita do adendo ao tombamento foram nitidamente ações de cunho político (tanto da política institucional quanto da política de negociação das relações coletivas). E se as escolhas são feitas na política racional, significa entender que as demais e numerosamente existentes outras possibilidades não foram contempladas por opção.

Com este quadro teórico, a reflexão final encaminha o

entendimento tido como necessário de que todo o processo que envolveu a Casa Guernieri entre 1996 e 2020, e que também é ainda atual porque não está de todo encerrado, é o de uma performance pública, coletiva, que envolve poder e negociação política para a construção de um entendimento em nome do todo social. A partir dos procedimentos próprios do campo patrimonial e da gestão dos conteúdos do passado no presente sublinhando os conteúdos de memória social, uma “ativação patrimonial”, nos termos de Llorenç Prats (2005), pode ser articulada no jogo do meio sociopolítico. Esta “ativação patrimonial” se refere às práticas e projetos tomados pelo poder público que os realiza ativando valores comuns atribuídos narrativamente ao bem cultural com vistas a prolongar sua existência e, ao mesmo tempo, justificá-la. Este processo de legitimação pode, para tal, se servir de conteúdos da identidade, da memória, do passado para se concretizar (PRATS, 2006).

Isto posto, acredita-se que o poder público municipal de São José dos Pinhais, municiado de suas esferas de decisão, seus orçamentos e seu planos de ação, não intencionou muito para além das reuniões que preencheram atas e mais atas, e dos longos discursos em favor do patrimônio, realizar alguma ativação da Casa Guernieri. O reconhecimento desta no meio social muito se deu de maneira orgânica, com sua presença no centro da cidade, sua estética já exótica em relação ao seu entorno mais imediato e sua história de deterioração a olhos vistos, acompanhada de perto pelos munícipes mais ou menos atentos a isso.

A Casa, desde o tombamento na década de 1990 até seu fim em 2015, nunca recebeu esforços diretos sobre as possibilidade de uso, aplicabilidade de leis de incentivo à preservação ou negociações com a família proprietária que não versassem sobre eximir-se e aplicar culpa em sentidos opostos, reciprocamente. Por conta disso, a história “padrão” dos processos do patrimônio alcançou um limbo que suspendeu a existência daquela residência como um ativo cultural já patrimonializado e que justamente por isso deveria ter atenções redobradas. Todavia, basta ser brasileiro para perceber como este limbo é parte da história “padrão” do patrimônio cultural, introjetado por um conformismo silencioso sobre a falta de políticas públicas mais efetivas, que basicamente podem se dar

pela execução das promessas legislativas.

O caso da Casa Guernieri também nos apresenta como o patrimônio é a todo momento um campo de disputas. Disputas de responsabilidade, disputas de poder de escolha, disputas de modos de registro do passado por meio do instrumento patrimonial, disputas de poderes políticos e/ou financeiros e/ou técnicos e tantas outras. Ocorre que pela longa duração do cenário em que se digladiavam entendimentos e propostas muito diversas sobre o palco da existência de um patrimônio, as cortinas se fecharam com fumaça, calor e certa comoção popular que sentiu das maneiras mais variadas possíveis a perda da Casa.

O incêndio que por ora não se sabe se foi criminoso ou não, se foi intencional e por força de algum poder simbólico ou não, é ainda uma metáfora do fim. Do queimar até a última parte, do expurgar qualquer sinal de existência e do eliminar qualquer chance de retomada, porque o restauro de uma madeira carbonizada totalmente não é tecnicamente possível em nossos tempos.

Por fim, é venal ressaltar a existência do adendo feito em 2006 ao tombamento da Casa Guernieri. O pequeno texto, quase uma nota de rodapé, torna bem tombado a Casa Guernieri, a construção em madeira, e livra o terreno desta performance. Este acontecimento proporciona hipóteses que destoam do habitual no patrimônio. Todavia, este exercício até ficcional não é sinônimo de falso, dado que as hipóteses só são hipóteses porque dentro dos enquadramentos de uma realidade são possibilidades, por mais que não tenham se realizado na prática, segundo as fontes históricas.

Destas hipóteses, saliento a lacuna criada entre a performance da patrimonialização e as práticas de manutenção do bem tombado. Uma vez feito o adendo em 2006, a especulação imobiliária tinha, em tese, ainda mais motivos para se debruçar sobre o valioso terreno em tão valiosa localização, uma vez que o impeditivo (o tombamento) não recaía sobre este. Entretanto, certo impeditivo ainda havia: a existência de uma casa patrimonializada sobre o terreno. A solução pode parecer óbvia: livrar o terreno da existência da Casa. Esta talvez tenha sido a probabilidade calculada no início dos anos 2000, pensando mais na preservação da Casa desde o COMPAC que no valor do terreno desde a especulação

imobiliária, justamente por conta da existência de orçamentos e debates sobre o traslado. Mas, tendo em vista que este movimento não se deu, o terreno ficou livre da casa por outro caminho, mais penoso ao município, mais doloroso à preservação da materialidade da história local e mais provocador do ponto de vista dos estudos e das pesquisas. Esta hipótese, obviamente, não visa culpabilizar um ou outro, mas perceber como o adendo de 2006 cria caminhos que a legislação e a prática patrimonial histórica visam impedir, frear e até esterilizar.

Em segundo apontamento, o tombamento de uma casa com o seu terreno, automaticamente, tem funções de manutenção do espaço do entorno, que é parte constituinte da materialidade. Certa micro-paisagem se dá dentro de um terreno e garante formas estéticas, históricas, políticas e sociais que são valores comumente partícipes da constituição de um patrimônio. Por mais que a Casa Guernieri fosse o patrimônio cultural de São José dos Pinhais e não seu terreno, este é proporcionador da própria Casa, que sem ele não teria lugar no tempo e no espaço local tal como teve e alcançou a patrimonialização junto a outros itens em uma lista muito pequena, restrita e ainda restritiva. Ademais, se a Casa Guernieri por ventura ou por sopro divino passasse por um processo de ativação patrimonial de si e potencialização de seu uso enquanto bem público, seu terreno poderia abarcar atividades, funções e equipamentos de apoio variados, como à exemplo as cafeterias, os locais de apresentações culturais ou guaritas de segurança que ações de economia criativa e de segurança no campo da cultura contemporânea costumam apresentar.

Por fim, o adendo de 2006 que deveria demonstrar chances de preocupação sobre a preservação, se tornou possibilitador de ações nocivas ao próprio patrimônio. Cogitando a possibilidade de o Ministério Público determinar a construção de uma réplica em mesmo local, como será possível se o terreno está alheio às obrigações patrimoniais e o proprietário já é outro? Como é viável pensar em inscrever novamente no espaço privado um patrimônio que é de todos? Como, a partir de um instrumento jurídico totalmente fora do comum, seria possível perpetrar a um ou outro proprietário a obrigação sobre algo que é de interesse público (o bem tornado patrimônio de todos), não privado, como mostraram as

negociações com a família registradas nas atas do COMPAC?

Estas perguntas, claro, poderão ser solucionadas pelo poder judiciário em diferentes instâncias. Mas mesmo assim oferecem caminhos e chamam à luz a necessidade de revermos, por vezes, usos, aplicações e ações no campo do patrimônio tidas como tradicionais, certas ou até mesmo melhores. Pensando a partir da racionalidade das práticas patrimoniais, as melhores, as corretas ou comuns só o são porque foram testadas, revisitadas, atualizadas e repetidas por muitas vezes desde o surgimento do patrimônio no mundo ocidental. Mas, independentemente disto, o caso da Casa Guernieri parece empurrar estudiosos, pesquisadores, gestores e demais interessados no tema do patrimônio para um cenário de revisão das certezas, ponderação das possibilidades e reconsideração das práticas. No campo científico a vontade e a ação de repensar, de colocar contra a parede certas certezas é comum e pode ser amplamente frutífera. Mas este é um movimento que demanda tempo, análise cuidadosa, estudo profundo. Já no campo da urgência do cotidiano com a existência de um patrimônio em vias de se tornar ruínas, o tempo é outro, mais rápido e demanda ação mais imediata. E é nestes momentos que a saída pode ser viável, mas também proporcionar mal-entendidos e deslocamentos que rumam novas possibilidades que se presentificam e exigem atenção.

REFERÊNCIAS

BANDA B. Incêndio casa – São José dos Pinhais. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=qp0G5NsnDAw>>. Acesso em 9 fev. 2021.

BAUER, Caroline Silveira. Políticas de Memória: aproximações conceituais e teóricas. In: *Minicurso Políticas de Memória: das teorias às práticas*. Online. Universidade Federal de Pelotas. 16 jun. 2020. 23 slides.

CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

DAVALLON, Jean. Comment se fabrique le patrimoine: deux régimes de patrimonialisation. In: KHAZNADAR, Cherif (Org.). *Le patrimoine, oui, mais quel patrimoine?* Paris: Maison des Cultures du monde, 2012. P. 41-57.

FIALLA, Zelinda Helena Stonoga; COMPAC. *Cronologia da Casa Guernieri*. São José dos Pinhais, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

_____. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, n. 21, p. 17-35, 2005.

_____. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitarias. PH. *Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n. 58, p. 72-80, maio 2006.

RUBINO, Silvana. O Mapa do Brasil Passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, N. 24 – Cidadania, P. 97-105, 1996. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat24.pdf>>. Acesso em 9 fev 2021.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. *Lei Orgânica de São José dos Pinhais*. 1990. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/lei-organica-sao-jose-dos-pinhais-pr>>. Acesso em 8 fev. 2021.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. *Lei Nº 2.256, de 20 de setembro de 2013*. 2013.

SCHINDEL, Estela. Inscribir el Pasado en el Presente: memoria y espacio urbano. *Política y Cultura*, primavera 2009, n. 31. P. 65-87.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o Autoritarismo Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América: Livro II: sentimentos e opiniões: de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos*. São Paulo: Martins Fontes, [1835] 2000.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO SOB CRITÉRIOS: O CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA FÁBRICA DA COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS DO RIO ANIL COMO LEGADO CULTURAL DO MARANHÃO

Carlos André Colins dos Santos¹

INTRODUÇÃO

Estudos referentes ao patrimônio histórico demandam o reconhecimento de determinados itens, materiais ou imateriais, como espaços de realização de evocação social de memórias e afetos, representações que compõem a identidade de múltiplas formações sociais presentes na coletividade. Tais representações estão inscritas por meio da tradição nos traços culturais do ambiente em que estas mesmas representações encontram guarita.

Desta forma, este artigo tem por objetivo central compreender as condições sob as quais o complexo predial da escola Unidade Integrada do Rio Anil - CINTRA configura-se enquanto patrimônio material e cultural pertence a população ludovicense. A relevância deste tema formaliza-se na implementação de análise de caráter crítico a respeito da posição em que tal conjunto arquitetônico possui em termos de trajetória histórica e importâncias culturais frente as demandas surgidas do tempo presente. Esta pesquisa proporciona possibilidade de elencar subsídios para legitimação deste grande centro arquitetônico enquanto patrimônio imanente a cultura ludovicense.

O método de pesquisa utilizado nesta investigação primou pelos postulados oriundos do materialismo histórico e dialético, uma vez que, adotamos como princípio, estágio de partida da análise, dados e

1 Mestrando em História – PPGHist – UFMA. E-mail: cacollins850@gmail.com.

formulação materiais e empíricas buscando construir “reprodução ideal do movimento real do objeto” (Netto, 2011, p. 21). A conceituação dos itens parte do processo de evocação de determinações, seguindo de significativo nível de abstração até a condição de particularidade exigida pelo objeto de pesquisa.

Esta pesquisa possui caráter descritivo, considera criterioso inventário da historiografia construída acerca do tema revisando-a junto as fontes documentais indicadas e segundo abordagem qualitativa. Desta maneira, intentamos atingir o objetivo central da investigação.

A IMPORTÂNCIA DO AMBIENTE SOCIAL E FÍSICO

Possíveis análises referentes ao conjunto arquitetônico da fábrica da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil devem ter em consideração a estreita ligação da trajetória deste empreendimento com o espaço físico formado pelas áreas que compõem a região identificada como Cutim, esta região onde em tempo presente situa-se conjunto de bairros intensamente ocupados tem história antiga em termos de documentação, ainda na primeira metade do século XIX podemos encontrar referências a esta localidade por meio da imprensa ludovicense.

Em edição pertencente ao periódico *Publicador Maranhense* encontramos notícia inerente a captura de escravo mulato que escondia-se nesta região; segundo o periódico: “Foi preso no cutim, o mulato Antonio escravo de José Antonio da Silva Guimarães, por esta fugido. Foi entregue a seu senhor” (*Publicador Maranhense*, 17/07/1844, p. 04). Desta forma, convém a pesquisa utilizar como item investigativo minuciosa apresentação e análise do contexto em que inicialmente desenvolveu-se esta região sociocultural e geográfica, tomando tal contexto como formalizador de critério para estabelecer o conjunto arquitetônico da fábrica de tecidos do Rio Anil como importante componente do patrimônio histórico do estado do Maranhão.

Ambiente de desenvolvimento da macro região do Cutim, a São Luís do século XIX constituía-se em cidade sob fortes forças antagônicas no sentido de suas próprias possibilidades de interpretação a partir dos contemporâneos de então. Aqui, entendemos ser a produção jornalística lugar de extrema importância para compreendermos como

os contemporâneos do século XIX interpretavam e experimentaram a cidade. Para Pereira (2006, p. 15) o jornalismo periódico realiza circulação de ideias e análise da sociedade em sentido amplo, além disto, informações acerca de condições físicas e materiais do espaço podem, também, serem cunhadas por intermédio desta tipologia de fontes.

A imprensa neste período figurava enquanto lugar de intensos debates sobre variados temas, a capital maranhense comportava jornais que publicavam diariamente e detinham significativo número de exemplares que acabavam por atingir outras partes da província. Destacaremos dois periódicos que consideramos fontes adequadas a esta pesquisa, tratam-se dos jornais *Pacotilha* e *Diario do Maranhão*.

Segundo Pereira (2006, p. 18), o jornal *Pacotilha* iniciou suas atividades na década de 80 do século XIX, período marcado pela intensificação das lutas em prol da abolição da escravização de indivíduos de pele negra, foi fundado pelo jornalista Victor Lobato e possuía como proposta editorial a vanguarda em favor de um jornalismo dinâmico e voltado para tendências modernizadores e liberais.

O *Diario do Maranhão*, a seu termo, indica Pereira (2006, p. 17), diferia substancialmente do *Pacotilha*, o *Diario do Maranhão* nasceu na década de 50 do século XIX através de investimentos de grupo de empresários ligados ao setor agrário, isto refletiu-se na linha editorial deste periódico, possuía como característica em termos de escrita o conservadorismo de seus idealizadores e realizava defesa dos interesses das camadas dirigentes ligadas ao agronegócio de exportação.

Estes veículos de imprensa circulavam na São Luís onde originou-se o conjunto arquitetônico da fábrica da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil e discorreram sobre este empreendimento. A capital maranhense deste período sofria os impactos da destituição do Maranhão como grande produtor internacional de algodão e arroz. Ainda no século XVIII, devido a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, a agricultura baseada na grande propriedade escravistas experimentou intenso crescimento, índices positivos refletiam o grande volume de exportação dos produtos maranhenses. Furtado (2005, p. 90), ao tratar da situação maranhense no período colonial, indica que: “Esta região se beneficiou inicialmente de uma cuidadosa atenção do

governo português, a cuja testa estava Pombal.”

Este período de fortalecimento da economia local proporcionou a cidade crescimento e desenvolvimento a nível material, conjuntos arquitetônicos foram erguidos, estruturas portuárias e equipamentos urbanos foram implantados, mesmo com o fim da referida companhia e a destituição dos modelos econômicos adotados pelo Marques de Pombal, o Maranhão e por consequência São Luís experimentaram período de significativa evolução econômica.

No período em que os Estados Unidos passou por dificuldades internas diminuindo suas exportações em termos de gêneros agrícolas, abriu-se espaço para que produtos maranhenses atingissem grande aceitação no mercado externo. A Guerra de Secessão, oriunda em grande parte das questões que envolviam a abolição do trabalho escravo em terras américas paralisaram a produção daquele país mergulhando-o em conflito armado e sangrento.

Por sua parte, o Maranhão experimentou forte desenvolvimento econômico; Filho (2016, p. 34) indica que “houve início o mais notável período de exportação maranhense, que ocorreu durante a Guerra da Secessão dos Estados Unidos (1861-1865)”. Este desenvolvimento trouxe consigo melhoramento das condições materiais da cidade de São Luís, as classes dominantes tiveram possibilidades de adequarem-se a padrões de vida semelhantes ao experimentados pelas classes dirigentes dos grandes centros capitalistas. Mudanças nos costumes, roupas, literatura, artes e ciências. A opulência ludovicense baseada na produção agrícola escravista voltada para o mercado externo rendeu frutos a época, em pleno século XIX.

Neste período, destacam-se no cenário local e nacional vários nomes no campo da produção literária fazendo com que a província alcançasse posição de destaque. Nomes a nível de intelectuais como João Lisboa, Sotero dos Reis, Gonçalves Dias, Celso Magalhães e outros elevaram a cidade a status de lugar de letrados e sábios em terras brasileiras, Athenas é a designação que gerações posteriores, contemporâneas a construção do conjunto arquitetônico da fábrica da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil, intitulara a capital maranhense deste período.

Entretanto, as bases para tal crescimento não eram perenes e logo

exauriram-se. Com o fim dos conflitos internos, os EUA voltaram a disputar mercado externo com a produção maranhense, as dificuldades locais em modernizar a produção, melhorar a qualidade dos produtos, os entraves oriundos do sistema escravista aliados as péssimas condições estruturais de suporte a produção, dentre outras causas, tornaram tal competição desigual para o lado maranhense (Filho, 2016, p.37-39). A estagnação econômica seguiu-se de forte imaginário de decadência em relação a província, cidade e cultura. Em matéria publicada no *Diario do Maranhão* é perceptível, por analogia, a força desta representação como base para conceituar a capital maranhense:

N'esta semana deo a imprensa da Corte noticia e juizo sobre cinco produções litterarias de filhos d'essa abençoada Athenas Brasileira: Tradução da Liliada, por Odorico Mendes; Lucubrações, do dr. Leal; Curso de Litteratura, de Sotero dos Reis; Documentos Historicos relativos ao Maranhão, pelo Senador Candido Mendes; volume de poesias do sr. Souza Andrade, taes foram as obras de reconhecido merito litterario que appareceram no mercado fluminense e pela imprensa da Corte devidamente recebidas e apreciadas. (Diario do Maranhão, 16/05/1874, p. 01)

Na São Luís das lutas abolicionistas e imediato pós-abolição, recorte histórico de surgimento do conjunto arquitetônico da fábrica de tecidos Rio Anil, a imprensa fazia circular representações a respeito de um passado glorioso, estado temporal em que a cidade respirava literatura e ciências, ligada aos grandes movimento intelectuais mundiais e não perdia em nada para qualquer outra cidade brasileira, era o período em que se elevava a Athenas brasileira, orgulho do Maranhão em tempos passados.

Neste recorte histórico, grupos voltados para atividades literárias, grupos estes com acesso as colunas dos mais variados veículos de comunicação, nutriam intenso saudosismo que recaía nas lembranças de um período temporal que relegou-se a condição de memória. Movimentos que objetivavam reavivamento das condições intelectuais que, segundo historiografia específica, imperaram no período de auge econômico foram fundados; as ações implementadas, por analogia, pelo escritor Antônio Lobo sintetizam este sentimento de busca pela reminiscência do passado atheniense em terras maranhenses (Nascimento, 2011).

O movimento dos Novos Athenienses, iniciativa que buscava recriar ambiente de fortalecimento intelectual do Maranhão, provocado por Antônio Lobo foi concomitante as mudanças sociais, culturais e econômicas que levaram ou proporcionaram o surgimento da Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil. Tratava-se de um contexto de grandes desafios e dificuldades diante de demandas que exigiam respostas da coletividade.

No bojo de tais acontecimentos, certos padrões ideológicos assumiam preeminências e norteavam os debates a respeito de múltiplos assuntos, assim, passaremos a tratar de sistemas ideológicos que permearam o campo intelectual maranhense influenciando, desta forma, nas ações políticas e econômicas de origem, e, desenvolvimento da Companhia Maranhense de Fiação e Tecidos Rio Anil.

A TRAJETÓRIA DE UMA TRADIÇÃO

Representações inerentes a um estado de intensa decadência nas mais diferentes áreas de produção da existência são comuns na imprensa e em outras tipologias de fontes produzidas no recorte histórico de surgimento da Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil. A ideia de que o Maranhão passava por processo de desagregação moral, intelectual, política e econômica estendia-se como espectro sobre as condições de ação em fins do século XIX, o decadentismo configurou contexto explícito da São Luís das lutas abolicionistas e imediato pós-abolição, indica Martins (2002, p.10).

Com a desagregação do sistema agroexportador maranhense, as forças estatais viram-se impossibilitadas de realizarem maiores investimentos nos equipamentos públicos da capital maranhense, apenas no governo Godofredo Viana São Luís experimentou novo ciclo de investimentos de maior ordem (Silva, 2012, p. 46,47). Desta maneira, as maiores modificações na paisagem urbana no final do século XIX em São Luís foram empreendidas pela iniciativa privada, dentre esses investimentos o prédio da fábrica de tecidos do Rio Anil e suas modificações realizadas no Cutim configuram exemplo salutar.

A cidade sofria com a falta de estruturas básicas de saneamento, em geral, os bairros não possuíam redes de esgotos interligadas, o

material decomposto era despejado em becos ou áreas de circulação de água, frequentemente denúncias envolvendo problemas de saneamento eram publicadas na imprensa.

O sistema de abastecimento de água para consumo era tão precário quanto o sistema de limpeza, a água utilizada nos bairros nobres advinha de fontes afastadas da zona urbana, transportada as residências por carros pipas particulares. Apenas com a implantação de empresa voltada para abastecimento canalizado de água pelo engenheiro Renato Teixeira em meados do século XIX é que tal situação ameniza-se, apenas, por seu turno, para bairros pertencentes as camadas dirigentes da população (Viveiros, 1954).

O sistema de abastecimento era representado como falho e insuficiente para dar conta das necessidades da população. O prédio do antigo matadouro, por exemplo, era localizado na região da Madre de Deus, contava com espaço para animais destinados ao abate e animais encontrados abandonados em via pública, entretanto, como exposto em matéria do jornal *Pacotilha*, as condições deste importante equipamento urbano não atendiam as expectativas da população (Pacotilha, 19/04/1881, p.02). Nas páginas dos jornais ludovicenses era presente e comum denúncias a respeito das condições inadequadas do matadouro assim como das práticas referentes ao comércio de alimentos. Somente nas primeiras décadas do século XX é que a cidade contou com novas estruturas referente a matadouro público localizado, desta feita, na região do bairro liberdade.

A população que encontrava-se em áreas pobres ou mais afastadas do centro urbano sentiam com maior ímpeto as dificuldade iminentes da falta de investimentos em infraestrutura. O território do Cutim integrava zona mais distante do centro urbano, constituía espaço onde localizavam-se sítios ou pequenas propriedades; em sua análise acerca deste tema, Feitosa (2016) cita este local como espaço onde a natureza era fortemente presente, porém, não havia estrutura em termos de aparatos urbanos, somente com a implantação da fábrica de tecidos do Rio Anil é que tal situação começa a si modificar.

Na obra *Vencidos e Degenerados*, Nascimento Moraes relata cenas contextualizadas na São Luís do recorte histórico equivalente ao período

em que se deu a construção do complexo fabril da Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil. Este autor descreve as ruas do centro da cidade tomadas por trabalhadores pobres, negros, mulheres, crianças, uma infinidade de tipos, uma cidade pobre de clima hostil e que passava por momento de pessimismo e pobreza, tratava-se de uma cidade vencida pelas tormentas do desenvolvimento das novas formas de produção do capital. É sobre estas formas, bases para os empreendimentos industriais do Maranhão no final do século XIX das quais originou-se a fábrica de tecidos do Rio Anil que trataremos a seguir.

A IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO

O processo de transformação das forças produtivas no Maranhão rumo a uma economia mecanizada, baseada em relações de trabalho com base em salário, não constituiu-se em trajetória simples, em verdade, a industrialização tão almejada nunca ocorreu nos níveis desejados, nem no período de implantação da fábrica de tecidos do Rio Anil tão pouco no tempo presente. No bojo das tensões referentes a implantação da Lei Áurea e da instalação da República é que nasce as condições necessárias ao empreendimento que gerou a construção da fábrica de tecidos do Rio Anil.

Contestações e enfraquecimento das instituições escravistas não ocorreram de maneira rápida ou pontual no Brasil, antes tratou-se de processo longo e complexo, indica Azevedo (1987, p. 43). No Maranhão os movimentos abolicionistas fortaleciam-se e ganhavam voz em espaços de debate na sociedade. Segundo Faria (2012, p. 167-172), na imprensa, as camadas dirigentes esforçavam-se por debater ideias e planos para enfrentamento das novas relações de trabalho que surgiriam mediante o fim do trabalho compulsório legalizado.

As propostas, eivadas de certo pessimismo assinalavam para dificuldade em praticar novas formas de exploração do trabalho ou implantar maneiras diferenciadas de geração de riqueza pois a província estava em situação de grande dificuldade em termos econômicos o que inviabilizou possíveis investimentos na matriz produtiva. Porém, a ideia de que as instituições escravistas estavam ultrapassadas e que a modernização das relações de trabalho constituíam base para qualquer

tipo de plano que objetivasse enfrentamento da crise era perene.

Assim, as vésperas do 13 de maio as incertezas em relação ao futuro econômico da província eram grandes surgindo, desta forma, investimentos em estruturas como o projeto da fábrica do Rio Anil começaram a integrar o contexto econômico da província. Moraes (2000, p. 27) indica que São Luís as vésperas do 13 de maio estava em forte ebulição, as pessoas já tinham noção de que a oficialização da abolição era apenas questão de tempo. Decretado oficialmente o fim da escravidão a cidade mergulhou em comemorações, a imprensa do período realizou cobertura detalhada dos festejos; passeatas, comícios, discursos, missas, muitas foram as manifestações em favor da Lei Áurea, porém, os questionamentos a respeito de como salvar a economia maranhense mediante as novas situações jurídicas e sociais continuavam a fazer eco.

Logo nas primeiras edições do *Pacotilha* após a promulgação da Lei Áurea, a Associação Comercial do Maranhão publicou edital de concurso de artigos que versassem sobre planos para recuperação da economia maranhense, é destacado no edital que os concorrentes deveriam realizar propostas levando em consideração a falta de recursos para investimento por parte da iniciativa estatal, relata Pereira (2006). A situação de estagnação inviabilizava saídas por meio da ação do poder público.

Entretanto, parecia vir do interior da província o exemplo para constituição da possível saída da crise que se expandia. Polos de indústrias têxteis surgiam em cidades como Caxias e revigoravam a ideia de que o investimento em indústrias seriam a forma mais segura e adequada para superação da crise, relata Teixeira (2003, p.17).

Assim, estava dado caminho para objetivação de projetos neste sentido, este tipo de projeto alcançaria na capital maranhense duas grandes tentativas, sendo estas a criação da Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense e da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil.

O local escolhido para o projeto em análise, região do Cutim, atingia critérios considerados bons para o investimento, tratava-se de local amplo, além disto a Companhia Ferro Carril de São Luís disponibilizava bondes que faziam percurso até esta localidade, o Rio

Anil oferecia uma série de benefícios adequados ao investimento, relata Feitosa (2016, p. 34). Por meio do rio a fábrica teria acesso a fonte de água ininterrupta, também contaria com fonte de força motriz para qualquer tipo de maquinário, o percurso que o rio traçava também auxiliava em projetos de escoamento da produção.

Assim, iniciou-se o projeto a nível acionário e de construção do conjunto arquitetônico da fábrica. Não foi o primeiro porém sua envergadura foi significativa, um dos maiores em termos de investimentos, em 1890 iniciou-se as ações da companhia e em 1893 o conjunto arquitetônico da fábrica estava pronto para iniciar suas atividades, indica Feitosa (2016). A construção contou com material e aparatos modernos para época contanto com a supervisão de trabalhadores oriundos da Inglaterra. A construção contou com implantação de chaminé e teares interligados sendo mais de 100 unidades, além disto, foi construído sistema subterrâneo de galerias para escoamento de esgoto e detritos, relata Feitosa (2016, p. 34-37).

Para Feitosa (2016), em termos econômicos, a companhia contava com política de incentivo do governo federal para amenizar as dificuldades, entretanto, a desvalorização da moeda brasileira colocava fortes empecilhos ao desenvolvimento da fábrica, já que, grande parte da tecnologia utilizada era estrangeira, máquinas e materiais pagos em moeda cuja cotação seguia mercados externos impunham prejuízos e dificuldades em equalizar as demandas.

Os problemas econômicos estendiam-se através de fatores de ordem culturais e demográficos. Com o fim das instituições escravistas grande continente de trabalhadores negros entraram em fluxo migratório, outros abandonaram seus antigos senhores, houveram aqueles que permaneceram em suas antigas ocupações, de qualquer modo, as bases que fundamentavam o sistema escravista esvaíram-se sem que tivessem condições de oferecerem aspectos adequados as novas relações de trabalho (Faria, 2003, p. 180).

Para Itapary (1995), estes trabalhadores advindos do sistema escravista ou por ele influenciados não possuíam experiência, conhecimento ou costume cultural que os preparassem para enfrentamento da vida na fábrica, o empreendimento sofreu dificuldades

em obter trabalhadores capacitados. Se mão de obra para realização das atividades básicas era escassa, encontrar trabalhadores especializados em tarefas mais elaboradas como atividades na área de engenharia era ainda mais complicado; para este tipo de tarefa a companhia acabava por buscar trabalhadores no exterior o que tornava a operação do empreendimento ainda mais cara.

Passando os meses iniciais do pós-abolição, iniciaram-se as ebulições em torno da possível queda do regime imperial. Novamente envolto em questões capazes de modificarem a estrutura social em termos de temáticas sensíveis como trabalho, cidadania e liberdade, os trabalhadores de pele negra voltaram a atuar nos espaços de luta política, nascia, desta forma, a classe trabalhadora voltada para o incipiente sistema industrial maranhense.

Divididos entre o possível campesinato, trabalho no setor de comércio e serviços urbanos, e, o mundo fabril, esta parcela populacional servil de base para formação da classe trabalhadora que emergiu por meio dos teares dos empreendimentos têxteis maranhenses sendo a Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil protagonista neste processo; seu conjunto arquitetônico foi testemunha e participante de todos estes momentos de fundamental importância para a história do Cutim, do complexo de bairros do Anil e, também, de todo o estado maranhense.

As atividades da fábrica perpassaram significativo período de tempo, entretanto seu funcionamento ocorreu em meio a dificuldades de nível econômico, social e tecnológico; segundo Santos (2019, p.03), tratou-se de um projeto que logo frustrou-se em meio a grandes empecilhos. Na década de 40 do século XX a fábrica passou por acidente responsável por morte de funcionários, este e outros acontecimentos geraram processos e dificuldades jurídicas, e, financeiras para a companhia. Desta forma, na década de 1960 a fábrica acabou por encerrar suas atividades e o conjunto arquitetônico passou por período de abandono (Feitosa, 2016, p. 38).

Porém, na década de 1990, relata Rabelo (2019, p. 5,6), com a criação da Fundação Nice Lobão, o prédio da antiga fábrica foi reformado e passou a abrigar escola destinada a alunos de baixa renda, a escola recebeu o nome de Centro Integrado do Rio Anil – Cintra. Esta escola

passou a figurar como importante centro de propagação de formas educativas para jovens de toda a capital maranhense, além de, forçar o poder público a realizar melhorias nos equipamentos estatais urbanos do bairro para melhor funcionamento da escola.

Sob a justificativa de melhorar processos administrativos estatais, segundo relata Emir (2019), o governo estadual através do projeto de Lei nº 219/2019 aprovado pelo poder legislativo estadual decretou fim das atividades da Fundação Nice Lobão extinguindo-a materialmente. As atividades escolares ainda funcionam no prédio da antiga fábrica da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil atendendo número significativo de jovens residentes na capital maranhense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto arquitetônico da fábrica da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil teve origem em recorte historiográfico onde o Maranhão assim como todo o país passava por acontecimentos de extrema envergadura para construção da sociedade e da cultura a nível nacional. Tratava-se do imediato pós-abolição e estabelecimento do sistema republicano. Acontecimentos que influenciaram a criação da fábrica sendo esta gênese parte do próprio processo de transformação vivenciado e experimentado pelos sujeitos históricos do período.

A história deste conjunto arquitetônico configura-se como história da própria cidade de São Luís e da formação de seu povo. Filhas destes momentos de ebulição, estas estruturas possuem a marca do desenvolvimento da capital maranhense, marcas criadas por meio das trajetórias que se criam ao longo das experiências e expectativas que se nutriam pelo desejo constituído socialmente de elevar a sociedade ludovicense a patamares de desenvolvimento econômico, tecnológico e social a nível das grandes zonas de acumulação, e, desenvolvimento capitalista.

Através destas experiências e expectativas a fábrica da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil promoveu direta e indiretamente as bases para ocupação e desenvolvimento de todo o complexo de bairros do Anil e adjacências, formações populacionais que estendem-se no tempo e no espaço geográfico junto as estruturas da antiga fábrica; esta acaba por

participar da vida social não apenas das comunidades que a circundam mas da cidade, do Estado.

Estas assertivas formalizam, em síntese, as condições através das quais o conjunto arquitetônico da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Anil constituiu-se como patrimônio material e histórico pertencente a população maranhense, lugar de memória, espaço em que o tempo fluiu deixando marcas, vestígios das transformações que construíram a identidade maranhense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

EMIR, Aquiles. Flávio Dino extingue Fundação Nice Lobão, e cria Instituto Rio Anil. Maranhão Hoje. Disponível em: <<https://maranhao hoje.com/governo-do-estado-extingue-a-fundacao-nice-lobao-mantenedora-do-cintra/>> Acesso em: 10/03/2021

FARIA, Regina Helena Martins de. *Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade*. São Luís: EDUFMA, 2012.

FEITOSA, Danilo da Silva. *DO BUCÓLICO, CUTIM AO BAIRRO ANIL*. 2016. 58f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016.

FILHO, Claudiomar Matias Rolim. *Formação econômica do Maranhão: de província próspera a estado mais pobre da federação: o que deu tão errado?* 2016. 104 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) - Programa de Pós-Graduação em Economia do Setor Público - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.

ITAPARY, Joaquim. *A Falência do Ilusório*. São Luís: Alumar, 1995.

MARTINS, Manoel de Jesus Barros. *Rachaduras Solarescas e Epigonismos Provincianos Sociedade e Cultura no Maranhão Neo-Ateniense: 1890-1930*. 2002. 177f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

MORAES, Nascimento. *Vencidos e degenerados*. 4. ed. São Luís: Centro Cultural Nascimento de Moraes. 2000.

NASCIMENTO, Dorval do. NOSSO CÉU NÃO TEM ESTRELAS: O CAMPO INTELECTUAL MARANHENSE NA PRIMEIRA REPÚBLICA. In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011, São Paulo. *Anais*, 2013. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307966101_ARQUIVO_TextoCompletoOCampoIntelectualMaranhenseNaPrimeiraRepublica_SNH_2011_.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2020.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão popular, 2011.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. As representações da escravatura na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880. 2007. 203f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RABELO, Aline Gomes; SANTOS, Graciane Pereira. EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NA FUNDAÇÃO NICE LOBÃO/CENTRO INTEGRADO DO RIO ANIL–CINTRA. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019, 16, 2019, Brasília. *Anais*, 2019. Disponível em: <<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/275/273>>. Acesso em: 02/05/2020.

SANTOS, Ana Karla de Almeida.; PFLUEGER, Grete Soares. Modernidades Industriais do Maranhão. *Labor e Engenho*, Campinas, SP, v. 13, p. e019021, 2019. DOI: 10.20396/labore.v13i0.8656090. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/8656090>. Acesso em: 12/03/2021.

SILVA, Gabriela Melo. *Traços desejanτες da cidade: o apelo pela modernização em São Luís (1889 1970)*. 2012. 203 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

TEIXEIRA, Cleudia Menezes Graça. Ciclo de desenvolvimento da indústria têxtil em Caxias-MA. 2003. 365f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

VIVEIROS, Jerônimo de; MEIRELES, Mário Martins. *História do comércio do Maranhão*. São Luís: Associação Comercial Maranhão, 1954.

Fontes

Diário do Maranhão, Jornal do Comércio, Lavoura e Indústria. São Luís, 16 Mai. 1874. Diário do Maranhão. P. 01. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>> Acesso em: 22/07/2020.

Pacotilha, Jornal da Tarde. São Luís, 19 Abr. 1881. Pacotilha. P. 02. Disponível em: < <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/> > Acesso em: 20/07/2020.

Publicador Maranhense. São Luís, 17 Jul. 1844. Repartição da Policia. P. 04. Disponível em: < <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/> > Acesso em: 22/07/2020.

RELAÇÕES ENTRE O PATRIMÔNIO OFICIAL E OS BENS DE NATUREZA IMATERIAL NO MUNICÍPIO DE FLORES DA CUNHA, RS.

Guilherme Dias¹

André Luis Ramos Soares²

UM PROCESSO DE RESERVAÇÃO PAUTADO PELO PATRIMÔNIO MATERIAL

A preservação do patrimônio nacional remonta ao Brasil dos anos 30, sob o governo autoritário de Getúlio Vargas, no Estado Novo (1937-1945), durante esse período, ocorreu um esforço do governo federal em desenvolver o nacionalismo e com ele uma ideia de identidade nacional. Nesse contexto foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. A preservação do patrimônio liga-se aos interesses políticos vigentes na época, assim:

A identidade nacional pretendida pelo Estado Novo estava centrada no sentimento de pertencimento a uma mesma cultura — a cultura nacional — homogeneizada através da língua, dos símbolos e das representações nacionais, e cuja criação era “missão” dos intelectuais. Havia, no período, um intenso debate em torno das questões nacionais na definição de um novo perfil para o Brasil e os brasileiros, então percebidos como atrasados em relação à Europa e aos Estados Unidos. (SILVA, 2000, p.16).

Assim, ligado aos ideais de um dos períodos mais autoritários da história nacional, inicia-se uma política nacional de preservação que, para estruturar-se, precisou de algumas diretrizes que norteariam

1 Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Maria. guilhermedias.historia@gmail.com

2 Professor Associado do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria, Coordenador da Cátedra Unesco Fronteiras e Migrações – UFSM. alrsoares-san@gmail.com

o trabalho técnico. Daí a colaboração dos intelectuais da época, os modernistas. Deve-se observar que esse grupo vinha, desde a Semana da Arte Moderna, em 1922, reivindicando a construção de uma memória nacional e de uma identidade própria ao país. Acerca dessa relação salienta-se o seguinte:

A criação do SPHAN é um passo inaugurador na América Latina, foi a primeira instituição de proteção e de preservação do patrimônio criada no continente. Em torno desse projeto, foram reunidos intelectuais representativos, que, cooptados pelo então Ministro as Educação e Saúde, Gustavo Capanema, encarregaram-se de criar uma política cultural efetiva para a Nação. O Anteprojeto que versava sobre o patrimônio histórico e artístico ficou a cargo do múltiplo, escritor, poeta, ensaísta, músico e aprendiz de etnógrafo, o modernista Mário de Andrade. (GIOVANAZ, 2002. p.209)

Ao apresentar seu anteprojeto para a criação do SPHAN, Mário de Andrade em 1936, registrou sua percepção de Brasil, múltiplo, diverso e rico, procurando institucionalizar essa visão plural através do órgão de proteção que desse conta do vasto legado a ser preservado pelo futuro SPHAN.

Destacamos aqui duas questões importantes sobre o patrimônio na visão do modernista: a percepção ampla e a atenção dada aos bens de natureza imaterial. Segundo o anteprojeto, são considerados patrimônio nacional:

Entende-se por patrimônio Artístico Nacional todas as obras de Arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais, a particulares nacionais, a particulares estrangeiras, residentes no Brasil. (ANDRADE, 1936)

Vejamos a definição conforme o decreto lei de 1937:

Artigo 1º - constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja a conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (Decreto-lei nº25/1937)

Na definição acerca do que é considerado patrimônio, o popular

foi suprimido, sendo apenas uma das muitas diferenças entre os dois documentos. Ocorreu uma adaptação e simplificação das ideias de Mário de Andrade para atender a demanda política da época preocupada em enaltecer os “fatos memoráveis do passado” a fim de colaborar para a criação de uma suposta identidade nacional homogênea, postergando o reconhecimento do caráter popular da cultura nacional. Acerca dessa questão, destacamos o seguinte:

O projeto inicial de Mário de Andrade sofreu alterações consideráveis. Pois diferentemente do escritor modernista que propunha através de suas incursões a campo apresentar à população nacional um Brasil pluriétnico, marcada por distintas características regionais e com uma raça que não estava definitivamente estabelecida. O SPHAN (1937) tinha como finalidades preservar não as singularidades regionais, mas sim valores comuns a todo o país, por meio de heróis nacionais, personagens históricos e fatos que marcaram a construção do Brasil. (SOARES 2007. p.25.)

O decreto lei de 1937 acaba suprimindo os trechos do anteprojeto que tratam dos bens de natureza imaterial, os dois parágrafos do artigo 1º definem o seguinte:

§1º- os bens a que se referem esse artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro livros tomo, que trata o Art. 4º desta lei.

§2º- equiparam se aos bens a que se refere o presente artigo são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar pela feição notável a que tenham sido conservados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (Decreto-lei nº 25/1937)

Não há referência aos bens intangíveis, na definição de patrimônio do decreto-lei de 37, no entanto ele mantém em sua estrutura o Livro tomo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, conforme sugeriu Mario de Andrade, no entanto a definição é bem diferente, a saber: “No Livro tomo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular e bem assim mencionadas no § 2º do citado art. 1º”. (decreto-lei 25/1937) Nesta passagem, embora contemple o aspecto popular, suprime o imaterial da definição de patrimônio que norteará as ações

do SPHAN. No anteprojeto de Mário de Andrade, o livro tomo arqueológico e etnográfico faz referência aos bens de natureza imaterial, E é definida da seguinte maneira: “Folclore ameríndio: vocábulos, cantos, lendas, magias, medicina e culinário. Folclore: música popular, contos históricos, lendas surperstições, medicina, receitas culinárias, provérbios, ditos, danças dramáticas, etc.” (ANDRADE, 1936).

As alterações sofridas pelo anteprojeto e as ações do SPHAN visavam privilegiar um grupo mais restrito de bens que, embora representantes da história nacional e com um valor arquitetônico reconhecido, centralizaram ações do órgão. Devido ao momento político que o país enfrentava, e a necessidade de se desenvolver uma cultura/ identidade nacional, foram escolhidos (em detrimento de outros bens) representantes de outras culturas e períodos históricos. Acerca do início da preservação, das escolhas de tombamento e das primeiras ações do SPHAN, destacamos o seguinte:

Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro diretor do SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, inicia uma política de conservação centrada na preservação das obras barrocas, sendo estas consideradas como as mais representativas nacionalmente, já que “Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Cultura, optaram pelo patrimônio edificado, com o conseqüente tombamento de igrejas barrocas, casas-grandes e outras formas de *pedra e cal*.” (OLIVEN, 2003.p.53)

Preservação do “pedra e cal”, referência ao patrimônio material e edificado, marcou a atuação do SPHAN nos anos em que Rodrigo Melo Franco de Andrade fora seu diretor. Esses primeiros anos ficaram conhecidos como fase heroica (FONSECA, 2005), devido à demanda de trabalho e a missão a que se pretendia, proteger, preservar e celebrar o patrimônio nacional, ainda que com foco no edificado: mesmo assim uma missão gigantesca.

Mário de Andrade já previa os bens de natureza imaterial como parte do conjunto dos patrimônios nacionais, no entanto o modernista entendeu as adaptações feitas em seu anteprojeto conforme afirma Giovanaz:

As modificações sofridas no anteprojeto de Mário de Andrade foram apresentadas e aprovadas por este, como demonstra em carta

a Rodrigo M. F de Andrade de 29.07.36 quando escreve “...eu bem sabia que tudo não se passava de um anteprojetado. Vocês ajudem com todas as luzes que puderem, façam desfaçam a vontade, modifiquem e principalmente acomodem as circunstâncias o que fiz não tomou em conta muitas circunstâncias porque não as conhecia (...) o que fiz foi teoria e acho bom como teoria. Sustentarei minha tese em qualquer tempo.” Sua contribuição para o SPHAN permaneceu até sua morte em 1945, desenvolvendo levantamentos e pesquisas encomendados pelo amigo e diretor da instituição. (GIOVANAZ. 2002. p.213.)

A fase moderna do SPHAN inicia no final dos anos 60 com a aposentadoria de seu primeiro diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade em 1968. As transformações na política acompanharam uma ampliação nos conceitos de cultura e patrimônio, para além do pedra e cal, no entanto, vinculada à materialidade. Agora contemplando outros grupos, que não somente as elites culturais e religiosas, inicialmente com predomínio dos bens materiais.

A FASE MODERNA DO SPHAN E A MUDANÇA NAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO

O compromisso de Brasília de 1970 e o compromisso de Salvador de 1971, foram fundamentais para a ampliação dos envolvidos na proteção dos patrimônios e também projetam ações entre estados municípios e governo federal afim de desenvolver ações educativas que colaborem para a preservação dos bens. Acerca desta mudança destaca-se o seguinte:

A ampliação da noção de patrimônio, processada notadamente a partir do final da década de 1970 e começo da de 1980, no Brasil e no mundo, foi acompanhada de uma ampliação da ação pública relativa à preservação cultural, com o aumento significativo da rede de agentes e agências de poder envolvidos com a temática. Foi nesse período que a agência estatizada brasileira em nível federal ampliou suas redes de forma considerável, criando novas sedes regionais, do mesmo modo que os poderes municipais e estaduais começaram a atuar nesse âmbito, patrocinando institutos e conselhos de preservação patrimonial em suas esferas político-administrativas. Entidades representativas da sociedade civil, tais como as associações de bairro, que proliferaram nesse momento, começavam a buscar na preservação um recurso para enfrentar

poderes econômicos especulativos imobiliários, ou para valorizar ou “resgatar”, “recuperar”, suas identidades de grupo. (CHUVA, 2009 p.146)

Estados que não contavam com órgãos estaduais de proteção assumem a responsabilidade de criá-los, e no caso do Rio Grande do Sul, já havia a existência de preservação em nível estadual³.

A fase moderna do SPHAN inaugura um período de descentralização e pluralidade (ações, agentes e grupos contemplados) no entanto as ações dos órgãos estaduais não são suficientes para desvincular-se do estigma do “pedra e cal” que passa a ser implementado, em nível estadual, ao menos no Rio Grande do Sul.

No início da fase moderna, a política de proteção passa por uma profunda transformação, mas a concepção de patrimônio, embora mais ampla, ainda está fortemente ligada a materialidade.

Em 1988 o Brasil celebrava a aprovação de sua nova constituição, a sétima de sua história, conhecida como constituição cidadã, apresentava uma definição de patrimônio bem diferente na concepção da fase heroica do SPHAN, segundo a Carta:

Art.216. Constituem o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória, dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – Formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais.

V – O conjunto Urbano e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico ecológico e científico. (PHAN, 2006. p.20)

A constituição de 1988 apresenta um conceito amplo e abrangente de patrimônio cultural, enfatizando os aspectos imateriais nos incisos I, II e III do Art. 216, além de contemplar diferentes grupos e suas características culturais como formadores do patrimônio Brasileiro.

³ Em 1964 é criada a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Estado e em 1968 o Conselho estadual de cultura. (ZAMIN, 2006.p.45)

A monumentalidade e materialidade facilmente remontam a história das elites políticas e econômicas ao privilegiar o pedra e cal em sua fase heroica: inevitavelmente essa foi a lógica da preservação nas primeiras décadas de ação do SPHAN. A relação entre a cultura popular e seu caráter imaterial foi destacada na 25ª reunião da UNESCO, em Paris, no ano de 1989.

Reconhecendo a extrema fragilidade de certas formas de cultura tradicional e popular, e particularmente seus aspectos correspondentes à tradição oral, bem como o perigo que esses aspectos se percam. Considerando que os governos deveriam ter papel decisivo na salvaguarda da cultura popular e atuar o quanto antes. (IPHAN, 2004.p.294)

A recomendação ainda define cultura popular sendo que “suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato a arquitetura e outras artes.” (IPHAN, 2004.p.294) a semelhança com a definição de Mário de Andrade no anteprojeto de 1936 não pode deixar de ser destacada.

O documento ainda define formas de preservação da cultura popular, contemplando seu aspecto intangível, deliberando o seguinte:

A cultura tradicional popular, enquanto expressão cultural, deve ser salvaguardada pelo e para o grupo (familiar, profissional, nacional, regional, religioso, étnico, etc.), cuja identidade exprime. Para isso, os Estados-membros deveriam incrementar pesquisas adequadas em nível nacional, regional e internacional com a finalidade de:

- a) Elaborar um inventário nacional das instituições interessadas na cultura tradicional e popular, com vistas de incluí-las no registros regionais e mundiais de instituições desta índole.
- b) Criar sistemas de identificação e registro (cópia, indexação, transcrição) ou melhorar os já existentes por meio de manuais e guias para a recopilação, catálogos-modelo etc., em vista da necessidade de coordenar sistemas de classificação utilizados pelas diversas instituições; (IPHAN, 2004.p.295)

Entre 10 e 13 de julho ano de 1997 ocorreram as Primeiras Jornadas do Mercosul Sobre o Patrimônio Intangível organizadas pelo *Centro Internacional para la Conservación del Patrimonio* – CICOP (Argentina), na cidade de Mar del Plata. O documento produzido pelos

participantes do evento ficou conhecido como Carta de Mar del Plata e entre suas principais recomendações encontram-se as seguintes:

1. em caráter urgente o registro documental e a catalogação das expressões do patrimônio cultural intangível.
2. criar um banco de dados com todas as publicações da região que se refiram ao patrimônio intangível e com informações sobre manifestações culturais próprias de nossos respectivos países, com a conseqüente publicação de *Cadernos*, sobre as distintas expressões culturais; (IPHAN, 2004.p.361)

No total o documento conta com quinze recomendações acerca da proteção dos bens de natureza intangível, e nas duas primeiras, destacadas na citação acima, percebemos a preocupação com o registro, dado o caráter transitório e mutante da cultura, o registro é visto como uma forma de acompanhar as possíveis transformações das práticas culturais de diferentes povos.

Em 1997 o patrimônio imaterial também foi tema de um seminário promovido pelo IPHAN. Entre 10 e 14 de novembro a cidade de Fortaleza, no Ceará, foi sede do seminário Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção.

O documento fruto do Seminário ficou conhecido como Carta de Fortaleza e conta com doze recomendações, das quais destacamos a primeira: “1 - que o IPHAN promova o aprofundamento da reflexão sobre o conceito de bem cultural de natureza imaterial com a colaboração de consultores do meio universitário e instituições de pesquisa.” (IPHAN, 2004.p.364).

A legislação acerca do patrimônio material fora contemplada pelo decreto 3551/2000 que define, entre outras coisas, o seguinte: “Art. 1º Fica instituído o Registro dos bens de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro.” (IPHAN, 2006.p129) e ainda estipula a criação de quatro livros de registro: dos saberes; das celebrações; das formas de expressão e dos lugares, prevê ainda a criação de outros livros conforme a necessidade.

Assim o registro passa ter um papel análogo ao do tombamento, no sentido que procura reconhecer a relevância dos bens para a cultura nacional, no entanto, dada a sua natureza imaterial, a mudança é vista como algo que intrínseco ao bem, diferente do pedra e cal, onde a

transformação e a variação são vistas como um problema.

No estado do Rio Grande do Sul a lei n.º 13.678/2011 versa sobre a proteção dos bens de natureza imaterial, definindo o seguinte:

Art. 1º - Constituem o patrimônio cultural imaterial do Estado do Rio Grande do Sul os bens culturais de natureza imaterial portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade gaúcha.

§ 1º - Entende-se como patrimônio imaterial o conjunto das manifestações, práticas e conhecimentos técnicos que têm como fontes a sabedoria, a prática, a memória e o imaginário das pessoas, transmitidos a gerações presentes e futuras pela tradição e pela identidade cultural vivenciadas no cotidiano das comunidades. (lei n.º 13.678/2011)

A definição, se comparado com a política nacional, pode ser considerada tardia, o que reforça a ideia de que embora o SPHAN tenha entrado em sua fase moderna, multiplicando agentes e contando com órgãos estaduais de proteção, a modernidade em questão se dá através da descentralização das ações, e não necessariamente no abandono da concepção tradicional de patrimônio pautada pelo conceito de “padra e cal”.

Embora em 2011 o estado do Rio Grande do Sul já demonstre a intenção de direcionar suas políticas de proteção ao patrimônio imaterial, através da lei n.º 13.678/2011, esta é regulamentada somente oito anos depois, através do Decreto n.º 54.763/2019, que define o seguinte:

Art. 3º Fica instituído, no âmbito da administração pública estadual, o registro do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Rio Grande do Sul, efetuado pela Secretária da Cultura.

§ 1º O registro se fará em um ou mais dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, no qual serão inscritos os conhecimentos e os modos de fazer significativos no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, no qual serão inscritos rituais e festas que marcam vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, no qual serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas, esportivas e lúdicas; e

IV - Livro de Registro dos Lugares, no qual serão inscritos os lugares em que se produzem e reproduzem práticas culturais coletivas.

(Decreto nº 54.763/2019)

Embora com um relativo atraso em relação ao debate internacional e as políticas nacionais, as definições acerca do patrimônio imaterial no estado do Rio Grande do Sul estão em sintonia com as mesmas. Tanto na definição acerca do patrimônio imaterial como na instituição do registro como forma de proteção.

Analisaremos, a seguir, um processo de tombamento na cidade e Flores da Cunha, RS. Trata-se de um tombamento, não de um registro, portanto estamos falando de um patrimônio material, no entanto a pesquisa no município revelou dados importantes acerca dos bens de natureza imaterial.

OTOMBAMENTO NA CIDADE DE FLORES DA CUNHA, RS

Os dados apresentados nesse artigo foram recolhidos e analisados para elaboração da tese intitulada: Imigração e identidade étnica do Rio Grande do Sul: o patrimônio sob a ótica dos grupos étnicos (1980-2000), de autoria de Guilherme Dias e orientação do Prof. Dr. André Luis Ramos Soares.

Para elaboração da tese de Dias (2019) foram analisados os processos de tombamento realizados pelo IPHAE entre os anos de 1980 e 2000. Desses, os que tiveram como principal justificativa de seu tombamento a relação com a cultura ou a identidade de determinado grupo étnico foram analisados. Os bens tombados, encontram-se nos seguintes municípios: Bento Gonçalves, Erechim, Farroupilha, Flores da Cunha e Nova Prata, relacionados com a imigração e cultura italiana; Itaara (Santa Maria), referente à imigração judaica, São Leopoldo, Santa Cruz do Sul e Ivoti com bens relacionados à imigração e a cultura alemã.

Nessas localidades foram aplicados questionários e realizadas entrevistas com o objetivo de evidenciar a relação dos moradores com os bens tombados, procurando perceber se a idealização do bem no processo de tombamento se configura na realidade do moradores, isto é, se eles reconhecem e valorizam o bem tombado como patrimônio e se este pode exercer influência em suas memórias e identidades.

Para cumprir o objetivo proposto por esse artigo analisaremos

o processo de tombamento de um imóvel conhecido como Casarão Veronese, tombado por sua relação com a imigração e cultura italiana. Também será nosso objetivo evidenciar os dados obtidos através da aplicação dos questionários (em número de cem) no município. Pretendemos demonstrar como o patrimônio imaterial figura na memória dos habitantes.

A solicitação⁴ de tombamento foi feita pela prefeitura municipal em 1996 e menciona a existência de uma associação denominada Associação dos Amigos de Otávio Rocha⁵, também estava envolvida com o tombamento a Universidade de Caxias do Sul, responsável pelo levantamento do histórico Imóvel.

No documento intitulado “A história de um imigrante” anexo ao processo junto à solicitação de tombamento, há uma série de textos, do jornal O Pioneiro, de Caxias do Sul, que retoma a trajetória da imigração italiana na região, no final do século XIX. Os textos narram a vinda de Felice Veronese, suas dificuldades, seu casamento, a produção de vinho, o nascimento de seus filhos entre outras histórias, tendo como contexto a imigração italiana e o desenvolvimento da região, assim a história da imigração italiana no Rio Grande do Sul passa a ser materializada no imóvel construído por Felice.

Nesse sentido a valorização do imóvel e sua importância para o Estado transcende a história de seus proprietários e da própria família, sendo concebido, no processo de tombamento como um elemento representativo da imigração, com algo a ser preservado para manter viva a memória e a história dos imigrantes italianos. Tais relações podem ser percebidas na solicitação de tombamento elaborada pela Associação dos Amigos de Otávio Rocha, de onde destacamos o seguinte:

Que o “Casarão dos Veronese” se constitui num dos mais importantes

4 O processo de tombamento do casarão Veronese conta com uma série de documentos a saber: Solicitação de tombamento elaborada pela prefeitura e outra pela Associação dos Amigos de Otávio Rocha, uma série de recordes de jornal (O Pioneiro, de Caxias do Sul) contam a história de Felice e Domenica Veronese, uma transcrição de uma gravação intitulada entrevista com a comunidade elaborada por um projeto desenvolvido pela Universidade de Caxias do Sul, parecer técnico entre outros.

5 Otávio Rocha é um distrito de Flores da Cunha, localidade onde se encontra o bem tombado.

exemplares da arquitetura em pedras da colonização italiana no Rio Grande do Sul;

Que o “Casarão dos Veronese”, Felice e Domenica Veronese sediaram numerosa família, local ainda serviu como a primeira fábrica de pólvora e foguetes daregião.

Que a área de Otávio Rocha tem-se destacada com uma série de promoções, a nível estadual no sentido de preservar as tradições italianas em um local destacado, como o Casarão dos Veronese, veria complementar todo o trabalho. (Processo n° 34.010-19.00/86.p.02).

Tal visão também é partilhada pelos responsáveis pelo tombamento no Estado, no parecer técnico a relação aparece da seguinte maneira:

O prédio como tal, dentro de suas características iniciais e pelo seu histórico - foi a primeira fábrica de pólvora da região de colonização italiana -, tendo sido o início da indústria Veronese, atualmente sediada em Caxias do Sul. Assim pelo seu aspecto construtivo, pelo seu sentido histórico somos de opinião que o processo deva ter andamento.” (Processo n° 34.010- 19.00/86. P.73).

O que denominamos de lógica interna do processo, e que, nesse caso, trata-se de valorizar o bem por sua relação com um determinado grupo, no caso os imigrantes italianos, se aproxima das questões referentes a fase moderna do SPHAN, onde ocorreu uma ampliação dos agentes e dos grupos contemplados com as políticas. No caso do Casarão dos Veronese, o tombamento deu-se em nível estadual, como reflexos das políticas implementadas na fase moderna do SPHAN.

Para relacionarmos o tombamento do imóvel e sua relação com os moradores da cidade destacamos o conceito de processo de patrimonialização, que pode ser definido como:

No caso dos processos de patrimonialização, a associação se processa de forma que a cultura, o povo e o lugar sejam identificados por meio de símbolos patrimoniais: monumentos, praças, ruas, edificações, centros históricos. Em suma, o conjunto arquitetônico e a malha urbana são agenciados como símbolos da associação cultura (história), povo, lugar. (TAMASO, 2012, p.26).

Tendo em vista o conceito de patrimonialização como a identificação entre espaços, lugares, edificações (que é o caso) com a população, analisaremos as respostas dos questionários aplicados no

município.

O questionário aplicado contava com 11 perguntas sendo 9 de múltipla escolha e 2 abertas. As perguntas tinham objetivos de averiguar diferentes questões, que conforme destacaremos.

Primeira pergunta: Quanto tempo reside na cidade? Com opções variando entre menos de 5 anos e mais de 15 anos. Nosso intuito aqui era relacionar o tempo de moradia com o reconhecimento do bem tombado como patrimônio.

A segunda pergunta: você se identifica mais com qual grupo abaixo: as opções eram: italianos, alemães, portugueses, afro-brasileiros, indígenas, outro (qual). O objetivo aqui era perceber se o processo de patrimonialização e sua possibilidade de influenciar na memória e na identidade atingiu outros grupos além do pensado no processo de tombamento, no caso em questão, outros grupos além dos italianos.

Terceira pergunta: sobre a história do município que você reside você diria que conhece quanto. As opções variavam de muito pouco até muito. Mesmo que nenhum tipo de pergunta específica acerca da história do município ou da imigração tenha sido feita, as respostas a essas questões nos permitem relacionar a percepção acerca do conhecimento de história individual ao reconhecimento, ou não, do bem tombado, no caso, o Casarão Veronese.

Quarta pergunta: sobre residir (a vida) nesse município você considera. As opções variavam entre muito ruim e muito boa, o objetivo aqui era relacionar o apreço pela cidade ao reconhecimento dos bens tombados.

Quinta pergunta: sobre a estrutura urbana (ruas, prédios, acessos, asfalto, sinalização e calçados) como você considera? Opções variando entre muito ruim e muito boa. O intuito com as respostas era relacionar o estado de conservação do bem, comparando com a situação de cada localidade.

Sexta pergunta: sobre a estrutura urbana (praças, parques e ciclovias), como você considera? Opções variando entre muito ruim e muito boa. Aqui o objetivo era cruzar os dados com os obtidos na respostas da pergunta anterior.

Sétima pergunta: sobre as condições de preservação dos prédios

públicos de sua cidade (pintura e elementos da construção) você diria que: Com opções também variando entre muito ruim e muito boa. Complementam as hipóteses da quinta e sexta perguntas.

Oitava pergunta: O que você entende por patrimônio? As opções eram: uma ruína; algo muito antigo; algo sem valor; algo com valor para alguns; algo de valor para todos. Pergunta com o objetivo de introduzir os questionamentos sobre o patrimônio. De acordo com a resposta o patrimônio pode ser percebido como algo desnecessário, algo abandonado, antigo, algo com valor apenas para um determinado grupo ou algo importante para a coletividade.

Nona pergunta: Quais destes itens abaixo você considera mais representativo como um patrimônio? um prédio antigo; a casa de alguém importante; um prédio público (museu, biblioteca, prefeitura); um elemento natural (morro, mata, rio); o conhecimento de alguma pessoa.

Aqui o objetivo era averiguar que concepção acerca do patrimônio era mais comum na localidade. Se uma concepção mais ligada ao pedra e cal (prédio antigo ou casa de alguém importante ou ainda um prédio público, ou concepções menos convencionais, ao menos nas políticas de preservação, como um elemento natural e o conhecimento de uma pessoa, este último representando o saber fazer, característico do patrimônio imaterial.

É importante salientar que as três primeiras opções dessa pergunta correspondem aos critérios adotados para o tombamento dos bens no Rio Grande do Sul. Como exemplo podemos citar: No tombamento da Igreja do Galo em São Gabriel, primeiro prédio de alvenaria do município, o valor de ancienidade norteou o tombamento; Na casa de Érico Verissimo em Cruz Alta, a relação com o escritor garantiu o tombamento do bem e na Biblioteca Pública do Estado, como exemplo de um prédio público.

Pergunta dez (aberta). Você conhece algum patrimônio de sua cidade? se sim qual ou quais? Aqui o objetivo é verificar qual a porcentagem de moradores conhece, reconhece ou lembra do bem tombado no município.

Pergunta número onze: sobre os eventos na cidade, quais você

lembra? A pergunta número onze (aberta) procurava averiguar se os moradores conheciam ou lembravam de algum evento na cidade, algo característico do local, e assim ligado a imaterialidade.

Analisaremos agora algumas das respostas dos cem questionários aplicados no município de Flores da Cunha.

Mais de 60% dos moradores afirmaram residir no município há mais de 15 anos, 55% do total afirmam que se identificam com os italianos, as opções correspondentes a outros grupos não chegaram a 10%.

Sobre o conhecimento acerca da história municipal, 47% afirmaram conhecer boa parte, o que equivale a um conhecimento mediano, enquanto os que afirmaram conhecer bastante somaram 14% e apenas 3% alegaram conhecer muito sobre a história do município, os que afirmaram conhecer muito pouco somaram 11%, enquanto os que consideraram conhecer pouco foram 25 %.

Acerca de residir e viver no município os números demonstram uma avaliação positiva, uma das melhores das nove cidades pesquisadas, 50% dos moradores consideraram as condições serem boas, enquanto 37% afirmaram ser muito boa e, apenas 13% consideraram satisfatória, as opções ruim e muito ruim não apareceram.

As avaliações referentes as condições de ruas, prédios acessos, asfalto, também foram positivas, embora 2% tenham considerado ruim e 27 % achou satisfatória e os outros 52% considerou boas e 19% afirmaram ser muito boas, a opção muito ruim não foi escolhida por nenhum morador.

Foram igualmente positivas as respostas acerca das condições dos espaços públicos de convivência e lazer (praças, parques e ciclovias), onde apenas 4% consideraram ruim, 20% satisfatórias, enquanto 53% consideraram boas e 23% consideraram muito boas.

Os números indicam que, de forma geral, os moradores afirmam ter um conhecimento mediado acerca da história do município, consideram boa sua vida na cidade e também a conservação dos espaços públicos.

As próximas respostas apresentadas referem-se a percepção dos moradores acerca do patrimônio. Quando perguntados acerca da

conservação dos prédios públicos as respostas, embora ainda positivas, indicaram um certo índice de insatisfação, uma vez que 2 % consideraram ruins e 10 % muito ruins, opções que nas outras perguntas apareciam em números muito menores ou não foram consideradas, enquanto que 30% consideraram satisfatórias e 47% consideraram boas e 11% acreditaram serem muito boas as condições de preservação.

Quando questionados a respeito do que entendem patrimônio, a concepção de que o patrimônio é algo de valor para todos atingiu 49 % das respostas, enquanto 40% percebem o patrimônio algo de valor apenas para alguns, 10%; associaram o patrimônio ao valor de anciandade e apenas 1% acreditam ser algo sem valor.

Sobre o elemento que melhor representaria o patrimônio, pelas respostas apresentadas podemos perceber uma predominância da materialidade na concepção dos moradores, uma vez que 53% acredita que o que mais representa o patrimônio é um prédio público, cerca de 10% ligam-se a anciandade e materialidade, consideram que seja um prédio antigo e 4% consideraram a casa de alguém importante como resposta. Assim na concepção geral 67% associa o patrimônio à materialidade, ao pedra e cal.

Mas um número significativo de pessoas apresentou uma concepção menos tradicional de patrimônio 13% afirmaram que um elemento natural seria mais representativo e outros 20% escolheram o conhecimento de alguma pessoa, o saber fazer, característico do patrimônio Imaterial.

Mesmo afirmando ter um conhecimento mediano sobre a história do município, avaliando positivamente a vida no município e também sua estrutura urbana espaços públicos. Ainda predominando uma concepção mais tradicional de patrimônio, ligada à materialidade, as respostas dos moradores acerca da existência de um patrimônio em sua cidade apresentaram uma mudança drástica.

O casarão Veronese, tombado pelo IPHAE em 1986, foi citado por apenas 1% dos moradores, apenas um indivíduo reconheceu o bem como patrimônio em Flores da Cunha.

O fato do casarão localizar-se em Otavio Rocha (distrito de Flores da Cunha) pode ser levado em consideração, porém sua distância

da região central da cidade é de aproximadamente 12 km. O único morador que reconheceu o bem tombado como patrimônio, se identifica culturalmente com os italianos, nenhum representante dos outros grupos citou o bem, assim como os outros 54% dos que se identificam com os italianos.

A relação entre a cultura e os bens de natureza intangível ficam evidenciadas nas respostas da última pergunta do questionário. Onde 61% citou um evento característico do município, a Festa da Vindima que celebra a colheita da uva foi o mais lembrado.

Entre os que citaram o evento, aqueles que se identificaram com o grupo dos italianos formam o maior grupo, a festividade também foi citada pelos que se identificam culturalmente com os alemães, portugueses e afro-brasileiros, e indígenas mais de 50% de cada grupo fez referência ao evento.

CONCLUSÃO

As políticas nacionais de preservação patrimonial apresentaram transformações significativas desde a década de 70 partilhando a responsabilidade pela proteção do patrimônio entre SPHAN, Estados e municípios, pautados por uma concepção plural de patrimônio.

Esta ampliação dos agentes envolvidos com a preservação procurou contemplar os diversos grupos que compõem a cultura nacional, agora heterogênea. No entanto a materialidade permaneceu como a principal diretriz e, ao menos no Estado do Rio Grande do Sul, que entre 1980 e 2000, privilegiou em sua política de tombamento bens dessa natureza.

Os dados apresentados pela pesquisa realizada no Município de Flores da Cunha, demonstram que o processo de patrimonialização enfrenta problemas, que os moradores não reconhecem o patrimônio oficial, que embora conservado e protegido, não tem sido apropriado pelos moradores, não fazendo parte de suas memórias.

Ainda foi possível perceber que a relação entre o grupo que se identifica com os italianos é mais intensa com os bens de natureza imaterial, a grande diferença entre os que reconheceram a Festa da Vindima como um evento típico da localidade e o indivíduo que citou o bem tombado demonstram esse tendência.

No entanto apenas em 2011 o estado do Rio Grande do Sul através da lei n.º 13.678 passa a contar com uma legislação referente aos bens de natureza imaterial. Recentemente, em 2019, o Decreto n.º 54.763 regulamenta a proteção dos mesmos, ainda que tardiamente, levando em consideração as políticas nacionais, o Estado do Rio Grande do Sul avança em direção à proteção destes, como no caso evidenciado, o qual é reconhecido pela população, talvez seja esse o início da fase Moderna do IPHAE.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, Mário. *Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico nacional N.º30. 2002.(p.271-287.)

Brasil. *Decreto-lei n.º 25 de 1937*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso: 17/08/2020

DIAS, Guilherme. *O patrimônio Histórico sob a ótica dos Grupos étnicos no Estado do Rio Grande do Sul (1980-2000)*, Santa Maria: UFSM. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria, 2019.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; MinC - IPHAN, 2005.

GIOVANAZ, Marlise. *Mário de Andrade: Ativista da preservação do Patrimônio Cultural do Brasil*. In: Ciências e Letras revistas da faculdade Porto-Alegrense de educação. N.º31. 2002 P 209-217

IPHAN. *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. IPHAN. *Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

IPHAN. *Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

OLIVEN, Ruben. *Patrimônio intangível: considerações iniciais*. In: ABREU, Reginaldo; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

Processo n.º 34.010-19.00/SEC/86 – Casarão Veronese, Flores da Cunha.

Rio grande do sul. decreto n° 54.763, de 17 de agosto de 2019. disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/main.php?do=legislacaoac&clr=1>. Acesso em 17/08/2020

____. n.º 13.678, de 17 de janeiro de 2011. disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/main.php?do=legislacaoac&clr=1>. Acesso em: 17/08/2020

SILVA, Glaci Teresinha Braga da. *A materialização da nação através do patrimônio: o papel do SPHAN no regime estadonovista*. 2010, 138 fl. Dissertação (mestrado em história) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, RS, 2010.

SOARES et. all, *As relações de exclusão na preservação e manutenção dos patrimônios brasileiros* In: cadernos do CEOM n° 26, Chapecó: Argos, 2007. p.19-53.

TAMASO, Izabela M. *Por uma distinção dos patrimônios em relação à história, à memória e à identidade*. In: DE PAULA, MENDONÇA e ROMANELLO. *Polifonia do Patrimônio*. Londrina: Eduel. 2012.

ZAMIN, Frinéia. *Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul: A atribuição de Valores a uma memória coletiva edificada para o Estado*. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-graduação em História do Brasil do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

O CASARÃO 34 EM JOÃO PESSOA, PB: ENTRE ARTE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

*Emanuelly Mylena Velozo Silva*¹

*Sabrina Fernandes Melo*²

INTRODUÇÃO

O surgimento da Historiografia Moderna e dos estudos da Paleontologia possibilitou “pesquisas sobre a idade do planeta e criou um novo interesse pelo tempo” (BRITTO, 2008, p.22), assim como também o século XVIII foi importante para os conceitos e estudos da Estética como área do conhecimento e o século XIX foi imprescindível para os estudos de Arqueologia e História da Arte, campos do saber que, além analisar os processos históricos e artísticos da humanidade, envolvem o patrimônio em seus estudos e pesquisas.

De acordo com Riegl (2014) foi em 1534, no Renascimento tardio da Itália, que surgiram as primeiras discussões acerca do patrimônio e em relação à proteção desses monumentos, ou seja, começa a se discutir que algumas obras de valor histórico-artístico precisam da salvaguarda do Estado para manterem-se conservadas. Essa discussão veio bastante atrelada às questões de patriotismo nacional. Porém, foi com a Revolução Francesa em meados de 1789 que a discussão se fortaleceu, pois além de tudo, o debate caminhou junto com o nascimento dos museus

1 Graduada em Design pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Especialização em História da Arte pela Universidade Estácio de Sá - UNESA. Mestrado em andamento pelo Programa Associado de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal da Paraíba (UFPE/UFPB). E-mail: manu200862@hotmail.com.

2 Professora Adjunta no Departamento de Artes Visuais da Universidade Federal da Paraíba e professora permanente no Programa Associado de Pós-graduação em Artes Visuais - PPGAV/UFPB/UFPE. Historiadora e Museóloga. Pós Doutora em História. Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2018). E-mail: sabrina.melo@academico.ufpb.br.

modernos. A partir dessa época, outros países seguiram os mesmos passos, criando novos museus e instituições que tombam e registram, até hoje, os monumentos históricos.

Segundo Choay (2001) a arquitetura como tipologia do patrimônio material continua sendo um vasto campo de pesquisas e de descobertas para historiadores, arqueólogos, arquitetos e historiadores da arte. É através dessas discussões tratadas que essa categoria de obra de arte foi escolhida para analisar, a partir de um monumento específico – o Casarão 34 – questões como se deu a modernização das cidades, seus costumes culturais e o embelezamento pela estética dos edifícios, por exemplo. O Casarão 34 é um dos exemplos na cidade de João Pessoa que caracterizam esses monumentos históricos – hoje patrimônio material e cultural da capital – e que representa, de maneira viva e ativa, o que o monumento e seus valores representam nos dias contemporâneos. O edifício de estilo Eclético data do início do século XX e hoje funciona como Galeria de Artes no âmbito público, sendo a primeira da cidade nesse sentido. Também funciona o principal evento de Artes Plásticas da região, o SAMAP- Salão Municipal de Artes Plásticas, em João Pessoa.

O artigo foi subdividido em três partes, onde a primeira trata do conceito dos monumentos históricos e seus valores, a segunda descreve como a arquitetura, sendo uma das categorias do monumento histórico, pode ser uma aliada da memória coletiva e a terceira parte, tratando-se de trazer o Casarão 34 como exemplo de patrimônio arquitetônico de João Pessoa, sendo um dos monumentos históricos em atividade na atualidade pelo circuito artístico.

O CASARÃO 34 COMO MONUMENTO HISTÓRICO

O conceito de monumento histórico é usado aqui de acordo com o significado dado por Riegl (2014, p.33). É importante esclarecer que todo monumento de arte, sem exceção, “caracteriza-se por ser ao mesmo tempo um monumento histórico - já que ele representa uma determinada escala na evolução das artes plásticas -, para o qual, a rigor, não pode ser encontrado um substituto absolutamente equivalente”. Ele reitera: “na verdade, o “monumento de arte” entendido nesse sentido é um “monumento histórico-artístico”, assim, ele não possui “valor de

arte”, mas “valor histórico” (p.33).

É importante a rememoração das primeiras discussões acerca do tema e que, desde o final da Revolução Francesa o termo *patrimônio*, segundo Choay (2001) cai em desuso, sendo utilizada a terminologia do *monumento histórico* em todo esse espaço de tempo até a década de 1960, onde o primeiro termo volta a ser utilizado com muita força e frequência até os dias atuais.

Os debates sobre patrimônio foram alimentados com grande rigor quando, durante a Revolução Francesa, ocorria com frequência a venda de objetos históricos ou o derretimento, ordenado pelo Estado francês, de peças de prata ou a fundição do chumbo e do bronze das catedrais, para transformar-se em objetos de artilharia para a Revolução. Portanto, o debate surge no final do século XVIII não apenas como discussões ao acaso acerca dos monumentos, mas pelo desaparecimento e destruição dos mesmos. Houve várias reuniões com diversas personalidades da época, tanto indivíduos políticos, como arquitetos e também intelectuais e escritores, para que se instituíssem motivos pelos quais existisse, de fato, uma política de salvaguarda e a preservação desse patrimônio. Uma das questões que foram discutidas se trata da qualidade de “objetos raros e únicos”, onde

Os objetos foram colecionados pela qualidade e raridade do material empregado, por sua unicidade, originalidade e por serem o resultado da habilidade do artista, mas sua significação passou a depender de um contexto intelectual de interpretação histórica, para transformarem-se em elementos da educação e da moral dos contemporâneos e para representarem valores de identidade nacional. (BRITTO, 2008, p.21).

Esses bens de valor histórico e social foram transferidos do clero, dos emigrados e da coroa francesa para o público. O acontecimento que inicia-se a partir desse momento é a representação de que o Estado terá em, além de exibir e conservar esses bens, também inventariar esses objetos para pesquisas e educar a população acerca da história da humanidade ou do seu território. Neste caso da França, a grande parte dos objetos eram majoritariamente franceses e greco-romanos:

Fazendo dos monumentos históricos propriedade, por herança, de

todo o povo, os comitês revolucionários dotavam-nos de um valor nacional dominante e atribuíam-lhes novos destinos: educativos, científicos e práticos. Esta passagem à ação da prática conservatória, bem como o conjunto de disposições e de procedimentos sem precedente elaborados para gerir, marcam, pela primeira vez, uma intervenção inovadora [...] do monumento histórico e da sua preservação (CHOAY, 2014, p. 121).

Para Choay (2001, p.95) no final do século XVIII, inauguram-se as discussões sobre a conservação dos monumentos históricos de forma jurídica e técnica. Com essas questões mais formais consolidando-se, havia então inventários a serem feitos para esses bens culturais (termo ainda não consolidado na época) e comissões onde eram decididos o destino desses monumentos, bem como sua conservação e análises em relação às pesquisas históricas.

Esses monumentos compreendiam 10 seções de acordo com sua tipologia, sendo manuscritos, livros impressos, estátuas, mausoléus, vasos, quadros, desenhos, tapeçarias, arte mecânica e objetos da história natural. Nesse ponto de vista das seções, da classificação dos bens, os monumentos arquitetônicos ainda não foram citados de maneira direta, sendo categorizados pouco depois. Esse patrimônio material foi dividido, de acordo com essas seções, nas categorias de bens móveis e imóveis. Foi decidido que os bens móveis iriam ser transferidos para um local definitivo e aberto ao público: o museu. O *Musée du Louvre* e o *Musée des Monuments Français* foram os primeiros museus modernos:

O Museu, que recebe seu nome mais ou menos ao mesmo tempo em que o monumento histórico, institucionaliza a conservação material das pinturas, esculturas e objetos de arte antigos e prepara o caminho para a conservação dos monumentos da arquitetura”. (CHOAY, 2001. p. 62).

Já os bens imóveis, sendo os conventos, igrejas, castelos, residências particulares, eram mais complexos e enseja problemas como o abandono e o não-uso (CHOAY, 2001, p. 103). Essa conservação do patrimônio arquitetônico, por ser *in situ*, “acarretava conflitos e outros tipos de dificuldades técnicas”, além também de estarem “na dependência do domínio público e político” (BRITTO, 2008, p.21). A cultura da *reutilização* desses monumentos parte desse contexto e foi

vista como melhor solução, a fim de que o edifício não se transformasse, futuramente, em ruínas. Foi nesse contexto que surgiram os primeiros arquitetos restauradores, sendo a conservação e a restauração uma das grandes ciências da arquitetura/urbanismo e de todas as artes plásticas. Segundo Choay (2001, p.194) um dos arquitetos mais importantes do início do século XX que discutiu fervorosamente a restauração foi Gustavo Giovannoni (1873-1947) que atribui dois valores gerais aos conjuntos urbanos, sendo relacionados simultaneamente: o valor de uso e o valor museal. Os dois juntos integram uma concepção geral da organização do território.

Os monumentos históricos foram divididos em categorias de valores - hierarquia essa que pairava na época e classificavam os monumentos em seus valores *cognitivos, econômicos e artísticos* (CHOAY, 2001, p.119-120). A análise dos elementos artísticos e sua categoria de valor só foi percebida com importância mais tarde, em decorrência do advento da era industrial e pelo conceito de *arte e estética* estarem em construção. Com todo esse processo das máquinas e da transformação rápida do meio ambiente, pela primeira vez os valores estéticos são privilegiados (os elementos visuais + os sentidos). Todo esse parâmetro da industrialização no mundo favorece o monumento em todos os sentidos, e surgem diversas leis de proteção, além de transformar os estudos da história da arte e elencar, como já visto antes, a restauração como disciplina global. Essas categorias de valor, inclusive no Brasil, ainda permanecem presentes, porém, o valor artístico nos dias atuais é levado em evidência (ou pelo menos se persiste nessa questão) mais do que o valor econômico.

Já Riegl (2014) classifica os monumentos pelos *valores de memória* e os da *atualidade*. Vale lembrar que a classificação da Choay (2001) foi de acordo com a realidade da época, ou seja, eram os valores que os próprios comissionários dos monumentos elencaram. Riegl, quase um século depois, classifica esses valores de acordo com uma nova realidade social e histórica no início do século XX.

O valor de memória é relacionado à representação do tempo transcorrido desde a sua origem e revela traços de antiguidade. Leva-se em consideração o seu aspecto externo, que revela com suficiente

evidência que a obra existe por longo espaço de tempo antes da época presente e que conseguiram “sobreviver” (RIEGL, 2014, p.37-39). O valor da memória é subdividido em três fases: o valor da antiguidade, o valor histórico e o valor volúvel de memória ou de comemoração. Na contemporaneidade estas atribuições se complexificam ao se relacionar a questões estéticas, históricas, de identidades, memórias entre outras, transitando entre o valor utilitário e artístico.

ARQUITETURA COMO MEMÓRIA

Percebe-se como o monumento histórico induz então a uma “homogeneização dos sentidos dos valores” (CHOAY, 2001, p.99), ou seja, através do tempo as narrativas e os sentidos mudam, conforme a realidade e as necessidades de cada época. A autora nos dá um exemplo muito claro: com o pós-guerra, a arquitetura dos séculos XIX e XX foram integradas à categoria dos monumentos históricos nos dias de hoje.

É com todo esse debate dos monumentos históricos que também surge o termo “patrimônio urbano histórico”, também nas mesmas circunstâncias da necessidade de preservar o patrimônio material urbanístico, em debate com uma das personalidades mais famosas da metade do século XIX em Paris, que foi responsável por uma grande reforma urbanística na cidade a fim de modernizá-la, destruindo a Paris medieval. Conhecido como “o artista demolidor”, o prefeito de Paris e urbanista Georges-Eugène Haussmann (1809-1891) trouxe, com suas remodelações do novo planejamento da cidade uma grande necessidade em tombar e conservar os monumentos arquitetônicos medievais prestes a serem demolidos e apagados da memória da cidade.

O novo projeto de urbanização de Haussmann foi crucial para fortalecer as medidas de prevenção e conservação. A partir das palavras de John Ruskin, “a arquitetura é o único meio de que dispomos para conservar vivo um laço com um passado ao qual devemos nossa identidade, e que é parte de nosso ser” (CHOAY, 2001, p.141), as ideias de que, a partir dos monumentos arquitetônicos da cidade, têm-se uma constituição de uma composição impregnada de significados e narrativas, que comunica o sentimento de pertencimento e que ativa a

ideia de “experiência”, conceito muito utilizado nos escritos do filósofo Walter Benjamin (1986) nas primeiras décadas do século XX.

Acerca dos processos modernistas que surgiam no mundo todo, o autor associa com frequência a ideia de experiência interligada com a cidade, com os sujeitos narradores e com patrimônio cultural: “qual o valor dele, se a experiência não o vincula a nós?” (BENJAMIN, 1986, p. 196). O autor associa os novos eventos da modernidade como sinônimo de “pobreza”, em vários aspectos, da humanidade. “Sim, admitamos: essa pobreza de experiências não é uma pobreza particular, mas uma pobreza de toda a humanidade. Trata-se de uma espécie de nova barbárie” (p.196). Ele reitera:

Ficamos pobres. Fomos entregando, peça por peça, o patrimônio da humanidade. Muitas vezes tivemos que emprenhá-lo por um centésimo de seu valor, para receber em troca a moeda miúda do “atual”. [...] nas construções, nos quadros, nas narrativas, a humanidade se prepara para sobreviver, se for preciso, à cultura. (BENJAMIN, 1986, p.198).

Uma das grandes representantes que compõem essa “sobrevivência da cultura” é a arquitetura, um dos grandes retratos do enorme rol das tipologias dos monumentos históricos. O monumento arquitetônico é, dentre as obras de arte, a única cuja “obra exige ser percorrida fisicamente. Só ela exige deslocamentos, percursos e desvios que implicam o envolvimento de todo o corpo e que não podem ser substituídos pela percepção visual isolada”. (CHOAY, 2001, p.231). Dentre várias de suas funções e significados, sendo eles históricos, urbanos, habitacionais e artísticos, o monumento arquitetônico também pode evocar a memória da cidade e transmitir, através de seus elementos visuais e de seus “tempos”, períodos passados que narram acontecimentos socioculturais de um lugar.

A arquitetura pode ser vista como uma das categorias da criação humana das mais importantes. Ele associa-se às questões não só artísticas e habitacionais, mas também está inserida nos processos históricos através de seus estilos e técnicas; nos processos sociais, econômicos e culturais. Considerada como tipologia das artes plásticas, a arquitetura (aqui empregada como monumento arquitetônico, sendo uma obra

histórica) é objeto de estudo nas mais diversas áreas do conhecimento, e uma das principais dentro da história de arte, onde seus elementos visuais, suas técnicas de construção e sua origem em determinado período histórico entrega ao pesquisador dados imprescindíveis sobre recorte de tempo específico.

Pode-se dizer que a arquitetura é como uma “imagem-texto” (MELO, 2013, p.21), onde ao mesmo tempo que ocupa, materialmente e visualmente um espaço, nos entrega uma narrativa através desses elementos. Quando se determina que uma obra arquitetônica é um patrimônio arquitetônico, no sentido de monumento histórico, é porque sua importância atravessa os campos artísticos, históricos e culturais:

A arquitetura pode ser interpretada como moldura para a vida social da cidade moderna, no sentido de compor o aspecto material da cidade que, ao mesmo tempo, comporta outras inúmeras atribuições de cunho estético, funcional, social, cultural e também de memória. A arquitetura assume um importante papel no entendimento da cidade se relacionada a outros aspectos da história urbana, uma vez que ela seria uma forma de memória, uma reminiscência capaz de dar testemunho ou de narrar seu tempo (MELO, 2013, p.22).

O patrimônio arquitetônico se relaciona diretamente com a memória, e há dois conceitos-chave acerca de como a materialidade desses monumentos participam da história e da memória das cidades: seja na teoria de Pierre Nora (1993) dos “Lugares de Memória”, ou no conceito de Jacques Le Goff (1990) em seu capítulo “Documento/ Monumento”, no Livro História e Memória.

Para Pierre Nora (1993, p. 7), “o sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória”. Como se nota, toda a aura simbólica e de valores que permeiam entre as coisas e os objetos possuem esse significado porque os próprios indivíduos os dão. Para um patrimônio material ser tombado e registrado, há também de ser investido nele, primeiramente, uma gama de significados. Portanto, para Pierre Nora (1993), os lugares de memória possuem três sentidos simultâneos e entrelaçados: o material, o simbólico e o funcional.

A História se diferencia da Memória, onde a memória é a vida e a história a reconstrução incompleta do que não existe mais. É por

isso que os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, pois “é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, notariar atas, porque essas operações não são naturais [...] sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria”.(NORA, 1993, p.13).

Já Jacques Le Goff (1990), descreve a trajetória do significado do Monumento e do Documento, ora sendo diferentes, ora com seus significados e funções entrelaçados. Para ele, a memória coletiva (e também a história) só se aplicam com a existência desses dois materiais. O autor aponta que desde a Antiguidade Romana, o *monumentum* tende a ter dois sentidos: “uma obra comemorativa de arquitetura ou escultura [...] ou um monumento funerário para perpetuar a recordação de uma pessoa” (1990, p.536). Portanto, o monumento em seu sentido amplo possui uma ligação com o “poder de perpetuação”, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas, ao promover um legado à memória coletiva. Segundo ele, é a partir da necessidade de ter monumentos e documentos para a institucionalização da memória de um grupo que se institui o patrimônio cultural. (1990, p.542). É nesse sentido que o Casarão 34 será visto a seguir: como monumento que, com suas atividades culturais e artísticas, promove a memória do espaço e se mantém ativo há mais de 100 anos.

O CASARÃO 34 COMO BEM MATERIAL

Quando se fala em patrimônio arquitetônico, conseqüentemente o relacionamos com as referências e os bens culturais, pois isso significa “dirigir o olhar para as representações que configuram uma identidade da região para seus habitantes, e que remetem a paisagem, as edificações, objetos, fazeres, saberes, crenças, hábitos, etc” (FONSECA, 2001, p.14) atrelados aos aspectos culturais, onde Kühl (2016, p.8) exemplifica que esses aspectos são entendidos de forma abrangente, “não mais centrados apenas em questões estéticas e históricas - como predominou até o início do século XX - mas englobando também questões memoriais e simbólicas.” Portanto, cada momento histórico e seus respectivos sujeitos reconhecem seu patrimônio em função, principalmente, de inquietações, indagações e questões de pertencimento, formulando

uma relação passado/presente para entenderem e identificarem esses patrimônios culturais.

Tendo em vista os pontos acima, é necessário ainda perguntar: por que preservamos? Kühl (2016,) em seu ponto de vista, exemplifica: preservamos por razões culturais, científicas e éticas. Culturais onde contempla-se “aspectos materiais e de conformação, documentais, simbólicos e memoriais”. Científicas porque esses bens culturais são “portadores de conhecimento em vários campos do saber”, e Éticas porque “está intimamente relacionada às razões anteriores”. Restaurar um objeto simbólico e historiográfico é a essência do patrimônio, porém é a preservação que torna o ato da restauração efetivo. Usufruir os espaços e as expressões, e também registrá-los e estudá-los torna o ciclo do patrimônio mais completo. É por isso que também é necessário o registro da sociedade e dos pesquisadores, e não só de profissionais que trabalham diretamente com patrimônio, em livros, reportagens, pesquisas acadêmicas e nas mídias sociais. A materialização dos saberes é algo imprescindível na criação de identidades e no desenvolvimento de memórias urbanas e de outros espaços.

Portanto, a questão preservacionista do patrimônio arquitetônico é também imaterial quando surge esse circuito cultural e artístico, pois cria renda no setor cultural, movimentando a região do Centro Histórico e transforma as vivências e as memórias do urbano. Os indivíduos em sociedade dependem do espaço público, pois eles possibilitam “encontros, manifestações, interações e expressões da vida pública e também para o lazer e para a convivência social” (MORAIS, 2019, p. 2).

Segundo o Iphan³, João Pessoa é a terceira capital mais antiga do país e teve seu Centro Histórico tombado em 2009, que abrange 25 ruas e 6 praças. Em todo o perímetro dessa área, pode-se notar bens que vão desde características Barrocas até o *Art Nouveau*, *Art Déco* e o estilo Eclético – e muitos deles funcionam como equipamentos culturais - como o Centro Cultural São Francisco, o Parque Casa da Pólvora, entre outros, com programações bastante variadas, desde festivais de música e exposições de fotografias até museus e espaços com bibliotecas e eventos.

3 <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/349/>. Acesso em 15.mai. 2020

Um dos bens arquitetônicos que faz parte do patrimônio material da cidade é o Casarão 34. Localizado na praça Dom Adauto - também conhecida como “Praça do Bispo” ou “Praça do Carmo” (Morais, 2019, p. 3) - no Centro Histórico da cidade, o imóvel faz parte da Cidade Alta, divisão atribuída aos dois extremos da capital, onde a parte “Alta” era a área onde se agrupava os monumentos do alto “escalão”: igrejas, casarões e prédios administrativos. O Casarão é um dos imóveis pertencentes à Arquidiocese da Paraíba, datando do começo do século XX, onde obteve algumas funções, desde religiosas até culturais. Segundo o Iphaep, o imóvel possui grau de Conservação Total (CT) sendo um edifício não passível de destruição e com várias orientações onde não se deve interferir, como em mudanças da fachada, por exemplo.

De forma breve e introdutória acerca de sua história, muito antes de ser denominado Casarão 34, ou Galeria Casarão 34, o imóvel possuía outras atividades e nomenclaturas. Foi construído a mando do arcebispo Dom Adauto no começo do século XX, especificamente em 1918, sendo a antiga sede da *Confederação Catholica*, termo que também foi atribuído para ser o nome do monumento. Sediou atividades culturais e artísticas de cunho religioso, onde houve diversas ações como exposições de pintores conhecidos da época, exibição de filmes com um cinematógrafo *pathé*, aulas de pintura, exposição de objetos religiosos antigos, entre outras atividades. Nesse período, mais precisamente depois de 3 anos, em 1921, uma reforma na fachada do prédio foi feita para abrigar a sede do jornal, também religioso, chamado *A imprensa*, que encerrou suas atividades em 1968.

Figura 1: Primeira fachada do Casarão, nomeado de palacete da Confederação Católica, em 1918.



Fonte: Ricardo Velôso, acervo da Arquidiocese da Paraíba.

A partir dos anos 1970, o imóvel foi alugado para outros usos e diversas empresas. Em meados dos anos 1980, abarcou o SAMAP - Salão Municipal de Artes Plásticas - e desde 2013 vem desenvolvendo exclusivamente o perfil de Galeria de Artes Contemporâneas. A Galeria é a primeira da cidade, no âmbito do setor público, a desenvolver atividades unicamente no campos das nas artes visuais. Seu objetivo maior é expor artistas contemporâneos, principalmente em início de carreira e os artistas recém formados dos cursos de licenciatura e bacharelado de Artes Visuais da Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

O espaço da Galeria possui vários potenciais: o arquitetônico, o espaço cultural, o espaço histórico e o espaço artístico. O Casarão possui, além do espaço principal de exposições, salas de palestras, espaço para cursos e oficinas, e um acervo e uma biblioteca em construção. Atualmente, os espaços do Casarão fazem parte de um circuito artístico da cidade, abrigando artistas, curadores, arte/educadores, fotógrafos, críticos e estudantes em exposições de ocupação. Toda essa gama de atividades e profissionais que se envolvem com a Galeria, geram questões consideráveis, como a geração de empregos na área criativa (funcionários do Casarão, curadores, designers e fotógrafos, por exemplo), além de oferecer ao artista iniciante a oportunidade de expor suas obras, trazer

ao público pessoense o debate das artes contemporâneas, inclusive o público escolar, que também visita o Casarão.

Atualmente, o Casarão 34 tem suas atividades voltadas às artes contemporâneas locais e nacionais. O termo “galeria” vem sendo conquistado há pouco, como citado, trazendo uma ideia unicamente de espaço cultural para fomento às artes visuais de João Pessoa. O Casarão 34 tem a função de tornar vivo o circuito de artes na capital de João Pessoa. Junto a isso, existe um Programa da Prefeitura da cidade que estimula a ocupação nos bens históricos da cidade com programações culturais – o AnimaCentro- que além da Galeria, vários outros espaços participam deste circuito, no intuito de reavivar o Centro Histórico.

O Casarão 34 está vinculado também à FUNJOPE (Fundação Cultural de João Pessoa), entidade vinculada à Secretaria de Cultura do município, recebendo apoio financeiro. O Casarão conta com uma agenda de exposições, palestras e atividades voltadas às artes visuais para todos os públicos, com a necessidade de descobrir novos artistas contemporâneos, possibilitando formações e palestras ao público e promovendo trabalhos de curadoria, design e crítica da arte.

Figura 2: Fachada do Casarão 34.



Fonte: Portal Correio. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/funjope-seleciona-12-propostas-de-artes-visuais-para-o-xvi-samap/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio cultural e arquitetônico contribui significativamente para a vida artística das cidades brasileiras, incluindo, neste caso, a cidade de João Pessoa. O Casarão 34 está se mostrando como um equipamento cultural ativo que não só movimentava o Estado e sua cultura de preservação, mas mobiliza artistas locais, nacionais e a sociedade, uma vez que o patrimônio material não é só aquele edificado, é aquele onde há uma vivência, uma rotina a recuperar, e isso pertence, principalmente, à população (Oliveira, 2012). Cada época passada transmitiu e transmite, nos seus imóveis e imagens, uma espécie de ligação, um “elo” que nos dá entre um momento e outro, que possibilita, assim, um desenvolvimento social, cultural e histórico.

Em suma, a iniciativa de um patrimônio arquitetônico usado como galeria de arte pública é uma atitude que pode contemplar desde artistas, acadêmicos das artes visuais (e também de áreas correlatas) e o coletivo no geral, pois não basta a restauração, a conservação ou a documentação: um bem cultural é preservado quando tem uma função social (Porta, 2012) e, conseqüentemente, se degrada quando a perde. Além de ter uma importância monumental, arquitetônica e cultural, o Casarão 34 carrega consigo um registro memorial e histórico da cidade de João Pessoa.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. *Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie: escritos escolhidos*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo (USP), 1986.
- BRITTO, Luciana Dultra. *Museu da Cidade: arte, história e espetáculo*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 203p. 2008.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- FONSECA, Marília Cecília Londres. *Referências Culturais: Bases para Nova Políticas de Patrimônio*. Boletim de Políticas Setoriais, nº02. Brasília: IPEA, 2001.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. *Dossiê o Reconhecimento dos Bens Culturais: Método, Inventários e Repercussões Normativas*. Revista CPC. São Paulo, n.21,

especial p. 6-13, 2016.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

MELO, Sabrina Fernandes. *Arquitetura e Ressonâncias Urbanas em Florianópolis da primeira metade do século XX*. Dissertação de Mestrado, UFSC, 153p, 2013.

MORAIS, Fernando de Oliveira. *Praça Dom Adauto. História e Morfologia na Cidade de João Pessoa (PB)*. In: XVIII ENANPUR. Natal, maio de 2019. 1-20 p. *Anais eletrônicos*. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=198>. Acesso em: 09/07/2020

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: as problemáticas dos lugares*. Proj. história. São Paulo, v.10, 1993.

OLIVEIRA, Almir Felix Batista de. *O que se preservou em João Pessoa ou de quando a arte e a arquitetura definem o patrimônio cultural de uma cidade*. Revista Cordis: Comunicação, Modernidade e Arquitetura. p. 367-396. n. 8, jan./jun. 2012.

PORTA, Paula. *Política de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: Diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000 | 2010*. In: Iphan/Monumenta, Brasília, DF, 344 p. 2012.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

INTERPRETAR O PATRIMÔNIO MATERIAL EM FRANCISCO BELTRÃO-PR: A PRAÇA EDUARDO VIRMOND SUPLYCY, O ENSINO DE HISTÓRIA, O PATRIMÔNIO E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Fernanda Cordeiro de Almeida Faust¹

Sônia Maria dos Santos Marques²

INTRODUÇÃO

A praça central de uma cidade representa um papel importante na vida urbana, quer seja como espaço de poder político, de lazer, de comércio, de religião, ou de cultura. Dependendo do porte do sítio urbano, a praça é o local de reunião de pessoas, ponto de encontros corriqueiros ou de movimentos políticos e sociais. Na cidade de Francisco Beltrão, localizada na região Sudoeste do Paraná, a praça localizada na porção central da cidade, denominada Eduardo Virmond Suplicy foi construída na década de 1970. Até o momento presente essa praça passou por diversas reformas e construção de monumentos. A reforma mais recente ocorreu no ano de 2019, não obstante as visíveis

1 Licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo (PRODEMA/UFS), doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR) e Pós-doutora em Educação pela Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (PPGEFB/UNIOESTE). É pesquisadora do Projeto Tradition da Universitat Autònoma de Barcelona financiado pelo the European Research Council(ERC) under the European Union's Horizon 2020 research and innovation program (grant agreement H2020-ERC-2018-COG No. 817911) Contato: fernandacoral@gmail.com.

2 Licenciada em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É docente adjunta do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Contato: mrqs.sonia@gmail.com.

melhorias na estrutura da Praça Eduardo Suplicy, o local permanece com a ausência das etnias negra e indígena para a construção da identidade local em sua representação patrimonial.

Esse silenciamento já foi alertado por Protázio LANGER (2010), apesar disso, parece que seu texto foi ignorado pelo poder público. No que diz respeito à conexão entre os temas patrimônio, ensino de História e a construção da cidadania, convém alguns questionamentos: Que tipo de memória deve ser exaltada? Por que a história das minorias étnicas é apagada? Qual a importância de se estudar a história hoje? Que tipo de cidadania deve ser ensinada? Qual o papel do patrimônio enquanto ponte entre o Ensino de História e a construção da cidadania?

Em âmbito educacional, merece destaque o papel que o Ensino de História tem na mediação desses conceitos com a finalidade de suscitar a construção do cidadão crítico que seja capaz de reivindicar seus direitos políticos, sociais e culturais. Para melhor entendimento das questões levantadas serão abordados os aportes teóricos referentes ao Ensino de História, ao Patrimônio e à Cidadania e ao final será refletida a intersecção entre esses temas, com enfoque específico da leitura de alguns monumentos da Praça Eduardo Virmond Suplicy localizada na cidade de Francisco Beltrão, no Paraná.

SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA

Conforme Luís Fernando CERRI (2009), no artigo *Ensino de história e concepções historiográficas*, o Ensino de história é um conjunto de múltiplas possibilidades, tantas quantas são as concepções e os usos sociais da história possíveis. A partir da consciência Histórica sugerida por Jörn RUSEN (2001), o ensino escolar de História é apenas uma das formas criadas para equacionar o problema da constituição de um passado capaz de unificar grupos sociais distintos em um corpo político único, na maioria dos casos a nação. Ainda de acordo com CERRI (2009), o Ensino de História é uma ação intencional educativa (entre gerações) capaz de formar uma determinada identidade ou conjunto de identidades aceitáveis ou desejáveis socialmente, associada à formação de um pensamento histórico.

Para CERRI (2009), há duas categorias teóricas frente ao

ensino de História que divide historiadores. A primeira advoga que o conhecimento histórico só poderia ser produzido pelo pesquisador de história, acirrando a dicotomia entre pesquisa e ensino de história. Já a outra vertente teórica defende que a produção historiográfica seria o resultado de uma reflexão didática, pois produzir conhecimento seria um ato de ensino e de aprendizagem. De acordo com essa segunda postura, a Didática participaria da teoria da História, consubstanciando-se na Didática da História, campo fronteiro que transita entre a História e a Educação e suas teorias da aprendizagem.

SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL

O conceito de Patrimônio é plural e diverso, seu conceito foi sendo modificado ao longo do tempo e conforme o contexto histórico. Conforme o consultor da UNESCO, Hugue De Varine BOHAN (apud LEMOS, 2006) o conceito de patrimônio cultural assenta-se em 3 categorias de elementos: 1) elementos pertencentes à natureza e ao meio ambiente; 2) O conhecimento ou o saber fazer e 3) os objetos obtidos a partir do *savoir a faire* e do meio ambiente. Em termos práticos, o patrimônio possui muitas classificações: o material, o imaterial, o natural, o ambiental, o genético, o digital e o integral que agrega todas essas tipologias juntas. Pelegrini e Funari (2006) afirmam que a etimologia da palavra patrimônio é proveniente do latim *patrimonium*, ou tudo o que pertencia ao *pater familias*, os bens materiais, a casa, os objetos e inclusive as pessoas de sua casa como escravos, sua mulher, seus filhos. Pelegrini e Funari (2006) destacam ainda que o conceito de patrimônio surgiu na Roma aristocrática, ou seja, nem todos eram possuidores do *patrimonium*.

Conforme Françoise CHOAY (2006), em: *A Alegoria do Patrimônio*, a primeira centelha de preocupação preservacionista surgiu na França revolucionária, diante da depredação de castelos e a destruição da monarquia e da Igreja e de tudo que poderia representá-las. Em 1830, Guizot criou o cargo de Inspetor dos Monumentos Históricos. CHOAY (2006) alerta que há uma distinção conceitual entre monumento e monumento histórico. O monumento teria a função de ativar a memória coletiva, seria construído com essa finalidade. Já os monumentos

históricos seriam selecionados *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador ou do amante da arte que os seleciona diante da massa de edifícios já existentes. De acordo com Maria Cecília Londres FONSECA, em *Patrimônio em processo* (2017), apesar da vanguarda, somente na década de 1930 do século XX, a França irá constituir políticas de preservação de natureza estritamente estatal. Tal herança vai reverberar como modelo em países europeus, na América Latina, Brasil e Argentina.

Ainda em escopo global, merece destaque a ampliação do conceito de patrimônio promovida pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) ao estabelecer na I Convenção do Patrimônio da Humanidade, em 1972, a salvaguarda de bens culturais e naturais de excepcional valor para a humanidade. A partir da década de 1990, com o avanço das pesquisas antropológicas, a UNESCO também implantou o Programa de Tesouros Humanos Vivos para a preservação de mestres do patrimônio imaterial. No que diz respeito ao contexto brasileiro, as políticas de preservação do patrimônio, ao longo de sua trajetória histórica, constituem-se num processo de avanços e recuos, marcados por relações de poder dos agentes públicos. Márcia CHUIVA (2012) alerta para a manipulação do mito Mário de Andrade como “pai do patrimônio imaterial brasileiro”. Conforme a autora, de fato o poeta ao influenciar a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN) na década de 1930, realizou pesquisas sobre o folclore, sobretudo o nordestino. Não obstante, seu projeto de preservação do patrimônio imaterial não foi adiante, pois o primeiro quadro de funcionários do órgão era composto majoritariamente por arquitetos que privilegiaram o tombamento dos prédios históricos. Somente em 1988 com a Carta Magna e em 2000, através do decreto n. 3551, a salvaguarda do patrimônio imaterial foi amparada legalmente.

No que diz respeito à Cidadania, Elizabeth JELIN (1996) afirma que historicamente, o conceito inaugurou-se no ocidente como um tema da modernidade (burguesia e seus filósofos) face ao poder e privilégios da monarquia. Conforme a autora, a história da cidadania perpassa as lutas individuais e tiveram como consequência os conteúdos da cidadania. Tais conteúdos se desdobrariam em direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. No nível mais abstrato, a cidadania seria uma

prática conflitiva vinculada ao poder, na medida que reflete as lutas sociais, sendo um processo de construção e mudanças.

SOBRE A CONEXÃO ENTRE ENSINO DE HISTÓRIA, PATRIMÔNIO E CIDADANIA

No que diz respeito ao Ensino de História e a construção da cidadania, Marcelo MAGALHÃES (2002) exemplifica casos em que o currículo da disciplina de História foi criticado, pois questionava os cânones da identidade nacional na França e no Brasil na década de 1980. Ou seja, o Ensino de História ao desenvolver a consciência histórica pode afetar setores privilegiados da sociedade e provocar descontentamentos. Já Circe BITTENCOURT (2015) ao discorrer sobre o tema cidadania, discute o papel da disciplina de História no fomento às cidadanias na perspectiva patriótica do século XIX e econômica no contexto do pós 2ª Guerra mundial, mas enfatiza que é a faceta cultural que dá sentido à cidadania, na medida em que é a base para a formação de um cidadão crítico.

Na perspectiva do Ensino de História, do patrimônio e da cidadania, Ricardo ORIÁ no artigo *Memória e Ensino de História* (2015) assevera que a preservação do patrimônio histórico é vista como uma questão de cidadania, e como tal interessa a todos por se constituir em direito fundamental do cidadão e esteio para a construção da identidade cultural.

ORIÁ (2015) aponta, ainda, que as depredações do patrimônio, principalmente o material, ocorrem porque a população não se enxerga presente nele. Nesse sentido, o autor demonstra o papel da memória na construção do patrimônio urbano. Quem seleciona o que deve ou não ser preservado? A falta de representação das minorias no patrimônio, tais como mulheres e as etnias negra e indígena faz com que muitas pessoas se sintam “estrangeiros” dentro de suas próprias casas. Sobre esse assunto, Nestor Garcia CANCLINI (1994) defende a participação democrática dos produtores e usuários do patrimônio, tanto em sua elaboração, quanto em sua recepção. Seguindo também essa linha e ancorada no conceito de apropriação cultural sustentada por Roger Chartier, Andrea DAHER (2012) afirma a existência de uma razão patrimonial baseada

na produção e na recepção dos objetos patrimoniais e sua produção de sentidos.

Assim, o escopo da cidadania cultural se inscreve no direito à memória histórica de todos os grupos sociais. O direito à memória como direito de cidadania indica que todos devem ter acesso aos bens materiais e imateriais que representam o seu passado, a sua tradição, enfim, a sua história. Esse direito à memória que todos os grupos constituintes de uma sociedade possuem referem-se também aos direitos culturais. Sobre o assunto, Maria Cecília Londres Fonseca (2017) afirma que os *direitos culturais* na América Latina são bastante complexos, sobretudo pelo fato das antigas colônias europeias, marcadas pela escravidão, herdarem uma noção de cultura duplamente restrita. Não apenas em termos de classes sociais, pois a classe dominante que substituiu a administração metropolitana, também não considerava o caráter cultural das produções dos estratos populares. Da mesma forma, em termos geográficos, pois “mesmo após a independência, a verdadeira cultura era aquela ‘importada’ das metrópoles europeias” (FONSECA, 2017, p.115).

No contexto brasileiro, Maria Cecília FONSECA (2017) afirma que a expressão direitos culturais foi incluída na Carta Magna de 1988 (em seu artigo 215), no entanto, até hoje, a não ser em casos excepcionais, essa temática não foi incorporada às políticas públicas na forma de propostas de trabalho. Assim, conforme a autora: “os direitos culturais no Brasil não passam de ‘direitos fracos’, meras declarações de boas intenções”. Na contramão da afirmação de Fonseca (2017), uma exceção a esse cenário foram as promulgações das leis n. 10639/2003 e da lei n.11645/2008 que regulamentam a obrigatoriedade do ensino de história da África e da cultura afro-brasileira e da história e cultura indígena, respectivamente.

A interface do Ensino de História, Patrimônio e Cidadania pode ser observada por meio de ações educacionais que trabalhem com o patrimônio em suas mais diversas tipologias como propulsor da identidade cultural dos alunos e o sentimento de pertencimento. Conforme Stuart HALL (2006) as identidades no contexto da pós-modernidade são celebrações móveis, “São nomes que damos às diferentes maneiras como

estamos situados pelas narrativas do passado e como nós mesmos nos situamos dentro delas” (HALL, 2006, p. 12). Desta maneira, quanto mais nos sentimos pertencentes a um grupo, mais temos condições de ter consciência do nosso papel social e da nossa condição de cidadão. Essa pertença ao local e à história pode ser observada no ensino de história tendo por base o estudo dos contextos patrimoniais da escola e dos alunos.

Jurema MACHADO apud ALMEIDA (2004), consultora de cultura da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Brasil, sugere uma metodologia baseada no estudo de documentos e dos contextos patrimoniais. Os documentos podem ser fontes manuscritas ou impressas, fotografias, objetos ou a história oral. Já os contextos patrimoniais são utilizados em função dos objetos patrimoniais descritos anteriormente. Para MACHADO (2004), os contextos patrimoniais podem ser trabalhados sob a ótica da história local. Assim, os alunos a partir de sua história mais próxima conseguirão se enxergar dentro desses contextos patrimoniais. A partir dos contextos patrimoniais, a história local pode ser estudada baseando-se em alguns temas: a evolução histórica do espaço, o entorno, o cotidiano dos primeiros tempos, nomes da comunidade e primeiros habitantes da região.

A PRAÇA EDUARDO VIRMOND SUPLYCY E OS CONTEXTOS PATRIMONIAIS

No que concerne à chegada dos primeiros habitantes da região, a Praça Eduardo Virmond Suplicy exalta a chegada dos “pioneiros” da região em detrimento dos grupos que já habitavam o local. Os chamados “tradicionalistas” que vieram dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul são lembrados como desbravadores/fundadores da cidade de Francisco Beltrão. Na contramão disso, não há uma menção sequer sobre a história dos grupos chamados de minoritários como os indígenas e negros da região que já se encontravam no local quando da chegada dos “pioneiros”.

De agosto a setembro de 2018, a autora deste capítulo orientada pela coautora ministrou a disciplina Educação, meio ambiente e patrimônio

no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Francisco Beltrão-Paraná. Durante a disciplina foram abordados temas como patrimônio, educação ambiental e educação patrimonial. No último dia de aula, houve a culminância da disciplina através da visita guiada da Praça Eduardo Virmond Suplicy e leitura dos monumentos. Para leitura crítica dos contextos patrimoniais foi utilizado e discutido previamente o texto de LANGER (2010).

Conforme LANGER (2010), o mito da chegada dos pioneiros ao sudoeste do Paraná estaria assentado na produção acadêmica e historiográfica que defende a tese da existência de um vazio demográfico na região até a década de 1930. Os defensores de tal tese foram LAZIER (1998) e Ruy Cristovão Wachowicz (1997), além de defenderem a premissa do vazio demográfico também defendiam a miscigenação como fator que “apagou” a presença dos caboclos da região sudoeste do Paraná. Após sustentar a tese do vazio demográfico, Wachowicz (1997), afirmou que 100% do elemento povoador da região era composto por catarinenses, paranaenses e gaúchos. Nesse sentido, a origem étnica desses colonizadores seriam a italiana, a alemã e a polonesa e suas versões “abrasileiradas” (LANGER, 2010, pp. 29-31).

A consequência dessas teses historiográficas podem ser observadas pela ausência ou silenciamento da história dos indígenas e afrodescendentes na Praça em estudo, a partir de fotografias de dois monumentos selecionados. A seguir, iremos analisar, qual mensagem cada monumento quis passar e de que maneira se deu esse silenciamento.

Figura 1: Monumento do GETSOP (Frente)



Fonte: Acervo da autora, abril - 2021.

O monumento do Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP) foi inserido no ano de 1972 e também é conhecido como painel dos pioneiros. A frente do painel, retratada na figura 1, demonstra a entrega de um documento do GETSOP aos “pioneiros”. Acima do documento está a frase “Valorizando a propriedade da Terra”. O título do documento é “Estatuto do Proprietário”.

Figura 2: Monumento do GETSOP (Verso)



Fonte: Acervo da autora, abril - 2021.

A figura 2 retrata o verso do painel dos pioneiros e foi inspirado numa fotografia da década de 1950 e representa um grupo de pessoas caminhando na mesma direção em busca de terras. A partir da representação do painel, observa-se que “os pioneiros” são considerados os primeiros proprietários da terra. Nesse sentido, o papel de propriedade da terra concedido pelo GETSOP teve fator decisivo. A partir da leitura crítica desse painel, observa-se uma conexão com a tese de vazio demográfico de Ruy Cristovão Wachowicz (1997). Nesse sentido, convém questionar, onde estariam os indígenas, cablocos e afrodescendentes que habitavam a região antes da chegada dos

“pioneiros”? Por que não foram representados?

Figura 3: Monumento da Cuia



Fonte: Acervo da autora, abril - 2021.

O outro monumento é a cuiá de chimarrão que foi implantada na praça em 1993 e é uma homenagem aos tradicionalistas que se reuniam na praça para a mateada. Como se sabe o costume de se tomar chimarrão é proveniente de um hábito indígena, oriundo dos Guarani de Guaíra-PR (ARTMANN, 2018). Não obstante, a homenagem foi feita aos tradicionalistas vindos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A crítica não é à homenagem, mas ao silenciamento da real origem do costume de se tomar chimarrão, que poderia incluir a etnia indígena na representação deste monumento da praça.

Figura 4: Culminância da disciplina de mestrado Educação, meio ambiente e patrimônio



Fonte: Acervo da autora, abril - 2021.

Sobre esse tema da chega dos primeiros habitantes da região, foi realizada essa atividade retratada na figura 4 com a visita guiada pela Praça Eduardo Virmond Suplicy, localizada no centro comercial da cidade de Francisco Beltrão-Paraná. Nessa atividade foi feita uma problematização sobre o Ensino de História, o patrimônio cultural e a história local beltronense. Será, realmente, que os pioneiros foram os primeiros habitantes da cidade? E os indígenas e afrodescendentes onde estavam? Por que a euro ascendência é exaltada em detrimento das outras etnias? É essa a postura de questionamento que deve ter um professor de história diante do patrimônio oficial construído pelo Estado que muitas vezes silencia as minorias étnicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Selva Fonseca (2012), no capítulo Ensino de História e a construção da cidadania, questiona: qual história? Qual cidadania? Quais histórias ensinar e qual tipo de cidadania queremos no Brasil do século XXI? Buscar essas respostas requer de nós professores de história um profundo olhar sobre os desafios do nosso tempo, as exigências teóricas

e políticas. Portanto, o Ensino de História, o patrimônio e a construção da cidadania devem ser abordados de maneira contextualizada e questionadora, observando os direitos culturais de todos da sala de aula, da escola, da comunidade, do município. Para Selva Fonseca (2012), a principal característica do ensino de História deve ser a busca incessante do fim da exclusão. A atual conjuntura política brasileira, assentada no contexto de pós-verdades, pede um professor de história preparado para atuar desconstruindo as *fake news*, ensinando aos alunos a investigação das informações a partir do trabalho contextualizado do patrimônio para a construção de uma cidadania cultural inclusiva e crítica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernanda Cordeiro de. *Patrimônio cultural*. Aracaju: UNIT, 2010.

ARTMANN, Anderson. Chimarrão: origem e mistérios da bebida símbolo dos gaúchos. *Jornal Gazeta do Povo*, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/bomgourmet/produtos-ingredientes/chimarrao-origem-e-misterios-da-bebida-simbolo-do-gaucha/>. Acessado em 20 de setembro de 2018.

BITTENCOURT, Circe. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: BITTENCOURT, Circe (org.) *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2015, pp.11-27.

CANCLINI, Nestor García. *O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional*. Trad. Maurício Santana Dias. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília, n.º 23, p. 95-115, 1994.

CERRI, Luis Fernando. Ensino de História e concepções historiográficas. *Espaço Plural*, vol. X, núm. 20, enero-junio, 2009, pp. 149-154.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do patrimônio*. 3 ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.

DAHER, Andrea. Objeto cultural e bem patrimonial representações e práticas. n: CHUVA, Márcia. (Org.). História e Patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, pp. 113 – 130, 2012.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de Patrimônio cultural no Brasil. In: CHUVA, Márcia. (Org.). História e Patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, p. 147 – 165, 2012.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e Prática de Ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados*. 13ª ed. Ver. Ampliada. Campinas,

SP: Papirus, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio em processo*. 2017.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-modernidade*. Trad. Tomás Tadeu da Silva. São Paulo: DP&A, 2006.

JELIN, Elizabeth. Cidadania e Alteridade: o reconhecimento da pluralidade. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). *Cidadania. Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN. 2006.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Por que ensinar História hoje? O significado de cidadania nos Parâmetros Curriculares Nacionais. *X Encontro Regional de História – História e Biografias*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. *Educação patrimonial: orientações para professores do ensino fundamental e médio*. Caxias do Sul: Maneco Livraria e editora, 2004, 72p.

LANGER, Protásio Paulo. Símbolos e discursos acadêmicos na construção de uma identidade eurocêntrica: o encobrimento dos indígenas e cablocos. IN: LANGER, Protásio, MARQUES, Sônia. MARSCHNER, Walter. *Sudoeste do Paraná: Diversidade étnica e ocupação territorial*. Dourados – MS: editora da UFGD, 2010, pp. 13-41.

LEMOS, C. A. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense. 1981.

ORÍÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (org.) *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2015, pp.128-148.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Brasília: EdUNB, 2001.

ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL: O USO DE MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS COMO REFERÊNCIAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA¹

Kênya Jessyca Martins de Paiva²

INTRODUÇÃO

Em fevereiro deste ano³, a cidade estava alvoroçada. Chegavam, pela primeira vez, em Jaguarão, renomados artistas globais. Vieram com o objetivo de gravar cenas em lugares estratégicos, tais como as ruínas da antiga Enfermaria Militar, patrimônio público reconhecido pela população e que foi beneficiada com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas, atualmente, em processo de construção – embora as obras estejam paradas –, o Centro de Interpretação do Pampa (CIP)⁴. O fato de a Enfermaria ter sido escolhida para fazer parte de uma das primeiras cenas daquela que mais tarde seria a novela das 20 horas gerou grande euforia e orgulho nos jaguarenses,

1 Dedico este trabalho a minha mãe, Jane da Silveira Martins de Paiva e ao meu pai, Paulo Roberto Vaz de Paiva, por me darem possibilidades de estudar e me ajudarem a realizar todas ações educacionais e culturais que a imaginação ousar inventar.

Trabalho de conclusão da Especialização em Ensino de História na Universidade Federal do Pampa, orientado pela Dra. Cássia Daiane Macedo Silveira, atualmente professora no Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2 Graduada no curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão/RS, especialista em Ensino de História e mestranda em Educação pela mesma universidade. Secretária Escolar na Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Alcides Marques em Jaguarão/RS. E-mail: paiva.kenya@gmail.com.

3 2019.

4 Museu em que se contará, através de diversos formatos, a História do bioma pampa. Mais informações: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11035/VILLAS%20BOAS%2c%20ALEXANDRE%20DOS%20SANTOS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 nov. 2019.

haja vista a quantidade de postagens nas redes sociais e o murmurinho que dava assunto para as pessoas conversarem em todos os espaços possíveis: escola, bar, trabalho, praças. Por quase dois meses, o assunto principal, inclusive nos jornais, era este. Para além da discussão que é possível fazer a respeito do sentimento das pessoas em relação a algo tão atípico para a vivência de uma jaguarenses comum, cabe aqui destacar as questões interessantes para pensar em História/ Ensino que envolvem tal acontecimento.

Durante a estadia de artistas, tais como Fernanda Montenegro, Juliana Paes e Marcos Palmeiras, pude perceber o pensamento de muitas pessoas em relação à cidade. Pensar nela como um lugar em que há relevantes aspectos históricos que levaram ao interesse de uma rede televisiva têm por si um fator instigante. Isso pode ter ajudado a dar um “clique” na mente das pessoas, sobretudo, porque a equipe buscou conhecer Jaguarão, muitos a partir dos hotéis em que estavam alojados e academias que se vincularam durante os dias em que aqui estiveram. As perguntas que podemos fazer são: Será que as habitantes da cidade souberam dar informações sobre a história do lugar em que vivem? Quais terão sido os pontos turísticos que indicaram para aquelas pessoas que nunca pisaram antes aqui? As pessoas que aqui moram, conhecem e sabem contar a história, pelo menos, da Enfermaria? Quais são as sensações que Jaguarão desperta nos *de fora* e nos habitantes? São perguntas que não terão uma resposta imediata, mas elas fornecem potenciais pistas para entender a importância do Ensino de História, principalmente a História que compõe o lugar em que vivemos.

Em 23 de novembro, Jaguarão comemorou mais um *cumple años*, nesta que é a data de sua oficialização enquanto município. Com aproximadamente 28.230 habitantes, de acordo com o IBGE (2016), é uma das cidades mais antigas do Estado, localiza-se no interior, ao sul do Rio Grande do Sul e faz fronteira com Rio Branco (Uruguai), sendo ambos os países divididos e unidos por um rio. Jaguarão para os *de fora* é famosa pela beleza das suas portas e pela quantidade preservada de casarões antigos e monumentos arquitetônicos, já para os *de casa* é conhecida pelas inúmeras lendas que compõem o imaginário do seu povo. Além disso, as manifestações culturais como o Carnaval, a festa de

Iemanjá, os rodeios, a capoeira, a *motofest* e as personagens locais (Negro do rastilho, Tereza das galinhas, Louco da boneca, e tantos outros), mesmo pouco evidenciadas pela história *oficial* da cidade, uma vez que são manifestações efêmeras e transmitidas pela oralidade, fazem parte da identidade e da memória de seus habitantes.

Quando falamos em patrimônio, a primeira imagem que normalmente vem à mente de muitas pessoas são as construções antigas e luxuosas, ou seja, muitos ainda não percebem que ele é associado também à cultura, às histórias e às mais variadas manifestações populares. Essas manifestações são vividas, sentidas e experimentadas de acordo com os variados grupos sociais e o tempo/ espaço em que ocorrem. A reflexão sobre os patrimônios da cidade tem muitas utilidades na educação básica, entre elas ajudar a “reconhecer que todos os povos produzem cultura e que cada um tem uma forma diferente de se expressar é aceitar a diversidade cultural e reconhecer também que não existem culturas superiores a outras” (GRINBERG, 2007, p. 4).

Fernando Cerri (2001), tal como Freire, nos aproxima de uma noção muito importante para quem trabalha com educação e, neste caso, com História: professoras e professores não são detentores de todo conhecimento, História(s) não é construída tão somente nos bancos escolares, muito pelo contrário, tudo em absoluto pode ter potencial para nos educar em História. As ruas, as praças, os clubes, as igrejas, os cursos, os objetos, as histórias, as pessoas e suas as memórias, redes sociais e até mesmo a televisão, tudo isso deve ser considerado para ampliar o entendimento de como se constrói e se acomoda a Consciência Histórica na população.

Entretanto, o foco deste trabalho não é a televisão, nem os artistas que aqui passaram, também não é especificamente sobre as ruínas da Enfermaria Militar, mas é, refletir sobre a ação das pessoas na História local a partir da elaboração de uma relação com o passado. Como as pessoas se percebem como produtoras de História? Quais são os instrumentos necessários para que estabeleça uma conexão entre o passado, o presente e o futuro? Como a cidade pode nos educar? Ou como a educação pode nos auxiliar a conhecer o local em que vivemos? Como definir o que é ou não patrimônio? Quais são os sentidos,

para além da importância material, que as pessoas dão para os espaço de memória de um local? Essas são algumas das perguntas que serão discutidas nesse texto.

É percebendo a cidade como um espaço de natural potencial educativo e com a intenção de refletir, timidamente, sobre algumas dessas questões, que buscamos como proposta pedagógica para ensinar a História de Jaguarão a organização de uma exposição “Memórias em Jaguarão: O passado no presente”, na qual, a população participou enviando fotografias e relatos através das redes sociais *Facebook* e *Whatsapp*. Junto da exposição as crianças serão convidadas a levar seus objetos biográficos, como forma de experimentar, contar um pouco de suas histórias através de relações e significados advindos das memórias inseridas nesses objetos. Neste trabalho, trago uma possibilidade de uso da exposição para turmas de 3º, 4º e 5º anos, mas a atividade pode ser realizada junto a todo o Ensino Fundamental e Médio, e serve como instrumento para construção de uma prática pedagógica para aproximar as experiências da cidade e da cultura local com a vida das e dos estudantes.

1.A NOVA HISTÓRIA E AS TRANSFORMAÇÕES NA HISTORIOGRAFIA

Annales foi uma revista fundada na França, em 1929, idealizada por Lucien Febvre e Marc Bloch, dois pesquisadores que se encontravam insatisfeitos com a História Política e Militar focada em relações de poder entre grandes nações e seus respectivos *heróis*. De tal modo, os dois encabeçaram o movimento que tinha como missão devolver às pessoas, não só as pertencentes da elite como comumente se fazia, a possibilidade de ser produtoras de História. A historiografia até então não se preocupava com as estruturas, e sim com fatos e datas marcadas por grandes episódios, utilizando somente fontes advindas de documentos de instituições oficiais, fato que reduzia a história a um emaranhado de eventos, cuja narrativa se alimentava basicamente pelo anseio de uma verdade única. O contexto da 2ª Guerra Mundial auxiliou na emergência de diversas discussões historiográficas, nas quais as experiências do contemporâneo passaram a estar entre os interesses de pesquisadores.

Por qual motivo se coloca o presente como foco? Friedrich Nietzsche (1976, p. 102) nos chama atenção para o valor da História. De acordo com ele, “serviremos a história só na medida em que ela serve a vida”, isto é, nós precisamos de História para a vida e para as ações do dia a dia. Para o autor citado, toda e qualquer sociedade deveria possuir um adequado conhecimento do seu passado e como ele se representa, mas, para isso, seria imprescindível aos indivíduos saberem esquecer o que é supérfluo e saber guardar o que lhe fará falta. Quer dizer que “o sentido histórico e a sua negação são igualmente necessários à saúde de um indivíduo, de uma nação e de uma civilização” (1976, p. 109).

Pierre Lagrou (2009, p. 4) aponta que a “História do tempo presente” iniciou-se na França, no final dos anos 1970, com o intuito de repensar questões da historiografia até então vigente. A intelectualidade não considerava fatos recentes como interessantes para a História, deslegitimando sua importância para a produção de abordagens. Nesse sentido, Reinhart Koselleck (2014, p. 229) propõe uma reflexão acerca da seguinte questão: por que tal coisa é considerada como pertencente à história atual e outra coisa não? O autor não vê essa pergunta como algo simples para responder, visto que as três dimensões temporais terminam na presencialidade, todo tempo é um “tempo presente num sentido específico. Pois o futuro ainda não é, e o passado já não é mais” (2014, p. 231). Em outras palavras, todas as histórias são histórias do tempo e estão sendo pensadas no presente da pessoa que a produz. Essa nova noção de temporalidade passou a necessitar de narrativas que estivessem alinhadas com as subjetividades inerentes aos seres humanos, significando uma quebra com a objetividade até então exigida e ostentada como única forma de fazer História.

As contribuições da Nova História permitiram o debate das narrativas históricas de outros personagens, antes silenciados, ou seja, deslegitimados pela historiografia oficial, entre elas a História do povo negro, das mulheres, dos povos originários, das pessoas tidas como comuns, etc. É a partir dessa percepção que o saber popular tornou-se peça chave para incluir aquelas e aqueles que outrora estavam distantes da História *oficial*. Com as mudanças do entendimento do que é e para que serve a História, muda-se também a prática relacionado ao ensino

da mesma.

É no seio das transformações que vieram a partir do surgimento dessas correntes historiográficas que nascem novos conceitos como o de História Local, que, basicamente, é pesquisar as ações, transformações e experiências das pessoas na sua esfera de atuação mais próxima: sua cidade/ bairro. As pessoas comuns passam a ser sujeitos interessantes para a História e isso auxilia na introdução de um ensino com foco no local também.

Trata-se de uma forma de abordar a aprendizagem, a construção e a compreensão do conhecimento histórico com proposições que podem ser articuladas com os interesses do aluno, suas aproximações cognitivas, suas experiências culturais e com a possibilidade de desenvolver atividades diretamente vinculadas à vida cotidiana. Como estratégia de aprendizagem, a história local pode garantir melhor apropriação do conhecimento histórico baseado em recortes selecionados do conteúdo, os quais serão interligados no conjunto do conhecimento (VAZQUEZ, 1994 apud SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 139).

Em meio a essa valorização do ensino com enfoque nas experiências das pessoas dentro de seus espaços de vivência coletiva, se dá, no Brasil, maior atenção às lutas dos movimentos negros e dos povos originários por currículos que incluam a História e a Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena. Apesar de sua extrema relevância para a formação, consolidação e construção da História do país, por décadas, não estava ocupando o devido lugar nos currículos e foi somente em 2003 que a sociedade conquista, finalmente, a obrigatoriedade da inserção no ensino escolar da cultura afrobrasileira e indígena, bem como a instituição do dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é então alterada pela Lei 10.639/ 2003.

A História local hoje também é parte do currículo das escolas, sob a justificativa de afirmação de identidade, de reconhecimento da cultura que compõe a história da cidade em que vivem, busca de percepção sobre continuidades e permanências da vida social, política, econômica e laboral, tudo para com o objetivo de potencializar a Consciência Histórica nas e nos discentes.

2. ENSINO DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

Em o *Os filhos dos dias*, o escritor uruguaio Eduardo Galeano (2012) diz: “os cientistas dizem que somos feitos de átomos, mas um passarinho me contou que somos feitos de histórias”. Se a História é a ciência que estuda as pessoas no tempo, não é possível imaginar História sem pessoas e nem pessoas sem História. Mas o processo de aprender e ensinar História ainda é permeado por vícios que permanecem, não totalmente igual há anos atrás, no cenário do ensino.

A doutora em História Social pela USP Elza Nadai já apontava, em 1993, para a crise historicista que o Ensino de História vivia. Para ela, era “resultante de descompassos existentes entre as múltiplas e diferenciadas demandas sociais e a incapacidade da instituição escolar em atendê-las ou responder afirmadamente, de maneira coerente, a elas” (NADAI, 1993, p. 144). A autora destaca que essa crise nasceu em consonância com a ampliação das noções de fazer, produzir e escrever História, modificando toda a estrutura que até então caracterizava por um modelo tradicional. Isso “obrigou os profissionais a questionar criticamente os alicerces, os pressupostos teórico-metodológicos da ciência e do ensino, obrigando-os a propor experiências múltiplas, procurando superar o tradicional modelo” (NADAI, 1993, p. 144).

Acompanhando as novidades da historiografia, ao longo dos anos, o Ensino de História, no Brasil e em vários outros países, passou por diversos processos. Dentre eles, podemos citar o tradicional caráter legitimador de heróis e conquistas advindas de elites, supervalorizando a história branca, ocidental e cristã. Nessa História criada e contada pelos *de cima*, caracterizada pelo eurocentrismo, linearidade e alinhavada cronologicamente, nem todas as pessoas possuíam o aval para serem sujeitos históricos, além do mais, tudo que por ela passasse deveria vestir a roupagem da verdade única e inquestionável. Assim se fez o saber Histórico ou talvez, em determinados espaços, ainda se faça. Mas a intenção do momento é que as pessoas se enxerguem parte do todo, percebam suas especificidades e a importância que possuem na composição da História. É também devolver aos estudantes a capacidade de atuação e a autonomia para que não sejam meros receptores de conhecimentos prontos, e sim sejam parte integrante e partícipe de todo processo.

O Ensino de História perpassa, desde sua origem, por intenções de construção de identidades nacionalistas, para formatar – literalmente – cidadãos disciplinados e doutrinados pela visão linear e fatídica da história. No artigo “Didática da História: uma leitura teórica sobre a História na prática”, Luis Fernando Cerri (2001, p. 264) aborda a ligação da História com o desejo de construção e manutenção de uma identidade nacional. Sendo assim, todo conteúdo ensinado no Brasil parte de um produto que ele chama de liberal e iluminista, tal como alguns países europeus, e aí se configura como uma das características que permanece no presente, orientando o ensino escolar da História.

Na contemporaneidade, já possui outro caráter. Agora se percebe pelo viés de integralização das diferentes formas para construção da Consciência Histórica. Mas o que seria essa tal Consciência Histórica? Seria algo específico de alguns poucos seres humanos, dos mais letrados, talvez? Seria algo que se constitui a partir do acesso ao conhecimento histórico ensinado nas escolas? Uma espécie de noção incorporada pelas pessoas de forma unilateral e sem intenção objetiva por trás? Ou seria uma forma de pensar o tempo e espaço própria de cada humano em seu ser e estar coletivamente no mundo? Esta última ideia se aproxima mais da definição pensada por teóricos, como o alemão Jörn Rüsen (2001).

Discutir História é também compreender que ela é o estudo do passado no presente. Isso quer dizer que, mesmo que de nós se espere resultados objetivos, isso não será possível, porque as análises e formas de construção do conhecimento também se modificam no tempo. Nesse sentido, sabe-se que os usos da História foram variados, de acordo com os objetivos que determinada sociedade pretendia. Por isso, a História já legitimou crimes horrendos contra a humanidade tais como Ditadura, Escravidão, Nazismo, Genocídio Ameríndio, Autoritarismos, etc. Por outro lado, ela também já foi e continua sendo justificativa para legitimar lutas por direitos sociais para as mulheres, para o povo negro, para o povo indígena e demais grupos marginalizados.

A Consciência Histórica, como nos ensina Cerri (2001), é algo nato do ser humano, isto é, está intrínseca a vida prática das pessoas e, portanto, não é algo criado a partir dos bancos escolares, nem algo específico de determinado grupo social. Desde pequenos, todas

as pessoas aprendem a construir essa consciência a partir de fatos e vivências do cotidiano, desde as questões ligadas a nós, a nossa família até as histórias que permeiam o ambiente fora de casa, como o bairro, a cidade, o país.

O processo de aquisição de Consciência Histórica está além da escola, pois dentro dele há as diversas outras formas que contribuem, como as mídias que ajudam a consolidar pensamentos e formar opiniões coletivamente. Evidentemente, não quer dizer que o ambiente escolar também não tenha seu papel dentro desse processo. Somos nós que trabalhamos diretamente com esse conteúdo, que temos como função orientá-los para melhor organizarem essa consciência. Entretanto, Cerri (2001) também chama atenção para a necessidade de perpetuação de ideias do Estado através dos usos da História, frente às novas perspectivas que poderiam auxiliar o povo a pensar de outras formas. Logo, essa faz parte das dificuldades intencionais que sofremos na produção de conhecimento histórico nas instituições de ensino.

É uma tarefa desafiadora, pois, de um lado, temos dentro de uma sala de aula inúmeros jovens com vivências e aprendizados diversos e que irão compreender as coisas de acordo com suas trajetórias, e, por outro, temos, como diz Marc Bloch, uma ciência difícil porque não é estática, está em constante movimento no tempo. E, por conseguinte, é fruto de disputa por diferentes grupos sociais e por diferentes justificativas e, claro, diante disso, também há como desafio a dificuldade que se tem em difundir o conhecimento gerado nas universidades, com pesquisas mais avançadas, para as escolas de Educação Básica.

Esse desafio tem sido repensado a partir da própria compreensão do conceito de Consciência Histórica, que agora retira o papel dominante da História escolar como única detentora de criação dessa consciência e parte para a aglutinação de outros saberes históricos que não somente conteúdo de sala de aula. Neste momento, abre-se a chance para o ensino-aprendizagem, considerando os conhecimentos que circulam em outros locais como igrejas, família, mídias, redes sociais e etc.

Para o alemão Rüsen (2001), a Consciência Histórica tem a ver com o cotidiano e com a própria existência no mundo e, assim, acredita que essa consciência tem como fator principal auxiliar as pessoas na vida

prática, para que elas reflitam sobre o passado para implicar em sabedoria que, posteriormente, será aplicada no presente, isto é, o futuro depende dessa referência com o passado e o presente. A História tem que ter a sua utilidade no mundo prático. Por isso, Cerri (2001) nos traz à tona o poder do passado – que se modifica de acordo com o uso que precisamos dar a ele – frente ao presente. Portanto, para auxiliar na vida real das pessoas, o Ensino de História precisa parar de ser interpretado e narrado através de dicotomias, e passar a buscar seu fortalecimento consolidando uma Didática da História que considere as experiências das pessoas e as utilize como contribuição para a formação de jovens pensadores e agentes de mudanças sociais.

Quando se trata dos instrumentos pedagógicos que podem ser usados para dar sentido à História local, um deles pode ser o uso dos patrimônios como referência educativa. O patrimônio é um componente histórico repleto de potencial para estimular o conhecimento através da memória, da criatividade, da curiosidade e do pensamento crítico e reflexivo. No *Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial*, Evelina Grunberg (2007) explica o que pode ser considerado como Patrimônio Cultural:

São todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, vão se acumulando com as das gerações anteriores. Cada geração as recebe, usufrui delas e as modifica de acordo com sua própria história e necessidades. Cada geração dá a sua contribuição, preservando ou esquecendo essa herança. Patrimônio Cultural não são somente aqueles bens que se herdaram dos nossos antepassados. São também os que se produzem no presente como expressão de cada geração, nosso “Patrimônio Vivo”: artesanatos, utilização de plantas como alimentos e remédios, formas de trabalhar, plantar, cultivar e colher, pescar, construir moradias, meios de transporte, culinária, folguedos, expressões artísticas e religiosas, jogos, etc. (GRUMBERG. 2007, p. 4).

Como vimos, é um conceito que abrange uma infinidade de possibilidades, tal como é a própria experiência humana: um emaranhado de subjetividades. Neste manual, a escritora também compartilha atividades práticas de utilização dos patrimônios como fonte de aprendizado e reconhecimento de saberes e fazeres das sociedades que compõem nossa História. Em meio a essa discussão,

é preciso falar também sobre Memória, já que ela está em tudo que fazemos. David Lowenthal, no texto “Como se Conhecemos o Passado”, chama atenção para o quanto despercebido é a conexão do passado em nossa experiência do presente. “As facetas do passado, que perduram em nossos gestos e palavras bem como em regras e artefatos, surgem para nós como passado somente quando as reconhecemos como tais” (LOWENTHAL, 1998, p. 64).

No texto supracitado, Lowenthal questiona sobre como as pessoas tomam conhecimento do passado e responde que é algo muito simples, conhecemos o passado pelas lembranças que nos contam, pelas nossas memórias, pelo que lemos, ouvimos e pelas nossas vivências. “O passado nos cerca e nos preenche; cada cenário, cada declaração, cada ação conserva um conteúdo residual de tempos pretéritos” (1998, p. 64). Logo, o passado coexiste (e podemos dizer também que *só* existe) em função do presente que se orienta para pensá-lo através das memórias, tanto individuais como coletivas.

3. ORGANIZANDO UMA ATIVIDADE PEDAGÓGICA: EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA/RELATOS

Na tentativa de criar algo dinâmico para não ficar apenas na teoria, refletimos sobre muitas questões. A principal delas é que, para o ensino da História de Jaguarão, não há nas escolas públicas nenhum tipo de material de apoio didático-pedagógico. Logo, as professoras utilizam muitas vezes o hino da cidade, *sites* ou passeios pelos pontos tidos como principais para a constituição da História do local. Tendo esse fato em mente, minha orientadora e eu nos motivamos a propor uma atividade que envolvesse não somente a cidade com seus patrimônios, enquanto material por si só, mas também as lembranças que as habitantes tivessem nesses espaços. Lembranças estas que certamente não encontramos em sites nem em inventários de tombamento.

Durante os encontros para determinar qual seria o meu trabalho de conclusão da especialização, surgiu a partir da minha orientadora a ideia de realizar uma exposição fotográfica junto a relatos. O uso de imagens no processo de Ensino de História serve para contribuir nas variadas formas de representação social e, conseqüentemente, suscitar e

exercitar memórias. As redes sociais *Facebook* e *Whatsapp* foram aliadas na busca pelas pessoas que quisessem participar, emprestando fotografias antigas e significativas para aquelas que se dispuseram a emprestá-las.

Fiz uma postagem no *status* do *Whatsapp* e em grupos de classificados (de Jaguarão) no *Facebook*. Com uma escrita simples, pedi que junto da imagem fosse enviado um curto relato e expliquei que seriam usadas com crianças da Educação Básica. O resultado foi positivo. Muitas e muitas pessoas enviaram mensagens, houve quem enviasse cerca de 60 fotografias. Outro queria doar uma bolsa grande com fotos antigas que havia encontrado em coletas seletivas. Sobre essas fotos encontradas e guardadas, mesmo que não seja o foco da pesquisa, podemos refletir sobre muitas questões, dentre elas: Por que guardar fotografias encontradas no lixo e que nem suas eram? Por qual motivo o trabalhador que as encontrou acreditaria na utilidade delas e as retiraria do lixo? Qual é o significado que as fotografias antigas carregam?

Aos poucos, fui explicando que a proposta, nesse momento, era focar não somente nas imagens, mas também nas lembranças pessoais que elas traziam. Então, passei a receber imagens mais familiares, como fotos guardadas pela neta da Maria Cezarina Cardozo, popularmente conhecida como Dona Mocinha (nome famoso na cidade por ter estado, até a sua morte, à frente da Sociedade Recreativa Beneficente Estrela D'Alva), fotos de professoras na escola, de casamento, da inauguração da primeira máquina de lavar da cidade, de encontro de quilombolas, do campo, etc. Foram vários dias em contato com essas pessoas. Foi preciso conversar, explicar, manter o contato direto. Trabalhar com pessoas e suas memórias não é algo objetivo e pragmático, é preciso paciência e compreensão das subjetividades carregadas por todos nós.

Em cerca de duas semanas, as fotos foram enviadas. A maior parte delas recebi pela *internet*, mas houve outras que foram coletadas diretamente nas casas das pessoas. O que demorou mais foram os relatos, eram enviados pouco a pouco, inclusive um deles veio por áudio e precisou ser transcrito. A seguir, a imagem das fotos que estão no quadro com alguns dos relato:

Figura 1 – Excerto das fotografias da exposição



Fonte: Registro de Kênya Jessyca Martins de Paiva de parte das fotos que estarão na exposição.

Quadro 1 – Excerto dos relatos da exposição

ESPAÇO/ LOCAL ONDE A FOTOGRA- FIA FOI FEITA	HABITANTE	LEMBRANÇA
Granja Silva – década de 1960.	<i>Mariângela Coe- lho, 52 anos.</i>	A primeira máquina de lavar roupa que veio para Jaguarão. Essa máquina foi doada para a cidade dos meninos pelo senhor Arnaldo Ferreira, dono da Granja Silva, na época, e, na foto, estão presentes várias autoridades locais e a senhora que está inaugurando a máquina de lavar é a minha mãe, Santa Ilma Duarte Coelho. Na época, meus pais eram responsáveis pela <i>cidade dos meninos</i> , que era um tipo de um orfanato que abrigava meninos de rua que tinha em Jaguarão, local para fora, antes de chegar as charqueadas. Lá, minha mãe trabalhava como cozinheira e meu pai como responsável. Lá foram criados vários meninos e essa entidade era mantida pela Igreja Episcopal.

Quilombo Madeira – 2019.	<i>Marta Faria Madeira, 53 anos.</i>	Nessa foto, eu estou falando, estou apresentando o quilombo, falando o porquê do nome Quilombo Madeira. Nesse dia, sete quilombos compareceram no 4º Encontro de Quilombos, que este ano foi realizado aqui, foi esse ano 2019.
Avenida 27 de janeiro – desfile de Carnaval – década de 1970.	<i>Luana Dutra, 29 anos.</i>	Essa foto é da década de 1970. Minha avó [Dona Mocinha] dizia que “era da época que as porta bandeira usavam mini blusa e saia” e “da época que a estrela tinha bandeira na cor preta”.
Fotografia de uma rua, feita pelo próprio morador – 2019.	<i>Diego Palmieri, 31 anos.</i>	Entre prédios históricos, sempre que possível, deixo minha presença. Encanto a muitos que me apreciam e deixo memórias marcadas na lembrança daqueles que pelas ruas andam no final das tardes. Entre brilhos e sombras, eu vou me despedindo para amanhã fazer um novo momento.
Ruínas da Enfermaria Militar, antes do processo de restauro – década de 2000.	<i>Lucas Stahlecker, 34 anos.</i>	Esse recanto é um lugar especial da minha infância e adolescência, principalmente da segunda. Reuníamos os amigos e íamos tomar mate sentados nos buracos do que foram as janelas da Enfermaria Militar, construída em 1880. Lá, contamos muitas histórias, resolvemos conflitos, muitos começaram até mesmo seus primeiros romances lá, naquele espaço. Hoje, as ruínas da Enfermaria representam a lembrança de um passado que não pode mais ser visto por estes ângulos, desde que foi iniciado o seu processo de restauro, hoje paralisado. Janelas novas ocuparão os espaços onde construímos sonhos. As paredes e as ruínas seguirão eternas nas memórias daquele que amava Jaguarão e sua maior vista, lá no Cerro da Pólvora, antes mesmo de desbravar o mundo... Mas que voltou pra casa por amar esse lugar.
Escola IEEES – década de 1990.	<i>Roseli Calvetti, 56 anos.</i>	O Instituto Estadual de Educação Espírito Santo possuía o Curso Magistério. Na época, eram raras palestras, seminários, encontros para se discutir educação. Com essa intenção, criou-se o Seminário do Magistério para alunos e alunas do curso, sendo que também era dado um certificado de 40 horas, tão difícil para conseguir e tão necessário para todos e todas. Era uma semana de debates, reflexões, aprendizagens, troca de saberes, com a presença de diferentes palestrantes. A foto mostra o primeiro seminário, no Clube 24, com a equipe diretiva e professores do curso.

Meios de transportes nas ruas da cidade – entre 1940 e 1960.	<i>Catarina Ângela de García Nunes, 63 anos.</i>	Separei estas fotos de meu acervo por julgá-las importantíssimas para a humanidade e para a população Jaguarense. Temos a evolução dos meios de transporte e como eles foram vivenciados em nossa cidade, marcando momentos históricos fortíssimos como o transporte ferroviário, propulsor da economia local por décadas, e os demais meios que acompanharam a evolução industrial e tecnológica mundial.
Igreja Matriz do Divino Espírito Santo – 1986.	<i>Jane Da Silveira, 56 anos.</i>	Lembrança de uma data histórica, 20 de setembro de 1986, meu casamento, um marco na minha vida. O início de uma união de família. Na igreja Matriz do Divino Espírito Santo.
27 de janeiro, desfile escolar – 1996.	<i>Kênya Martins, 28 anos.</i>	Dia de desfile. Estudava no pré-escolar do turno da manhã do Pio XII, escola com décadas de histórias na cidade, mas que a partir do ano que vem não estará mais em funcionamento. Foi mais uma vítima do sucateamento das escolas públicas do RS.

Fonte: Elaborado por Kênya Jessyca Martins de Paiva.

A partir do material recebido, fiz a separação das fotografias e depois começou a procura por uma gráfica que tivesse um preço acessível unido à boa qualidade. O amigo e artista José Darci Gonçalves, que trabalha com pintura em quadros e reprodução em fotografias, natural de Arroio Grande, me auxiliou nessa parte. Foi em Pelotas que as fotos foram impressas em papel *couché* e ampliadas para melhor manuseio e visão, no tamanho A4.

Escolhi um total de 18 fotografias. Como mostra o quadro, procurei contemplar imagens em diferentes lugares, que pudessem variar do meio urbano ao campesino, antigas e mais recentes, de pessoas desconhecidas, conhecidas e também do meu acervo familiar. Como visto, a prioridade esteve em trilhar – propositalmente – por um caminho mais eclético possível, pensando principalmente que assim ajudaria a oportunizar discussões sobre as permanências e as rupturas, sobre as identidades, sobre a cultura da cidade e região de forma mais ampliada.

Em relação aos relatos, eles foram colocados tal qual foram

enviados, alguns deles sofreram mudanças gramaticais apenas, mas a proposta é justamente tentar ler a lembrança se colocando ao máximo no lugar da pessoa que a escreveu. Inclusive, essa era uma preocupação das pessoas na hora de enviar os relatos. Algumas estavam com receio de escrever algo *errado*. Foi preciso explicar que o intuito da exposição é estabelecer de maneira tranquila e o mais popular possível esse contato com as mais diversas experiências das pessoas na cidade, para que as crianças consigam perceber que todas as pessoas são produtoras de histórias e que os patrimônios só existem, enquanto tal, porque estão inseridos na memória e, por consequência, na cultura da população.

3.1 COMOTRABALHAR COM A EXPOSIÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

“Contar uma história significa levar as mentes no voo da imaginação e trazê-las de volta ao mundo da reflexão”.
(Paulina Chiziane)

A proposta a seguir tem como objetivo principal trazer uma possibilidade de trabalho pedagógico através da exposição explicada anteriormente. É importante ressaltar que a exposição, intitulada “Memórias em Jaguarão: O passado no presente” – constituída por fotos e lembranças de habitantes locais –, pode suscitar uma infinidade de abordagens diferentes. Logo a seguir, apresento o planejamento de uma oficina com duração de cerca de duas horas para as duas turmas de 5º ano.

Para trabalhar com as memórias fotográficas e relatos de pessoas coletados através de redes sociais, também será solicitado previamente que as crianças levem seus *objetos biográficos*, que são objetos que remetem às lembranças pessoais ou coletivas normalmente guardados pelas famílias, mais por evocar suas memórias do que pelo uso material que o objeto em si possa vir a ter. No livro *O Tempo vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social*, Ecléa Bosi (2003) traz a seguinte definição:

São estes os objetos que Violette Morin chama de objetos biográficos, pois envelhecem com o possuidor e se incorporam à sua vida: o relógio da família, o álbum de fotografias, a medalha do esportista, a máscara do etnólogo, o mapa-múndi do viajante...

Cada um desses objetos representa uma experiência vivida, uma aventura afetiva do morador (BOSI, 2003, p. 26).

Esses objetos por fazerem parte da nossa vida são aliados materiais da memória e, portanto, nos auxiliam a pensar e a contar a nossa História. Por isso, serão também utilizados como instrumento pedagógico a fim de que as crianças possam se identificar como partícipes e protagonistas da exposição, bem como estimular a capacidade de articulação delas com seu próprio passado. Em consonância a isso, os objetivos centrais da atividade são: analisar como se constrói a noção de patrimônio e o que é ou não considerado como tal; perceber quais são os sentidos que as pessoas dão sobre os lugares de memórias de Jaguarão; conhecer as histórias de vida da turma e assim, estabelecer conexões do passado no presente dela; e instigar a reflexão sobre a relação da História local com a regional e nacional.

Para facilitar a compreensão, a oficina foi dividida em cinco momentos:

1º Momento: Será feita uma espécie de avaliação diagnóstica para saber quais são os conhecimentos prévios da turma. Para auxiliar no processo serão trazidas questões como: *Já ouviram falar sobre Patrimônio? Quais são os lugares considerados como Patrimônios da nossa cidade? Por quais motivos vocês acreditam que esses lugares são instituídos como Patrimônios? O que esses locais têm a ver com a nossa História, enquanto habitante? Há algum lugar que vocês considerem como preferido e se sim, por qual motivo?*

2º Momento: As crianças serão levadas para outra sala (ou dependendo do tempo, pode ser no pátio da escola). Lá, as imagens estarão dispostas num varal seguradas por prendedores coloridos. As crianças serão convidadas a circularem à vontade pela exposição.

3º Momento: A turma, juntamente com as professoras (aicineira [eu] e a titular da turma), sentará num círculo, será explicada o processo de organização da exposição e respondidas questões que certamente irão surgir. Em seguida, cada criança receberá um relato impresso. Cada uma será convidada a ler em voz alta o respectivo relato e, logo após, buscar qual é a imagem correspondente e colocá-lo ao lado da fotografia. Durante as apresentações, serão feitas considerações acerca desses relatos, bem como da importância da fotografia, das redes sociais

e das memórias da população para nos possibilitar conhecer a cidade e seus espaços de memória sob outros olhares.

4º Momento: Após a atividade da exposição, as crianças apresentaram os objetos biográficos que trouxeram. Agora, serão elas as contadoras de Histórias, tal como as pessoas que realizaram os relatos das fotografias.

5º Momento: Para finalizar a atividade, a turma será dividida em grupos de quatro a cinco pessoas, receberão um papel pardo tamanho A3 e ali será escrito livremente as respostas para as seguintes questões: *A cidade pode nos ensinar História? Explique; O que o grupo achou mais interessante dos aprendizados da oficina?*

Após todos os grupos responderem, será realizada a apresentação para o grande grupo e tal momento servirá como uma orientação sobre as percepções deles em relação às atividades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho rendeu um contato produtivo com as pessoas de Jaguarão. Trabalhar com memórias é algo que me cativa e creio que também, de certa forma, foi algo interessante para essas pessoas que procuraram participar da exposição. A população tem muito a dizer sobre a História da cidade. Muitas vezes, atentamo-nos tão somente ao que pesquisadoras e pesquisadores dizem, nos arquivos de tombamento e em livros que falam dos espaços de maneira muito técnica e pouco humanizada. É evidente que se desperta a curiosidade em saber que tal lugar foi construído há 200 anos, que vieram materiais de outro país, que no Museu tal tem a primeira lâmpada do Estado. Mas, há também as vozes dos antepassados, dos que construíram esses locais, de quem o experimentou de outras formas, de quem abriga na lembrança momentos que temos poucas oportunidades de ouvir, principalmente, na escola.

Para próximas oportunidades, gostaria de ampliar a oficina, transformando-a em um projeto, incorporando uma exposição fotográfica de álbuns das famílias das próprias crianças, caminhada histórica – cultural pela cidade, criação de fotografias registradas pelas crianças durante a caminhada, entrevistas em vídeo delas com familiares,

produção textual das histórias, entre outras atividades.

Usar os patrimônios da cidade como recurso pedagógico potencializa o desenvolvimento do ensino de História, da sensibilidade, do olhar sobre a cidade, do pertencimento, da memória. Por consequência de tudo isso, também se estimula o senso crítico-reflexivo da juventude, já que ela estará produzindo sentido histórico-cultural sobre espaços que, por vezes, passam despercebidos. Estabelecer esse contato reforça aquele sentimento que a população parece ter vivido quando os artistas globais vieram filmar na Enfermaria, que podemos chamar de autoestima e orgulho, assim como proporciona a percepção da História em seu conjunto de temporalidades, ajudando a ver que Jaguarão e quem nela habita teve e tem suas contribuições com a História local, da região e do país.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. Objetos. In: BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994. p.441-442.

_____. *O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CERRI, Luís Fernando. *Ensino de História e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

GALEANO, Eduardo. *Os filhos dos dias*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

GRUNBERG, Evelina. *Manual de atividades práticas de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo*. Estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014.

LAGROU, Pierre. A História do Tempo Presente na Europa depois de 1945. Como se constituiu e se desenvolveu um novo campo disciplinar. *Revista Eletrônica Boletim do Tempo*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 15, 2009.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5 ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LORIGÂ, Sabrina. O eu do historiador. História da historiografia. *Revista História e Historiografia*, Ouro Preto, n. 10, p. 247-259, dez. 2012.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do De-*

partamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 17, p. 63-180, nov. 1998.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/ 26, p. 143-162, set. 1992/ ago. 1993.

NIETZSCHE, Friedrich. *Considerações Intempestivas*. Tradução Lemos de Azevedo. Lisboa: Editorial Presença, Livraria Martins Fontes, 1976.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, A.; TÉTART, P. (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: Edusc, 1999.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2001.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2009.

SOBRE OS AUTORES

André Luis Ramos Soares - Professor Associado do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria, Coordenador da Cátedra Unesco Fronteiras e Migrações – UFSM. alrsoaressan@gmail.com.

Antonio Carlos Figueiredo Costa - Licenciado, Bacharel, Mestre e Doutor em História (UFMG). Professor Efetivo na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), tendo ingressado por concurso de provas e títulos, atuando na Unidade Acadêmica Ibirité no Ensino (Formação de Professores), Pesquisa e Extensão. Líder do Grupo de Pesquisas José Carlos Mariátegui e membro do NIEHLAFRO. Autor de livros e artigos na imprensa universitária. Acesso ao C. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1285407435165636>. E-mail: antonio.costa@uemg.br

Carlos André Colins dos Santos - Mestrando em História – PPGHist – UFMA. E-mail: cacollins850@gmail.com.

Douglas Orestes Franzen - Doutor em História. Docente da Uceff e da Coordenadoria Regional de Educação. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3660555282136277>. E-mail: douglas@uceff.edu.br.

Emanuelly Mylena Velozo Silva - Graduada em Design pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Especialização em História da Arte pela Universidade Estácio de Sá - UNESA. Mestrado em andamento pelo Programa Associado de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal da Paraíba (UFPE/UFPB). E-mail: manu200862@hotmail.com.

Facundo Bianchi - Maestrando, Licenciado em Turismo. Docente en la Universidad de la República-Área de Estudios Turísticos-Centro Universitario Regional Este (CURE) facundo.bianchi92@gmail.com.

Fernanda Cordeiro de Almeida Faust - Licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo (PRODEMA/UFS), doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR) e Pós-doutora em Educação pela Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (PPGEFB/UNIOESTE). É pesquisadora do Projeto Tradition da Universitat Autònoma de Barcelona financiado pelo the European Research Council(ERC) under the European Union's Horizon 2020 research and innovation program (grant agreement H2020-ERC-2018-COG No. 817911) Contato: fernandacoral@gmail.com.

Gabriela Campodónico - Licenciada en Ciencias Antropológicas. Docente en la Universidad de la República-Área de Estudios Turísticos-Centro Universitario Regional Este (CURE) gcampod@yahoo.com.

Guilherme Dias - Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Maria. guilhermedias.historia@gmail.com.

João Vitor Sausen – Mestrando em História pela Universidade Federal de Santa Maria. Bolsista CAPES/DS. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8386118706495105>. E-mail: sausenjoavitor@gmail.com.

Kênya Jessyca Martins de Paiva - Mestranda em Educação (Unipampa). Licenciada em História pela Universidade Federal do Pampa - Campus Jaguarão/RS. E-mail: paiva.kenya@gmail.com.

Leandro Mayer – Doutor em História pela Universidade de Passo Fundo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2634728709712813>. E-mail: mayerleandro@yahoo.com.br.

Luciano Chinda Doarte - Professor e historiador. Mestrando da linha de pesquisa em Arte, Memória e Narrativa do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Atualmente é professor-coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPC), em Curitiba; e presidente do Conselho Municipal

do Patrimônio Cultural (COMPAC) de São José dos Pinhais. Contato: lucianochinda.lcd@gmail.com.

Luiz Carlos Rodrigues da Silva - Professor da Educação Básica da rede estadual da cidade de Barra do Corda-MA. Mestre em Ciências da Educação pela UPAP. Doutorando em Ciências da Educação pela UAA, Mestrando em Ensino de História – ProfHistória, pela Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus de Araguaína. E-mail: solracro9@gmail.com.

Marcos Edilson de Araújo Clemente - Professor da Universidade Federal do Tocantins – UFT – Campus de Araguaína. Doutor em História Social/ UFRJ. Docente do Programa de Mestrado em Ensino de História –ProfHistória. E-mail: marcos_edilson@yahoo.com.br.

Mariciana Zorzi - Magíster en Memoria Social y Patrimonio Cultural. Docente en la Universidad de la República-Área de Estudios Turísticos-Centro Universitario Regional Este (CURE) mari.zorzi@gmail.com.

Sabrina Fernandes Melo - Professora Adjunta no Departamento de Artes Visuais da Universidade Federal da Paraíba e professora permanente no Programa Associado de Pós-graduação em Artes Visuais - PPGAV/UFPB/UFPE. Historiadora e Museóloga. Pós Doutora em História. Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2018). E-mail: sabrina.melo@academico.ufpb.br.

Sônia Maria dos Santos Marques - Licenciada em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É docente adjunta do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Contato: mrqs.sonia@gmail.com.

HISTÓRIA E PATRIMÔNIO

“Os capítulos que compõem esta obra coletiva versam sobre realidades concretas e trazem importantes reflexões para o campo dos estudos sobre o patrimônio, através de contribuições brasileiras e uruguaias. Ao longo dos textos estão presentes debates sobre a educação patrimonial e suas possibilidades, metodologias de formação cidadã frente aos bens patrimoniais, a problemática do tombamento frente a bens oficiais e não oficiais, os diálogos entre as perspectivas de determinados grupos e o poder público, as seleções de determinados itens para comporem o hall de bens tombados, o tema patrimonial frente aos interesses econômicos e turísticos, e as problemáticas em torno da preservação dos bens coletivos”.



EDITORA
SCHREIBEN